



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

JULIANNE TEIXEIRA E SILVA

**NOÇÃO DE REPRESENTAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:
CONCEPÇÕES A PARTIR DA FILOSOFIA DE ARTHUR
SCHOPENHAUER**

João Pessoa
2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

JULIANNE TEIXEIRA E SILVA

**NOÇÃO DE REPRESENTAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:
CONCEPÇÕES A PARTIR DA FILOSOFIA DE ARTHUR
SCHOPENHAUER**

Tese apresentada ao curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Memória, organização, acesso e uso da informação.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Carlos Xavier de Azevedo Netto

João Pessoa
2016

Catálogo na Publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586n Silva, Julianne Teixeira e.
Noção de representação na ciência da informação: concepções
a partir da filosofia de Arthur Schopenhauer / Julianne Teixeira e
Silva. - João Pessoa, 2016.
115 f. : il.

Orientador: Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA

1. Ciência da informação. 2. Epistemologia. 3. Representação
da informação. 4. Teoria do conhecimento. I. Azevedo Netto,
Carlos Xavier de. II. Título.

UFPB/BC

JULIANNE TEIXEIRA E SILVA

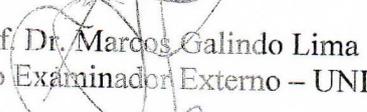
**NOÇÃO DE REPRESENTAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: CONCEPÇÕES
A PARTIR DA FILOSOFIA DE ARTHUR SCHOPENHAUER**

Tese aprovada, em nove de dezembro de 2016 (09/12/2016) como requisito para obtenção do grau de doutora em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, pela seguinte banca examinadora:


Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto
Orientador/Presidente da Banca Examinadora – PPGCI/UFPB


Profa. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
Membro Examinador Interno – PPGCI/UFPB


Prof. Dr. José Mauro Matheus Loureiro
Membro Examinador Interno – PPGCI/UFPB

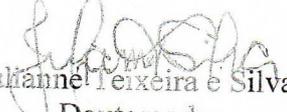

Prof. Dr. Marcos Galindo Lima
Membro Examinador Externo – UNIRIO


Profa. Dra. Evelyn Goyannes Dill Orico
Membro Examinador Externo – UNIRIO

Profa. Dra. Dulce Amélia de Brito Neves
Suplente Interno – PPGCI/UFPB


Profa. Dra. Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos Dodebei
Suplente Externo – UFPE


Franklin Duarte Kobayashi
Secretário-Executivo – PPGCI/UFPB


Julianne Teixeira e Silva
Doutoranda

*Dedico à
Léo e Sophia, filhos
amados, que me motivam
e tornam meu caminhar
desejoso de ser cada vez
mais virtuoso. Meus
sonhos são por vocês.*

AGRADECIMENTOS

Professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB pelos ensinamentos e bons momentos de reflexão;

Prof. Isidoro Gil Leiva, que foi mais que um tutor durante a experiência do Programa Sanduíche da CAPES. Você foi um exemplo de humanidade, pedagogia e competência. Obrigada pelos ensinamentos, por acolher a mim e meus filhos, nessa linda cidade espanhola e por mediar as relações com a Universidade de Murcia;

Prof. Carlos Xavier, você é o orientador que qualquer doutorando gostaria de ter. Sempre pronto a atender aos pedidos de ajuda e um constante motivador. Tolerante com minhas limitações, contudo, me fez acreditar que o desafio dessa tese estava dentro de minhas competências e por isso a conclusão se fez real. Você é o cara!

Prof. José Mauro Loureiro, suas aulas foram incrivelmente instigantes. Você é um professor inspirador;

Professor Anderson D'arc do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFPB. Suas aulas e indicações de leituras foram muito importantes para esta tese. Sua capacidade de trabalhar, em sala de aula, com a filosofia é cativante;

Membros da banca por aceitarem o convite e participarem desse momento especial em minha vida;

CAPES pela bolsa de financiamento para o doutorado-sanduíche no exterior. Onde tive a oportunidade de realizar parte das pesquisas na Universidade Murcia na Espanha. Período de aprendizagem profícua, que foi fundamental para minha formação discente e docente.

Chefia do Departamento de Ciência da informação e colegas de docência, pelo incentivo constante e valorosas amizades;

Servidores técnicos administrativos em especial Franklin Dukoba, Francinete, Luzia, Alex, Aila, Davi, Antonio que sempre estão dispostos a ajudar de forma atenciosa e com muita consideração e carinho.

Colegas do PPGCI/UFPB, em especial à Adriana Carla, Rosilene Agapito. Ana Virgínia e "Sanduicheiros" pelos proveitosos debates acadêmicos e agradá momentos de convívio e cumplicidade acadêmica;

Alunos do curso de graduação em Arquivologia da UFPB, meus eternos incentivadores;

Cristina Mendanha pelas preciosas colaborações, motivação e amizade - desde sempre e para sempre;

Socorro (Helpita), minha amiga querida e meu anjo da guarda em João Pessoa;

Amigas/os de Murcia/Espanha Trina Samper, Jojo Alguazas, Vânia Villalba e Prof. Isidoro, amigos queridos que nos receberam com calorosa acolhida, apoio e carinho. Vocês são pessoas incríveis;

Meus irmãos, sobrinhas/os, cunhada, tias, tios, primas e primos pela retaguarda e pelo grande incentivo, em especial aos tios Rui e Bete pelo começo de tudo;

Amigas/os de Belo Horizonte, se cheguei até aqui foi com a ajuda, apoio e amizade de vocês, a distância é grande porém, estão todos carinhosamente em meu coração;

Cidade de João Pessoa que me acolheu maternalmente;

Ediane, João Alberto, Edilene, Artur e Vitor minha família amada adotiva;

Clodemir, por sua amizade sincera e disposição de estar sempre no front pra qualquer batalha.

Rosa, Júnior, Poliana, Pauline e Louise você são muito importantes pra mim;

E termino estes agradecimentos com a sensação de que estou esquecendo de mencionar algum nome..... É bem provável que isso aconteça, contudo, direciono aos amigos/as, que por motivos alheios a minha vontade eu esqueci, que sou imensamente grata a todas as pessoas que passaram e permanecem em minha vida. Cada um faz parte de mim de modo terno e cheio de gratidão.

Agradeço também, à toda milícia celeste pela proteção constante e oportunidade deste doutoramento.

Agradecimentos Especiais

À

Duas mulheres e dois homens especiais.

Às mulheres que me inspiraram e partiram no decorrer do doutorado:

- Minha avó Julia (*in memorian*), espelho da força feminina que trago comigo. Sua falta só não é maior por que tenho você como um hábito.

- Minha mãe Maria José (*in memorian*), fonte de vida e amor. Minha grande incentivadora. A destituição do seu amor materno é uma experiência que, ao mesmo tempo que lateja em meu ser, é capaz de enaltecer minha alma com a gratidão de ter tido a linda oportunidade de ter sido sua filha.

Aos homens que, na reta final do doutorado, redescobri e deixaram meus dias mais felizes:

- Meu pai Nilo, que vem me ensinando, de forma ímpar, o valor do desprendimento e da resiliência. Eu, que pensava ser autossuficiente e forte o bastante, descobri, com imensa gratidão, o quanto ainda preciso de você.

- Rômulo Melo, que a cada dia me surpreende com seu amor, suas virtudes, sua luz, dedicação, carinho, bondade e leveza. Te re-descobrir me trouxe a confiança em acreditar que, a possibilidade do amor é mais que uma contingência. É uma realidade mística, que carece de certa percepção. Você foi meu melhor risco, minha melhor surpresa.

Obrigada, de todo o meu coração.

Das Representações

Tudo quanto é conhecido

Toma forma na imagem

Uma precisa mensagem

Através dos sentidos

Chega, sempre, ao indivíduo.

Repensar esse sincronismo

E propor um neologismo

Baseado em princípios causais

E nas doutrinas orientais

É o nosso objetivo.

(Rômulo Melo)

RESUMO

Apresenta-se um alargamento do campo nocional da representação da informação no contexto da Ciência da Informação, trazendo-se o traço do caminhar epistêmico, desde a antiguidade clássica e seu pensamento ocidental linear, passando por suas heranças, até as conexões percebidas entre a Ciência da Informação e o pensamento de Arthur Schopenhauer. A tese de que seria encontrado tal recurso para as bases desse alargamento no pensamento de Schopenhauer, e que defende o cotejamento e reflexão entre os aspectos filosóficos do pensamento do autor e as bases teóricas da representação da informação no seio da Ciência da Informação, no Brasil, indicou, diante das reflexões e argumentos arrolados, que existem relevantes elementos no pensamento schopenhaueriano, nos quais há pontos de convergência teórica e que podem fundamentar estes debates no âmbito da Ciência da Informação, sobretudo em sua Teoria do Conhecimento, especialmente na sua noção de esferas conceituais.

Palavras-chave: Epistemologia da Ciência da Informação. Representação da Informação. Teoria do Conhecimento. Arthur Schopenhauer.

ABSTRACT

It is presented an enlargement of the notion field of information representation in the context of Information Science, bringing the trace of epistemic trajectory, from Classical Antiquity and its western linear thought, passing by its heritages, until the perceived connections between Information Science and the thought of Arthur Schopenhauer. The thesis that it would be found such resource to the bases of this enlargement in the thought of Schopenhauer, which defends the comparison and reflection between the philosophic aspects of the thought of the author and the theoretical bases of Information Representation in the ambit of Information Science, in Brazil, it indicated, from the reflections and arguments enrolled, that there are relevant elements in the thought of Schopenhauer, in which there are points of theoretical convergence that can ground these debates in the ambit of Information Science, mainly in the Theory of Knowledge developed by Schopenhauer, especially in its notion of conceptual spheres.

Keywords: Epistemology of Information Science. Information Representation. Theory of Knowledge. Arthur Schopenhauer.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Alegoria da Linha Dividida – Mundo sensível e inteligível	50
Figura 2 – Alegoria da Linha Dividida – Objetos do conhecimento	52
Figura 3 – Árvore de Porfírio	59
Figura 4 – Formas <i>a priori</i> do conhecimento	68
Figura 5 – Arthur Schopenhauer	88
Figura 6 – Metafísica da Vontade e os elementos da raiz quádrupla da razão..	100
Figura 7 – Esferas conceituais de Schopenhauer	103
Figura 8 – Cadeia de esferas conceituais	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução da denominação do GT2/ANCIB	37
Quadro 2 – Principais termos relacionados à representação da informação	40
Quadro 3 – Representação temática e descritiva na produção do GT2/ANCIN..	43
Quadro 4 - Princípios da razão suficiente, designações perceptivas e as formas da realidade	101

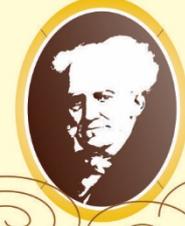
SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 INFORMAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE: AMBIÊNCIAS E MULTIPLICIDADES	23
2.1 CONTEMPORANEIDADE E AMBIÊNCIAS.....	24
2.2 MULTIPLICIDADE E VIRTUALIZAÇÃO.....	26
3 A NOÇÃO DE REPRESENTAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	32
3.1 SOB A ÉGIDE DA FILOSOFIA	32
3.2 SOB O RESPALDO ASSOCIATIVO E INSTITUCIONAL	35
3.2.1 O Grupo TEMMA/USP	35
3.2.2 O GT2 da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação	36
3.2.3 O capítulo brasileiro da International Society for Knowledge Organization (ISKO)	38
3.3 SOB OS MODOS DESCRITIVO E TEMÁTICO	41
3.4 SOB A TÔNICA DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	43
4 A QUESTÃO DA REPRESENTAÇÃO NA FILOSOFIA	47
4.1 REPRESENTAÇÃO: ALGUNS FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS	48
4.1.1 A alegoria da Linha dividida de Platão	48
4.1.2 A teoria da predicação em Aristóteles	53
4.1.3 Porfírio de Tiro, os escolásticos e o debate sobre os universais	57
4.1.4 Kant e a Revolução Copernicana do conhecimento	62
4.1.5 Wittgenstein e a reviravolta pragmático-linguística	70
5 REPRESENTACIONISMO E ANTIREPRESENTACIONISMO	79

6 A NOÇÃO DE REPRESENTAÇÃO EM ARTHUR SCHOPENHAUER	87
6.1 ARTHUR SCHOPENHAUER ALÉM DO PESSIMISMO	88
6.2 NOÇÃO DE REPRESENTAÇÃO EM SCHOPENHAUER	96
7 REFLEXÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	109



1 INTRODUÇÃO



Teseu resolveu livrar seus patrícios dessa calamidade, ou morrer na tentativa. [...] Chegando à Creta, os jovens e donzelas foram todos exibidos diante de Minos, e Ariadne, filha do rei, que estava presente, apaixonou-se por Teseu, e este amor foi correspondido. A jovem deu-lhe, então, uma espada, para enfrentar o minotauro e um novelo de linha, graças ao qual poderia encontrar o caminho. Teseu foi bem sucedido, matando o minotauro e saindo do labirinto. Levando, então, Ariadne, ele regressou à Atenas juntamente com os companheiros salvos do monstro. [...]¹.

(Bulfinch)

Trabalhar uma temática sob a perspectiva filosófica é como colocar-se diante de um labirinto. Um estudo dessa natureza requer do proponente certa capacidade em manter-se devidamente focado no seu objetivo final, melhor dizendo, encontrar a saída. Vale aqui ressaltar que encontrar a saída não significa a resolução de um problema concreto, pois como bem coloca Marcondes (2000), estudos de natureza filosófica se diferem de estudos empíricos e ditos científicos porque não se debruçam objetivamente sobre o real, mas trabalham sob “um modo especial de considerar o real, de problematizá-lo, de perguntar sobre seu sentido, que por sua vez pode levar à necessidade de se constituírem novos conhecimentos substantivos sobre o real” (MARCONDES, 2000, p.51). Nesse sentido, talvez fosse melhor dizer “encontrar saídas”, provavelmente na forma não conclusiva, mas reflexiva como enredos calcados por novos questionamentos.

Estudos orientados pela filosofia são labirintos que apresentam caminhos opcionais prazerosos, sedutores e, ao mesmo tempo, perigosos, pois podem levar a

¹ BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia**: histórias de deuses e heróis. Rio de Janeiro: Agir. 2015, p.154.

lugar algum ou distanciar cada vez mais da saída. Isto porque, textos filosóficos possuem, de modo geral, a patente necessidade de se recorrer a outros textos num processo equivalente ao da hipertextualidade das mídias digitais, percorrendo uma rede de leituras e pesquisas paralelas, transversais, perpendiculares, conexas e desconexas em que se interrompe o tema em voga para buscar outros que o elucidem.

Entretanto, mesmo estando focado no objetivo final, a saída só será alcançada depois de inúmeras tentativas e erros. Enveredar por certos caminhos (sedutoramente interessantes) podem levar a uma parede sem saída ou ficar girando em círculo. De maneira alguma este risco é exclusivo dos estudos de caráter filosóficos. Podem acontecer com qualquer pesquisador seja qual for a área do conhecimento.

O fato é que, a incursão, no campo filosófico, por não filósofos, ou por não iniciados nesta área, demanda um esforço maior para que se desenvolvam habilidades necessárias para pesquisar, estudar, ler e escrever com certa competência e fluência em filosofia.

Este foi o primeiro desafio desta tese, enveredar pelo campo da filosofia. E aqui cabe uma primeira pergunta, que vem trazer a justificativa para escolha da temática aqui pesquisada. Por que uma pesquisa de natureza filosófica? Por duas motivações, a primeira tem origem em um desejo de cunho particular - a de querer, desde a juventude, compreender melhor as origens do conhecimento e seus fundamentos, temas que não fizeram parte da formação curricular no ensino médio e tão pouco durante a graduação.

A oportunidade surgiu com a pós-graduação. No mestrado, ao trabalhar com as práticas em informação². Ali foi possível sair da superfície e arriscar alguns mergulhos antropológicos, os quais aguçaram ainda mais o desejo de aprofundamento teórico e, ao mesmo tempo, aumentando o índice de incertezas e inquietações com certos temas da Ciência da Informação. A atividade docente e as disciplinas na área de representação da informação intensificaram o interesse e a

² MAGALHÃES, Julianne Teixeira e Silva. **Práticas informacionais sob a ótica de um problema da juventude**. 2005 (Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Regina Maria Marteleto.

inquietação sobre o conhecimento filosófico, que persistia em desafiar o déficit da formação básica e superior abstinente da Filosofia.

O doutoramento foi a melhor oportunidade para conciliar estas motivações de pesquisa. Tão logo aconteceu o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal da Paraíba, no ano de 2012, o professor Carlos Xavier de Azevedo Netto (orientador deste trabalho) ao indicar a obra “*O mundo como vontade e como representação*” do filósofo Arthur Schopenhauer, transformou tais motivações, inquietações, inseguranças e incertezas em latente euforia acadêmica.

Não é exagero dizer que as primeiras leituras desta obra foram aflitivas, laboriosas e pouco compreensíveis o que tornou o projeto desta pesquisa forte candidato à deserção. Porém, durante as leituras iniciais, um ponto curioso chamava atenção na filosofia de Schopenhauer, mesmo com toda a limitação filosófica e conceitual, foi possível perceber traços de seu pensamento, compatíveis com as discussões referentes aos problemas relacionados à representação da informação no entorno digital. Isto ficou perceptível porque, devido a atividade docente, estavam em desenvolvimento pesquisas voltadas ao “*records continuum*”³. Na fase das primeiras leituras e diante da escrita fluida e apreciável de Schopenhauer começaram a emergir alguns pontos de possível convergência entre o pensamento schopenhaueriano e a representação da informação no âmbito das tecnologias digitais.

Obviamente que tornou-se patente a necessidade de mergulhar na Filosofia e de se aprofundar em determinadas correntes do pensamento. A melhor forma foi a de cursar disciplinas na área e aumentar a carga de leituras e, principalmente, aprender a trabalhar com a leitura e a escrita filosóficas. Assim o percurso desse doutoramento foi sendo trilhado e a pesquisa foi ganhando corpo e sustentação.

³ Teoria e modelo desenvolvidos, inicialmente na Austrália, no âmbito da Arquivística, que considera a gestão integral de documentos no entorno digital sob uma perspectiva tecnológica e antropológica. O *Records Continuum* compreende a gestão de documentos unificada em contextos dinâmicos em quatro dimensões (criar, capturar, organizar e pluralizar), sob uma perspectiva não-linear e contínua sob a concepção do espaço-tempo, isto é, opera através do tempo e não no tempo. Para saber mais sobre *Records Continuum* ver: MCKEMMISH, Sue; et al. **Archives: recordkeeping in society**. Wagga Wagga: Charles Sturt University, Centre for Information Studies. 2005.

Não obstante, o labirinto ainda existia e era preciso encontrar a trilha até a saída, isto é, já se conhecia o pressuposto da tese, o de sustentar que o pensamento de Arthur Schopenhauer pode ampliar, do ponto de vista nocional, as discussões e reflexões sobre a representação na Ciência da Informação sobretudo na contemporaneidade. Pressuposto que demarca o aporte original e inédito desse tema na Ciência da Informação.

Mas qual caminho seguir sem se perder? Como construir um percurso coerente diante das inúmeras correntes epistemológicas e filosóficas possíveis? Os objetivos foram traçados e delimitados tentando alcançar, de modo coeso, os demais filósofos, conceitos e linhas de pensamento envolvidos com a filosofia de Schopenhauer e, paralelamente, com a representação da informação no contexto da CI.

Deste modo, o objetivo principal foi analisar a filosofia de Arthur Schopenhauer no sentido de verificar qual(is) aspecto(s) de seu pensamento podem ampliar, do ponto de vista nocional, as discussões e reflexões sobre a representação da informação no escopo da Ciência da Informação.

Os objetivos específicos conformaram o percurso desta tese, neste sentido a primeira proposta foi conhecer a filosofia de Arthur Schopenhauer; a segunda orientação ficou a cargo de explorar sua noção de representação; uma terceira diretiva tratou de verificar se existem pontos de convergência ou divergência entre o pensamento de Schopenhauer e a Ciência da Informação e, por fim; o último objetivo proposto foi o de delimitar os aspectos que suscitam ou justificam a relevância do pensamento Schopenhaueriano para a Ciência da Informação.

A sistemática, partindo da filosofia de Schopenhauer, funcionou como fio de Ariadne e com os objetivos da pesquisa traçados, o novelo começa a ser desenrolado e o caminho percorrido se abre.

O desafio do labirinto, propiciou um traçado metodológico de gênero teórico para se alcançar a saída numa linha de raciocínio, que buscou a concatenação dos filósofos e suas linhas de pensamento de modo mais conexo possível, o que demandou empreendimento em pesquisas de caráter bibliográfico.

As investigações prosseguem como um estudo de natureza teórico-filosófica, onde foi construído um elenco de abordagens de cunho filosófico que se consubstanciaram às considerações de Arthur Schopenhauer, apresentadas em sua obra "*O mundo como vontade e como representação*". Desse modo a saída desse labirinto culminou com o cotejamento entre a noção de representação no pensamento de Schopenhauer com a representação da Informação na Ciência da Informação no contexto da contemporaneidade.

Já nas primeiras leituras e incursões no pensamento schopenhaueriano, observou-se que os argumentos condutores aos dois conceitos principais de sua obra, "vontade" e "representação" emergem de uma crítica ao pensamento racional kantiano seguindo um transcurso epistemológico.

Embora elaborados no século XIX, os demais conceitos e categorias desenvolvidas por Schopenhauer, instigam, de forma provocativa, a pensar a representação, no campo da CI. A forma como aborda conceitos como o sujeito, o objeto, as categorias de conhecimento, o princípio da causalidade, entre tantos outros argumentos, suscitam que é possível partir de seu pensamento para fundamentar reflexões no âmbito da Ciência da Informação.

O problema que se segue está em averiguar se haveria uma forma diferenciada, um fundamento filosófico, a partir das ideias de Schopenhauer, que alargasse o campo nocional da representação da informação no contexto da Ciência da Informação. Em outras palavras, é possível pensar a representação na Ciência da Informação a partir do pensamento de Schopenhauer?

A representação da informação tem suas origens marcadas nos aspectos da linearidade e no decorrer de sua trajetória, desde a antiguidade clássica até os dias atuais, se apoiou sobretudo em teorias racionalistas, positivistas e pragmáticas do pensamento ocidental, As bases da representação na Ciência da Informação como se veem, ainda hoje, se configuraram sob o arranjo aristotélico todo-parte.

Num tempo em que a vida se apresentava na materialidade das coisas e dos fatos, esse arranjo se sustentou e deu conta de atender, a contento, às demandas teóricas e práticas da representação e suas ações correlatas de busca e acesso à informação. Contudo em tempos onde o cotidiano se encontra permeado na

virtualidade das tecnologias digitais da informação e da comunicação, o tradicional arranjo da representação da informação se apresenta em colapso.

Schopenhauer, com sua filosofia, apresenta outra forma de encarar a representação. Partindo do fundamento metafísico da Vontade elabora uma teoria do conhecimento que deixa pistas para associar seu pensamento com os dias atuais e seus múltiplos ambientes informacionais como, aqui proposto, traz a possibilidade de repensar caminhos para a representação da informação, ou, no mínimo, o alargamento do campo nocional desse conceito.

Na estrutura desta tese, o novelo de Ariadne começa a marcar o percurso a partir de sua segunda seção, onde se contextualiza a informação na contemporaneidade e os aspectos de suas ambiências e multiplicidades tendo como autores principais Deleuze, Agamben e Pierre Levy com seus conceitos de multiplicidade, contemporaneidade e virtualização respectivamente.

Na seção três é abordada a noção de representação na ciência da informação com enfoque das especificidades brasileiras, sob a égide da filosofia e seus marcos epistemológicos. O respaldo associativo e institucional da Ciência da Informação brasileira também foram levantados, assim como os modos descritivo e temático de tratar a informação e finalmente sob a tônica das tecnologias digitais da informação e da comunicação, além dos desafios que a representação da informação enfrenta no contexto das ambiências e multiplicidades típicas da contemporaneidade e seu entorno digital.

Fazendo uma pausa nas questões ligadas à Ciência da Informação, a quarta seção se apresenta como conector entre a noção de representação em Schopenhauer e a Ciência da Informação. Essa seção aborda a representação sob o olhar da filosofia, por meio do pensamento de filósofos como Platão, Aristóteles, Porfírio, filósofos escolásticos, Kant e Wittgenstein. Foram selecionados alguns elementos do pensamento de cada um desses pensadores por entender que tais elementos comportam outros conceitos e noções que fundamentam a representação da informação e que, paralelamente, são também, relevantes para a compreensão da filosofia de Arthur Schopenhauer. Nesse sentido serão tratados os seguintes temas e seus respectivos pensadores: a alegoria da linha dividida de Platão; a teoria da predicação em Aristóteles; Porfírio de tiro, os escolásticos e o debate sobre os universais; Kant e o idealismo transcendental na revolução copernicana do

conhecimento e o capítulo finaliza com Wittgeinstein e a reviravolta pragmático-linguística.

Continuando as discussões sobre a representação do conhecimento, quinta seção trata, com olhar crítico, de uma discussão no contexto da filosofia, bastante relevante para essa tese, que é a controvérsia entre representacionismo e antirepresentacionismo.

O seção seis tem a incumbência de apresentar a filosofia de Schopenhauer à Ciência da Informação brasileira, visto que este filósofo é apenas mencionado por poucos autores da área. Desse modo a aventura do conhecer se inicia por uma breve biografia, suas principais obras, bem como os fundamentos de sua filosofia. Seguindo a jornada dá-se o enfoque aos conceitos de Vontade e Representação segundo o pensamento de Schopenhauer, bem como os aspectos onto-epistemológicos da sua noção de representação.

Finalmente, vencido o minotauro, a saída se faz visível e, na seção das considerações finais onde, se estabelece adjeção dos aspectos da filosofia de Schopenhauer, especialmente, a noção de representação, com a perspectiva da representação na Ciência da Informação é possível elucidar seus fundamentos teóricos e algumas reflexões à luz da filosofia, constatando o quanto o pensamento de Schopenhauer se faz atual e capaz de iluminar as discussões em torno da representação da informação.

Como ponto de reflexão desse percorrido foi possível compreender, como considerações finais, que o modo como Schopenhauer aborda a Representação e a Vontade, fogem dos padrões racionalistas. A forma como insere a causalidade no fundamento da representação, seu questionamento sobre as categorias e crítica à razão kantianas, além da sua aceção de esferas conceituais, dentre tantos outros argumentos da sua teoria do conhecimento, vislumbram possibilidade de fundamentar interessantes reflexões em torno da representação na Ciência da Informação.



2 INFORMAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE: AMBIÊNCIAS E MULTIPLICIDADES



O ponto de partida aqui empreendido é o de preparar uma contextualização no âmbito da contemporaneidade para, nos capítulos seguintes, situar o objeto de estudo desta tese. Compreendendo o sentido de contemporâneo fundado em Agamben, é factível concatená-lo à noção de multiplicidade de Deleuze e somá-los à abordagem de virtualização de Pierre Lévy. Ao convergir esses conceitos espera-se atribuir sentido aos aspectos da informação na contemporaneidade, balizados pela via da Ciência da Informação, posto que, ao conformar as acepções de contemporâneo, multiplicidade e virtual, pretende-se, ao fim desse capítulo, alinhar de modo contextualizado, um construto sobre as ambiências informacionais na contemporaneidade.

Este capítulo, também, apresenta o propósito de tratar o contemporâneo com a intenção de estabelecer um *locus* teórico que permita instrumentar e aproximar o pensamento de Arthur Schopenhauer, um filósofo moderno do século XIX pouco abordado na Ciência da Informação, às questões informacionais na contemporaneidade.

2.1 Contemporaneidade e ambiências

Uma relevante reflexão sobre a contemporaneidade foi realizada pelo filósofo italiano Giorgio Agamben (1942). Segundo Oliveira (2013) Agamben tem em sua filosofia a perspectiva do diálogo com outros campos do saber como por exemplo a política, a teologia, a sociologia a iconografia, a linguagem. Para este filósofo a contemporaneidade é entendida sob o ponto de vista que se tem sobre um fato determinado ou sobre o tempo passado e o tempo em que lhe foi dado viver.

Agamben problematiza a noção de contemporâneo ao inovar e desmistificar a acepção convencional como um momento presente. Para ele o contemporâneo é um construto reflexivo sobre a temporalidade num processo paradoxal de pertencimento e não pertencimento em relação ao nosso tempo (o aqui e agora).

Compreender a contemporaneidade segundo Agamben, implica na capacidade anacrônica para olhar de fora, como um estrangeiro que percebe as múltiplas características sociais, políticas, históricas vivenciadas por quem se insere no tempo presente mesmo que se sinta pertencente ou não a esse tempo.

A contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo dele toma distâncias, mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela. (AGAMBEN, 2009, p.59)

Desse modo a contemporaneidade é compreendida, nesse trabalho, a partir da capacidade de se deslocar de estruturas temporais passadas e se concentrar nos fatos e ações sociais relacionadas ao tempo em que lhe foi dado viver, tentando manter o olhar fixo no século XXI. Corroborando com esta afirmativa, Agamben detalha que contemporaneidade, como tempo atual, o tempo em que se está inserido, é algo obscuro, exatamente porque não se consegue enxergá-lo por certo distanciamento.

[...] ser contemporâneo é, antes de tudo, uma questão de coragem: porque significa ser capaz não apenas de manter fixo o olhar no escuro da época, mas também de perceber nesse escuro uma luz que, dirigida para nós, distancia-se infinitamente de nós. Ou ainda: ser pontual num compromisso ao qual se pode apenas faltar. (AGAMBEN, 2009, p.65).

Diante disso, fica latente, segundo Agamben, que estudar o tempo presente enquanto um período pré-determinado e no qual estamos inseridos é tarefa que requer exercício anacrônico. É preciso participar de um movimento antagônico que, ao mesmo tempo que é um distanciamento é, também, uma inserção. É no encontro do ponto central entre esse movimento de opostos temporais que se insere o observador contemporâneo capaz de enxergar seu tempo.

Abordar a informação na contemporaneidade, demanda mencionar sobre este “observador contemporâneo” e assim, cabe aqui, alguma incursão antropológica, bem como faz-se necessário ter em conta que a informação assumiu, na atual sociedade, um status sem precedentes. O cotidiano flui a partir das informações mediadas pelas tecnologias digitais. Dessa forma a tessitura da vida cotidiana apresenta-se, como um mundo intersubjetivo, um mundo do qual os sujeitos (observadores contemporâneos) participam coletivamente e são cada vez mais mediados pelas tecnologias digitais. De fato, o sujeito, inserido em um meio (espaço), na vida cotidiana está continuamente em interação e comunicação com os outros, com máquinas e sistemas de processamento de informações.

Como acréscimo aos aspectos da contemporaneidade atribuídos à noção de espaço, já explicitados por Agamben, considera-se aqui necessário tratar também a questão da ambiência⁴. Este conceito será tomado de empréstimo da arquitetura e urbanismo, como aporte no desenvolvimento da ideia de situar a informação no contexto da contemporaneidade.

A ambiência tem sido discutida além dos seus aspectos sócio-culturais e físicos, onde são, também, observados elementos de significação sensoriais, morais e dinâmicos na concepção de determinado meio. Por seus aspectos sensoriais, morais e de significação a ambiência necessita do limiar humano em sua designação, dessa feita entende-se um movimento que vai do físico ao cognitivo.

Na realidade, é a Ambiência que unifica um suporte espacial e o preenche de significados, num processo de retro-alimentação que nos permite compreender que não percebemos a ambiência e, sim, percebemos de acordo com ela. Somos o corpo que torna a Ambiência uma existência. Qualquer recorte espacial seria inerte se não interagisse reciprocamente com as dimensões físicas, sensoriais, sensitivas e psicológicas dos que o utilizam. (DUARTE, 2013, p.3)

Considerando a informação como um construto social, entende-se, para efeito desta tese, que a ambiência é um fator de valor humano. Mesmo reputando o ciberespaço, a virtualidade e a mediação orientada pelas tecnologias digitais da

⁴ Para saber mais acerca dos estudos sobre ambiência ver: DUARTE, Cristiane. Explorando Ambiências: Caminhos de Pesquisa e Possibilidades Metodológicas. Relatório conclusivo da pesquisa CNPq, 2011 e AMPHOUX, Pascal; THIBAUD, Jean-Paul; CHELKOFF, Grégoire. Ambiances en Débats. Bernin: Editions A la Croisée, 2004.

informação e comunicação, é no humano (observador contemporâneo) que o ambiente informacional ganha sentido e significado.

Por conseguinte, a informação na contemporaneidade está cada vez mais difundida, digitalmente e virtualizada, e neste aspecto o humano, cada vez mais, é evocado nesse processo informacional, pois é nele que a contemporaneidade e as ambiências se estabelecem.

Esse novo mundo contemporâneo, da cultura digital, demanda uma ressignificação das noções de tempo e espaço. As relações sociais mudaram, o mundo do trabalho mudou, as comunidades e redes sociais de interação são uma realidade cotidiana, inclusive de populações economicamente menos favorecidas. A produção e comercialização, de bens de consumo e serviços estão intermediados por todo tipo de tecnologia. Todo esse entorno de interação entre seres humanos e máquinas acontecem mediados pelas tecnologias digitais de informação e comunicação, as quais conformam e fornecem aos sujeitos perspectivas de novas ambiências para suas objetivações e estão determinando, na atualidade, a ordem em que estas ambiências adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha novos contornos.

2.2 Multiplicidade e virtualização

Essa ambiência digital é um espaço múltiplo e de redes que se interconectam a todo instante, por isso é também um espaço de trocas simbólicas nas mais variadas ordens. Este fenômeno tecnológico contemporâneo abre perspectivas teóricas infindas. Alguns o entendem a partir de sua complexidade, outros por suas conexões incomensuráveis, outros por meio da hiperrealidade, dentre outros pontos de vista⁵. Para efeito desta pesquisa a opção teórica sobre o fenômeno das tecnologias digitais vai se ancorar nos pensamentos de Deleuze tomando sua concepção sobre multiplicidade e Pierre Levy com sua formulação sobre virtualização.

⁵ Sobre esses pontos de vista podem ser citados, Edgar Morin, Manuel Castells e Jean Baudrillard.

Alicerçado na filosofia de Bergson, Deleuze elabora sua concepção sobre a multiplicidade, onde trabalha com o polêmico argumento entre o uno e o múltiplo (singularidade concreta e universalidade abstrata) e com as questões ligadas ao espaço e o tempo. Nesse aspecto a designação e a representação desses conceitos são elementos significativos em seu pensamento, contudo Deleuze também considera fatos, acontecimentos, tempo histórico e o devir como partes da guisa dessas discussões e assim o múltiplo se estabelece.

Cardoso Junior (1996) esclarece que, por vezes, há uma certa confusão entre multiplicidade de espaço com multiplicidade de duração, no sentido de que a duração teria uma aceção relativista (de origem na física) e não homogênea ou linear. “O conceito deleuzeano de multiplicidade não é também um decalque do espaço-tempo da física relativista, muito embora o conceito de multiplicidade aí formulado também sirva como ponto de partida para Deleuze”. (CARDOSO JUNIOR, 1996, p.25)

Tratar objetos por meio de seus conceitos implica, conforme o pensamento de Deleuze, considerar os acontecimentos, dessa maneira, relativizar espaço e tempo, pode significar encontrar múltiplas variações conceituais para os mesmos objetos. Por existir essa possibilidade variável, os objetos não são passíveis de serem unificados, como pensava Aristóteles.

O conceito de multiplicidade é um dos polos da filosofia deleuzeana. Deleuze encara a elaboração de conceitos como o princípio da Filosofia. Para ele, conceitos não estão e não são definitivamente acabados ou existem prontos, é preciso criá-los.

[...] a filosofia não é uma simples arte de formar, de inventar ou de fabricar conceitos, pois os conceitos não são necessariamente formas, achados ou produtos. [...] Eles devem ser inventados, fabricados ou antes criados, e não seriam nada sem a assinatura daqueles que os criam. (DELEUZE e GATTARI, 2007, p.13)

Respaldado na filosofia de Bergson, Deleuze elabora um arcabouço próprio para pensar o espaço e a multiplicidade da duração. Essa ambiência, sob o ponto de vista Deleuzeano, advém da definição científica de espaço. Este filósofo defende que há uma aproximação ontológica na espacialidade. O espaço se estabelece na relação entre as coisas e entre as durações, isto é, o espaço participa do ser e pode ser também compreendido e projetado como virtualidade.

Este enfoque da multiplicidade, do espaço-tempo relativista e de lucubrar conceitos como criações contínuas, nos remete ao entorno das tecnologias digitais e das discussões sobre a representação da informação neste contexto. A informação no contexto da contemporaneidade com seus múltiplos, virtuais e atuais, envolve um complexo jogo reflexivo paradoxo temporal entre o elemento humano e suas ambiências.

A teoria deleuzeana das multiplicidades, por sua vez, afina-se ao observar a novidade que o conceito filosófico de multiplicidade traria para a ciência. Essa tentativa de caracterizar o espaço como multiplicidade emergirá novamente em vários pontos de seus trabalhos posteriores, mas aparece enunciado basicamente na definição de uma 'geometria operatória ou projetiva'. Cujo objeto seria um 'espaço liso' ou 'espaço qualquer'. (CARDOSO JUNIOR, 1996, p.156).

Desta feita, a multiplicidade para Deleuze é determinada por dois momentos: a multiplicidade virtual e a multiplicidade atual. Em seu aspecto virtual, a multiplicidade é marcada pelo tempo universal ou duração, já a multiplicidade atual é determinada pela pluralidade de tempos relacionada ao espaço como uma espécie de unidade de duração. Deleuze, então, afirma que existe uma relação sistêmica entre os dois tipos de multiplicidade, o que ele chama de sistema-multiplicidade.

Como esclarece Mostafa (2013, p.48), o virtual se posiciona no pensamento de Deleuze e Gatarri como uma condição transcendental de toda a experiência, desse modo se difere de Platão e Kant. Deleuze e Gattari consideram a existência de apenas um mundo, onde as ideias são imanentes às coisas. Um mundo de múltiplos atuais e virtuais que se relacionam.

Pierre Lévy sociólogo, filósofo, nascido em 1956 na Tunísia e de nacionalidade francesa, professor na Universidade de Paris, adepto à proposta filosófica de Deleuze e Gattari, desenvolve estudos ligados à web como cibercultura, virtualização, ciberdemocracia, inteligência coletiva, entre outros temas sobre à internet.

Lévy (1999) esclarece que é corriqueiro o entendimento da virtualização como algo inumano ou mesmo desumanizante. Entretanto ele é contrário a essas afirmações negativas e defende que a virtualização é a dinâmica do mundo comum, é onde se pode compartilhar a realidade.

Destacando que a virtualização não é um fenômeno recente, Lévy (1999), segue à guisa de Deleuze e ressalta que o virtual não se opõe ao real e sim ao atual.

A palavra virtual vem do latim medieval *virtualis*, derivado por sua vez de *virtus*, força, potência. Na filosofia escolástica, é virtual aquilo que existe em potência e não em ato. O virtual tende a atualizar-se, sem ter passado no entanto à concretização efetiva ou formal. A árvore está virtualmente presente na semente. Em termos rigorosamente filosóficos, o virtual não se opõe ao real mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes. (LEVY, 1999, p.10, tradução nossa⁶).

Ao optar por um panorama menos drástico ou bestificado das tecnologias digitais, Lévy defende seu ponto de vista sob uma perspectiva humanizada, denominada antropogênese, onde o sujeito é observado por seus aspectos sociais, cognitivos e técnicos.

As características dessa concepção de virtualização se aproxima e avigora os aspectos sócio-antropológicos das noções de ambiência e contemporaneidade, discutidas anteriormente onde estão intimamente atreladas aos fatores de mediação da informação por meio das tecnologias digitais.

Por fim, a técnica virtualiza a ação e as funções orgânicas. Contudo, a ferramenta, o artefato, não são apenas coisas eficazes. Os objetos técnicos passam de mão em mão, de corpo a corpo, como testemunhos. Induzem usos comuns, tornam-se vetores de competências, mensageiros de memória coletiva, catalisadores de cooperação. Desde a primeira dupla-face até os aeroportos e as redes digitais, da cabana original às metrópoles sulcadas por auto-estradas e povoada com arranha-céus, objetos técnicos e artefatos são a liga que mantém os homens juntos e implica o mundo físico no mais íntimo de sua subjetividade. (LÉVY, 1999, p.106, tradução nossa⁷)

⁶ “La palabra virtual procede del latín medieval *virtualis*, que a su vez deriva de *virtus*: fuerza, potencia. En la filosofía escolástica, lo virtual es aquello que existe en potencia pero no en acto. Lo virtual tiende a actualizarse, aunque no se concretiza de un modo efectivo o formal. El árbol está virtualmente presente en la semilla. Con todo rigor filosófico, lo virtual no se opone a lo real sino a lo actual: virtualidad y actualidad sólo son dos maneras de ser diferentes”. (LEVY, 1999, p.10).

⁷ Por último, la técnica virtualiza la acción y las funciones orgánicas. Ahora bien, la herramienta, el artefacto, no son solamente cosas eficaces. Los objetos técnicos pasan de mano en mano, de cuerpo en cuerpo, como testigos. Inducen usos comunes, se convierten en vectores de competencia, mensajeros de memoria colectiva, catalizadores de cooperación. Desde el primer bifronte hasta los aeropuertos y las redes digitales, desde la choza original hasta las metrópoles atravesadas por autopistas y pobladas de rascacielos, los objetos técnicos y los artefactos son el ligamento que mantiene a los hombres juntos e implica el mundo físico en lo más íntimo de su subjetividad.

A conjunção das acepções de contemporaneidade de Agamben, múltiplos em Deleuze e virtualização em Pierre Levy, são contrapontos à ordenação, ao tecnicismo e à linearidade do mundo moderno. Tais abordagens revelam um mundo contemporâneo em movimento, que considera as tecnologias digitais da informação e da comunicação mas que, ao mesmo tempo, perscruta o humano com múltiplas possibilidades e em suas ambiências deslocadas no tempo e no espaço.

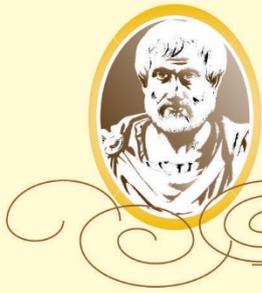
A informação é parte visceral desse processo integrador de ambiências que dizem respeito tanto ao plano imanente quanto ao plano virtual, mas que se perfazem e se integram sistematicamente neste mundo, seja no tempo vivido, no tempo passado ou no devir. Contudo, esse mundo contemporâneo que se apresenta caótico e desordenado pode encontrar caminhos para se organizar através de ambientes menores e das singularidades. Diante dessas perspectivas, presumir meios de organização macro, como pensavam os enciclopedistas, soa como algo inviável ou uma excentricidade.

Quanto mais o ciberespaço se estende, mais universal se torna, menos totalizável o mundo informacional se torna. O universal da cybercultura está tão desprovido de centro como de linha diretriz. [...] Trata-se, no entanto, de um universal indeterminado e que tende até a manter sua indeterminação, pois cada novo nó da rede de redes em constante extensão pode tornar-se produtor ou emissor de informações novas, imprevisíveis, e reorganizar por conta própria parte da conectividade global. (LEVY, 2003. p.1).

Dessa feita, pensar a representação na Ciência da Informação, na contemporaneidade, é congregar o humano às tecnologias digitais, sua virtualização, multiplicidades e ambiências de elevado grau de possibilidades contextuais e de interpretação. O desafio é considerável e instigante. Diante desse cenário, estudos e ações vem sendo realizados, especialmente na tentativa de mitigar problemas da representação relacionados à recuperação da informação.

Na contemporaneidade, as tecnologias digitais da informação e da comunicação estão desafiando a capacidade da Ciência da Informação em lidar com informação em ambientes não-lineares. Este trabalho explora, no campo filosófico, o pensamento de Schopenhauer, os fundamentos filosóficos, na busca para alargar o campo nocional da representação da informação no contexto da Ciência da Informação. Em outras palavras, verificou-se sobre a possibilidade de pensar a

representação na Ciência da Informação a partir do pensamento de Schopenhauer para fomentar relevantes discussões acerca da representação da informação na contemporaneidade.



3 A NOÇÃO DE REPRESENTAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO



Como um procedimento fundamental à ciência da informação, a representação é um tema complexo, que perpassa e está inserido em outros campos do conhecimento.

No seio da Ciência da Informação a representação se estabelece, de forma instrumental, em operações como, a organização e a transferência da Informação. Caixeta e Souza (2008, p.35) afirmam que a representação é tão cara à CI que se torna “eminentemente uma ciência da representação”.

Nesse sentido essa seção visa caracterizar a noção de representação segundo algumas especificidades da Ciência da Informação brasileira.

3.1 SOB A ÉGIDE DA FILOSOFIA

Robredo (2007, p.36) sustenta que ciência e filosofia não são opostos, estes campos se complementam e defende que a Ciência da Informação necessita da aproximação com o campo filosófico a fim de compreender tendências e conceitos que “podem contribuir para o melhor entendimento dos processos de aquisição, geração e organização do conhecimento”. O autor considera que a filosofia contribui para o aprimoramento da Ciência da Informação deixa pistas ou abre caminhos no campo da representação da informação alegando que

[...]é patente que o estudo do pensamento filosófico, no que se refere à interpretação de conteúdos textuais, de forma a extrair os conceitos essenciais para fins de indexação dos documentos e modelagem dos dados, em repositórios e bases de dados em geral, armazenagem organizada e posterior utilização, mediante processos de busca inteligentes, tem muito a contribuir ao processo de análise da informação. (ROBREDO, 2007, p.64).

A representação da informação possui suas bases teóricas no pensamento filosófico, sobre tudo na teoria do conhecimento. Segundo Aguiar e Kobashi (2013) a representação pode ser entendida como uma forma de apreender um objeto ou um conceito, por meio de significação, referência ou simbolização à uma coisa distinta de si mesma, estabelecendo uma relação com aquilo que se representa ou substitui. Ou como Dodebei (2002, p.28) distingue objetos e suas propriedades - representação como objetos são “coisas que queremos representar”, enquanto que as propriedades são “as características dessas coisas”. Uma relação predicativa.

As noções de representação institucionalizam-se no âmbito das ciências e no âmbito da modernidade, como formas de explanação das ordens intuitivas do mundo real.

Os princípios de classificação e representação assim constituídos em tal importância na esfera desses discursos, que em seu momento inicial, chega-se a restringir os processos científicos às atividades de representação e classificação do segmento do mundo real em que os objetos eram. (AZEVEDO NETTO, 2013, p.147).

Tradicionalmente, a área possui seus princípios fundamentados na filosofia e na lógica do período clássico, sendo Aristóteles seu principal nome. Ao longo do tempo outras vertentes e outros filósofos foram somando outras compreensões e olhares estabelecendo novas bases epistemológicas. Sob esse aspecto e considerando as tensões que demarcam o campo da organização e representação da informação e do conhecimento, Smiraglia (2013, p.24) assevera acerca de duas dimensões que se tencionam no campo da representação, no âmbito da CI – o **teórico versus o aplicado**, em um *continuum* conceitual e o **empírico versus racional**, em um *continuum* epistemológico.

Os princípios filosóficos que fundamentam a representação na CI se caracterizam por sua função orientada à normatização e em sua maioria estão baseados no racionalismo. Kobashi e Francelin (2011, p.2) estendem essa afirmativa a outros nomes como “Roget, Dewey, Otlet, Ranganathan, Bliss, Wuster e, mais recentemente, Dahlberg, embora tenham desenvolvido seus sistemas de organização de conceitos em diferentes épocas, o fizeram no interior do cânone do racionalismo moderno”. Significa dizer que a representação da informação possui

suas bases e seu desenvolvimento, sob a predominância de uma ordenação lógica do mundo, de orientação racionalista.

Ante um olhar crítico a esse respeito Lara (2012, p.244), questiona os tradicionais sistemas de organização do conhecimento frente aos tempos atuais e expõe argumentos a respeito dos modos lógicos de representar a informação no sentido de que “Dividir para classificar pelas essências exclui a possibilidade de outras derivações. A dicotomia, a classificação binária, reduz artificialmente a complexidade do real, reduzindo também a possibilidade do sentido”.

Ou como reforça Kobashi e Francelin (2011, p.15), quando esclarecem que as teorias da Classificação e do Conceito tornaram-se universais e são de base racionalista, com raízes nas lógicas aristotélica, kantiana e fregeana. Nelas “estão as premissas de efeito normativo para a organização de conceitos em sistemas de recuperação da informação”.

Essa tendência provoca alguns deslocamentos de cunho teórico-epistemológico no trato com a representação da informação. Gonzáles de Gomes (1993) aponta aspectos filosóficos implícitos na representação discutida na Ciência da Informação. A autora questiona, a partir de premissas epistemológicas e frente às novas tecnologias, a representação do conhecimento num trajeto de vertente filosófica referindo-se ao conhecimento da representação. Nesse jogo de palavras aborda os deslocamentos epistemológicos e afirma que essa mudança ocorreu em três momentos: o ontológico (*in re*), o gnosiológico (*image*) e o semiótico (*in dito*).

A informação, como conceito, reproduz, de certa forma, os deslocamentos culturais do *locus* da relação do pensamento com o real. Temos assim a informação concebida *in re*, como estrutura ou atributo de estados de coisas no mundo; a informação como *image*, no campo do intelecto ou da consciência e finalidade, a informação *in dito*, função da linguagem, do texto ou da razão escrita. (GONZÁLES DE GOMES, 1993, p.5).

Deslocamentos de natureza epistemológica possibilitam dinamicidade científica. Estimulam avanços da área, no sentido de seus quadros teóricos, filosóficos, metodológicos e instrumental aplicado. A área da representação da informação vem intensificando trabalhos e pesquisas na direção de perspectivas que se adequem ou que responda às novas demandas de organização de objetos

informacionais, como comprova o estudo de Alvarenga e Silva (2010) onde os resultados indicam avanços e inovações na área.

Ainda hoje, os sistemas de representação da informação e do conhecimento baseados nos moldes do racionalismo continuam em operação. Contudo é sabido que os mesmos já não atendem mais à dinamicidade e multiplicidade da sociedade atual e suas demandas provocadas pelas tecnologias digitais da informação e da comunicação. Dessa maneira, é salutar o potencial de inovação e qualidade das pesquisas na Ciência da Informação brasileira, de cunho teórico e prático. Ações científicas bem fundamentadas, teórica e metodologicamente, dentro de princípios éticos proporcionam enfrentamentos dos problemas informacionais mais urgentes e atribui, ainda, maior visibilidade científica frente à sociedade e à comunidade científica nacional e internacional.

3.2 SOB O RESPALDO ASSOCIATIVO E INSTITUCIONAL

Segundo LARA (2011), o tema representação, na Ciência da Informação brasileira, apresenta influências de três correntes básicas: francesa, espanhola e anglo-saxônica. Onde é possível observar tais delimitações a partir de instituições, eventos e grupos de pesquisas consolidados no Brasil. Nesse sentido podem ser citados três coletivos representativos ligados à temática Representação no Brasil. O Grupo de Pesquisa TEMMA/USP (fundado em 1986), o Grupo de Trabalho sobre Organização e Representação do conhecimento da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação - GT2/ANCIB (constituído em 1994) e a ISKO BRASIL (criada em 2007), que é o capítulo brasileiro da comunidade científica internacional International Society for Knowledge Organization (ISKO).

3.2.1 O Grupo TEMMA\USP

Grupo de pesquisa da Escola de Comunicações e Artes da USP Fundado em 1986. Tem seu marco a partir da publicação do livro “*Análise Documentária: a*

análise de síntese” de autoria de Johanna Smit em 1987. “reunindo pesquisadores em torno de discussões que mobilizavam a interface entre Documentação e Linguística, bem como subscreveu formalmente a denominação Análise Documentária.” (LARA, 2011, p.98).

A Análise Documentária caracterizou grande parte das pesquisas desenvolvidas na pós-graduação da ECA-USP, influenciando, posteriormente, a formação de graduação e de pós-graduação em outras instituições, como a UNESP-Marília. [...] sob a denominação Análise Documentária foram abrigados diferentes caminhos de pesquisa relativos ao tratamento da informação para a constituição de sistemas informacionais. (LARA, 2011, p.100).

Segundo LARA (2011, p.97) a vertente francesa marca os aspectos “lógicos, linguísticos, semióticos, comunicacionais e terminológicos da atividade documentária, afirmando que é primordialmente na linguagem que se expressam os valores sociais, econômicos e culturais, ou em suma, simbólicos”.

A corrente francesa se baseia na análise documentária a qual parte de metodologias normalizadoras com o uso de metaligagem em substituição da linguagem natural operando “semanticamente no tratamento de sinonímias, homotaxias, homografias, polissemias etc.” (LARA, 2011, p.97). Ou como reforça a autora, “diferentemente da análise do discurso, a Análise Documentária persegue a síntese, como meio de diminuir a dispersão frente ao volume da produção” privilegiando a representação temática enquanto que a parte descritiva fica delimitada por elementos relativos à produção.

3.2.2 O GT2 da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB)

O GT2 da ANCIB é uma referência no campo da Representação da informação e do conhecimento no Brasil. É composto pela comunidade científica pertencentes, em sua maioria, aos quadros dos programas de pós-graduação ligados à Ciência da Informação. De modo geral são docentes, pesquisadores, discentes e profissionais envolvidos com pesquisas ligadas a tema.

Fujita (2008) levantou, com base na bibliografia da área, os aspectos epistemológicos, conceituais e de sistematização da representação da informação e do conhecimento. Vele, nesse ponto ajustar a concepção conceitual utilizada nessa tese e especificar que será preferido o termo Representação da informação e do conhecimento, embora o GT2 insira o termo “organização” em seu escopo.

No decorrer de sua trajetória, desde sua fundação, o GT2, vem acompanhando as tendências das pesquisa nacionais e internacionais e essa dinâmica pode ser acompanhada através da evolução de sua denominação:

Quadro1: Evolução da denominação do GT2/ANCIB

Denominação	Enancib\Período
Representação do Conhecimento/Indexação/Teoria da Classificação	ENANCIB I (1994) ao ENANCIB V (2003)
Organização do Conhecimento e Representação da Informação	ENANCIB VI (2005) ao ENANCIB VII (2006)
Organização e Representação do Conhecimento	ENANCIBVIII (2007) aos dias atuais

Baseado em LARA (2011) e MARTELETO e LARA (2008).

Fujita (2008) Realizou estudo sobre os trabalhos apresentados no GT2 dos ENANCIBs de 2005 a 2007 e concluiu que a pesquisa realizada, ao mesmo tempo que esclareceu e mostrou a realidade dos trabalhos apresentados nos ENANCIBs, também gerou dúvidas, onde foram observados que o conteúdo de muitos temas necessitam do apoio de investigação terminológica. Fujita (2008, p.27) ainda recomenda à comunidade científica o direcionamento e “desenvolvimento de pesquisas sobre o domínio da área no que se refere à sua terminologia e à sua sistematização com o objetivo de alcance de visibilidade científica”.

Alvarenga e Silva (2010), também empreenderam estudos onde traçaram um panorama da CI a partir do GT2 da ANCIB. Nesse escopo observaram avanços e inovações na área e destacaram que a pesquisa a ponta reflexões que contribuem para maior e melhor consistência terminológica da área de organização e representação da informação e do conhecimento, além do aprofundamento de teorias.

Em sua pesquisa realizada com os do GT2/ANCIB, Fujita (2008) demonstrou o desenvolvimento dos trabalhos apresentados no Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) em que foram cobertos os anos de 2005 a 2007. A autora desenvolveu suas análises cobrindo os aspectos teórico, metodológico e das temáticas pesquisadas nesse período nos ENANCIBs. Os pontos teóricos foram dedicados ao levantamento dos aspectos epistemológicos, conceituais e de sistematização.

A compreensão do domínio da área de Organização e Representação do Conhecimento está sistematizada em seu próprio nome formado por dois conceitos fundamentais: a Organização do Conhecimento e a Representação do Conhecimento. Estes dois conceitos são resultados de uma combinação das categorias Ação + Objeto. Dessa forma, podemos entender que a área tem como objeto de pesquisa o Conhecimento e, suas atividades principais em torno desse objeto, são a Organização e a Representação. Dessas atividades em torno do Conhecimento resultam instrumentos, processos e produtos, como facetas que vão se interpondo, para que tenham uso por outras áreas de conhecimento em ambientes institucionais. (FUJITA, 2008, p.69)

O GT2 da ANCIB tem se apresentado como uma comunidade científica protagonista das transformações do campo da Organização e representação da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação no Brasil. Ao ponto de seus partícipes delinearem e implementarem, o capítulo brasileiro da International Society for Knowledge Organization (ISKO).

3.2.3 O capítulo brasileiro da International Society for Knowledge Organization (ISKO)

As discussões para criação do capítulo brasileiro da ISKO aconteceram por iniciativa dos pesquisadores do GT2 no decorrer de dois anos consecutivos (2005 e 2006) do Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação. A oficialização aconteceu no ENANCIB do ano de 2007, na cidade de Salvador. De acordo com Fujita (2008) a ISKO (internacional) é uma congregação científica criada com intuito de consolidar o conhecimento científico nessa área.

Fundada em 22 de julho de 1989, teve, em sua primeira Diretoria, a pesquisadora Ingetraut Dahlberg [...] Desde então, os avanços da área têm se pautado no fortalecimento de sua área teórica,

processos, produtos e métodos a partir do conhecimento e reconhecimento da relevância científica e social adquirida ao longo dos tempos, tendo em vista resultados como os sistemas de classificação universais, tabela Cutter, a análise facetada, mudanças tecnológicas etc. (FUJITA, 2008).

De acordo com o site da ISKO Brasil, o capítulo brasileiro segue as mesmas linhas dos preceitos da ISKO internacional. A ISKO-Brasil tem um caráter de sociedade interdisciplinar, que reúne profissionais de diferentes áreas, dentre elas, além da Ciência da Informação, podem ser citadas: Filosofia, Linguística, Comunicação, Ciência da Computação, Artes, História, entre outras que compreendem a informação e o conhecimento como objeto de pesquisas⁸.

Conforme relata Guimarães (2012), desde sua instalação, a ISKO-Brasil, vem intensificando o diálogo científico entre o Brasil e pesquisadores internacionais.

[...] seja por meio de uma participação cada vez mais significativa nos congressos internacionais da ISKO (veja-se, por exemplo, que como observado por Richard Smiraglia, editor da revista Knowledge Organization, o Brasil foi o país de segunda maior presença científica no último congresso internacional (Roma, 2010), contribuindo com 9 comunicações científicas, o que significou 13,8% do total, superado apenas pelos Estados Unidos com 29,2% do total), assim como em congresso de capítulos nacionais, como França, Espanha e América do Norte. (GUIMARÃES, 2012, p. 274)

Diante dos esforços dos pesquisadores brasileiros e dos coletivos científicos, como é o caso da interface que existe entre o GT2 da ANCIB com o capítulo brasileiro da ISKO, é perceptível o entendimento do quanto as perspectivas são favoráveis, com um cenário científico tendendo para o desenvolvimento, de pesquisas na área, em bons níveis quantitativos e qualitativos.

A fim de compreender a noção da Representação no âmbito da Ciência da Informação serão abordados algumas pesquisas já realizadas que tratam da produção científica sobre esse tema. Nesse sentido LARA (2011, p.96) identificou os principais termos relacionados a essa temática, a partir de pesquisa na base da ABRAPCI cobrindo o período de 1970 a 2011 como pode ser observado no quadro 2.

⁸ http://isko-brasil.org.br/?page_id=16

Interessante observar que nesta pesquisa empreendida por Lara (2011), é possível destacar o quanto a representação da informação no contexto da Ciência da Informação brasileira, possui problemas terminológicos em seu próprio campo. Também foi possível verificar que a área tem uma conotação forte com seu aspecto temático em detrimento do descritivo.

Quadro 2: Principais termos relacionados à representação.

TERMO	BUSCA POR PALAVRA-CHAVE	BUSCA POR PALAVRA-CHAVE, RESUMO E TITULO
'Análise de assunto'	11	16
'Análise documental'	18	35
'Análise documentária'	4	23
'Classificação' (termo isolado e com qualificador)	87	190
'Comunicação documentária'	1	3
'Indexação'	119	193
'Informação documentária'	9	14
'Leitura documentária'	4	7
'Linguagem de indexação'	12	16
'Linguagem documental'	1	4
'Linguagem documentária'	32	41
'Linguística documentária'	7	7
'Organização da informação'	40	68
'Organização do conhecimento'	46	66
'Organização do conhecimento' e 'Organização da informação'	4	5
'Organização e representação da informação'	1	4
'Organização e representação do conhecimento'	2	14
'Representação documentária'	5	6
'Representação da informação'	20	46
'Representação do conhecimento'	36	58
'Representação do conhecimento' e 'Representação da Informação'	2	6
'Representação temática'	9	15
'Tratamento temático'	2	2
'Vocabulário controlado'	12	19

Fonte: LARA (2011, p.96).

Ainda, de acordo com LARA (2011, p.95) As correntes francesa e espanhola tratam das aplicabilidades na representação temática e tem no Grupo TEMMA sua principal referência. Diferindo-se, em muitos aspectos, da corrente anglo-saxônica, que tem como principal representação a ISKO. Já o GT2 da Associação Nacional de

Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação consegue congrega pesquisadores de todas as correntes e além de outras veias interdisciplinares que se encontram em evento científico anual, o Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação.

3.3 Sob os modos Descritivo e Temático

Faz-se necessário, para fins dessa pesquisa, uma delimitação conceitual para compreender a noção e o escopo da representação na Ciência da Informação na contemporaneidade. Inicialmente pode-se afirmar que a representação, no campo da CI, está, obviamente, ligada à informação. Nesse sentido é também, relevante contextualizar o conceito de informação dentro do propósito desta tese.

Com efeito, informação será compreendida neste trabalho a partir da definição de Zeman (1970, p.156) o qual defende que é possível compreender a informação, “como algo que é colocado em forma, em ordem. A informação significa a colocação de alguns elementos ou partes – sejam eles materiais, ou não materiais – em alguma forma, em algum sistema de classificação” Isto significa que a informação, neste caso, é algo construído cognitivamente.

Capurro e Hjørland (2007, p.193) enfatizam que

Quando representamos dados em sistemas de informação, o fazemos a fim de dar suporte a certas atividades humanas. Não deveríamos simplesmente considerar nossas representações como objetivas, porque isto implica que nunca especificamos completamente as suposições teóricas, sociais e históricas com base nas quais agimos. Todos os tipos de sistemas de informação tem políticas e objetivos mais ou menos explícitos. O que consideramos como informação deveria também ser um reflexo da função social do sistema de informação. (CAPURRO e HJORLAND, 2007, p.193).

Considerando a literatura publicada no Brasil, o termo Representação, no contexto da Ciência da Informação, está revestido de variações em diferentes orientações de cunho teórico, metodológico, instrumental e aplicado. No Brasil a representação, no âmbito da Ciência da Informação, é comumente designada em dois modos, um descritivo e outro temático.

“[...] a representação da informação pode ser subdividida em representação descritiva e representação temática. A primeira

representa as características específicas do documento, denominada descrição bibliográfica, que permite a individualização do documento. Ela também define e padroniza os pontos de acesso, responsáveis pela busca e recuperação da informação, assim como pela reunião de documentos semelhantes, por exemplo, todas as obras de um determinado autor ou de uma série específica. A segunda detém-se na representação dos assuntos dos documentos a fim de aproximá-los, tornando mais fácil a recuperação de materiais relevantes que dizem respeito a temas semelhantes. Neste contexto, são elaboradas as linguagens documentárias, instrumentos de controle vocabular a fim de tornar possível a “conversação” entre documentos e usuários. (MAIMONE; SILVEIRA e TÁLAMO, 2011, p.28).

Do ponto de vista aplicado, a representação da informação se dá no momento do processamento técnico dos objetos informacionais. Segundo Leiva (2012), este procedimento é dividido em análise da forma (representação descritiva) e análise do conteúdo (representação temática).

A análise da forma de um documento também é conhecida como descrição bibliográfica ou catalogação, enquanto que a análise de conteúdo inclui a classificação, o resumo e a indexação. A última fase do processo documentário é a saída da informação. Todas as operações desenvolvidas na fase de entrada e de tratamento da informação têm um objetivo principal: a divulgação da informação. A razão das operações descritas é a divulgação da informação que foi selecionada, adquirida ou recebida e analisada anteriormente. (LEIVA, 2012, p.65)

Com a finalidade de conhecer qual o percentual de trabalhos direcionados à representação nos modos descritivo e temático. Em outubro de 2016 foi realizada pesquisa com base no site do GT2 da ANCIB. Para esclarecer qual a predominância dos trabalhos apresentados nos ENANCIBs.

Os dados foram coletados no site da ANCIB, especificamente na aba de produção do GT2. Como os dados, disponíveis no site, sobre a produção dos ENANCIBs, ainda se encontrava rarefeito optou-se por um recorte contemplando uma amostra dos anos que correspondessem a cada quinto ano de uma década. Desse modo foram pesquisados os anos de 1995, 2000, 2005 e 2010. A Amostra contou com o total de 91 trabalhos e a investigação foi balizada pela análise dos títulos, quando os títulos apresentavam algum tipo de ambiguidade a análise foi feita pelo resumo e, em alguns casos, com a leitura integral do texto.

Desse modo observou-se que a maior parte dos trabalhos apresentados no GT2 são frutos de pesquisas em Representação Temática o que corresponde à

80%. Conforme observado no Quadro 3. Foram examinados, também dados que mostrassem as duas temáticas integradas, visto que no campo aplicado, por conta das tecnologias digitais de comunicação e informação as representações temática e descritiva são, na maioria das vezes, trabalhadas de forma conjunta, Isto é, cada vez mais o processo de descrever, indexar e classificar informações e documentos acontecem de forma integrada. A constatação da predominância dos estudos sobre representação temática suscita um questionamento: Que fatores levam a pouca produção de trabalhos sobre representação descritiva no GT2/ANCIB?

Quadro 3: Representação temática e descritiva na produção do GT2/ANCIB.

Item	Trabalhos	Porcentagem
Representação Temática	73	80%
Representação Descritiva	5	5%
Dois temas arrolados juntos	2	3%
Outros temas relacionados	11	12%
Total	91	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Esse questionamento pode fomentar outras pesquisas pra melhor explorar esse assunto e provavelmente correlacioná-lo com a questão que envolve o entrono digital, metadados e representação da informação. De todo modo, o que nos coube nessa seção da tese foi vislumbrar o enfoque que a Ciência da Informação, no Brasil, vem facultando a cada um dos modos da representação da informação.

3.4 SOB A TÔNICA DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

Sob um ponto de vista funcional, Aguiar e Kobashi (2013) esclarecem que a sintetização e redução da informação por meio de representações, justifica-se pelo crescimento cada vez maior de objetos informacionais que circulam socialmente. Desse modo os autores reforçam que a representação é um mecanismo indispensável para operacionalizar e garantir a eficiência funcional da recuperação

através de sistemas e instrumentos de representação e recuperação da informação. Estes aspectos são reafirmados por Gonzáles de Gomez (1993).

Hoje, a busca de uma informação que seja uma resposta pertinente e relevante às nossas perguntas requer a reconstrução de um complexo cenário onde sejam agregadas as populações de fontes e canais de informação, de modo a permitir processos seletivos, organizados e econômicos de busca e recuperação. (Gonzáles de Gomez, 1993, p.1).

A esse respeito, Leiva (2012, p.64), mostra que a técnica de representação da informação, processo técnico documentário, “um conjunto de operações realizadas para a seleção, a aquisição, o registro e o tratamento dos documentos a fim de possibilitar seu armazenamento e, posterior recuperação”.

Nunes e Tálamo (2009, p.33) esclarecem que um dos desafios para os estudos do campo da representação da informação e do conhecimento é a “busca de linguagens modernas e conceitos que abranjam os temas atuais” num contexto em que é gigantesco o volume de informações produzidas diariamente. Nesse sentido Dahlberg (1979) já havia alertado para necessidade de ampliação dos estudos de sistemas de representação da informação (classificação, segundo a autora) de modo que fossem mais flexíveis de modo que se adaptassem aos novos conhecimentos.

Considerando a multiplicidade dos sistemas informatizados em rede, a interoperabilidade reforça a necessidade pela representação das informações, especialmente as digitais. Nesse sentido, Galindo (2015, p.5) ressalta sobre a capacidade de se articular em modo interoperacional as representações com o auxílio das tecnologias da inteligência que permitem ao homem alcançar alguns de seus mais significativos avanços sociais no mundo contemporâneo.

A interconexão dos espíritos por via dos seus registros exógenos potencializou as redes de alcance mundial e a expressão mais evidente de uma sociedade de trocas de conhecimento e saberes entre seres humanos no início deste milênio. Eis onde estamos agora. (GALINDO, 2015, p.5)

Desse modo, Gonzáles de Gomez (1993, p.1) afirma que as mesmas energias que estimulam e potencializam a geração e comunicação de conhecimento/informação são também responsáveis por novas formas de dispersão da informação e pela retração das forças vinculantes dos espaços e ações de comunicação.

É inegável que, na contemporaneidade, diante das tecnologias digitais da informação e da comunicação, os tradicionais meios, teorias, instrumentos e ações voltadas à representação da informação apresentam-se ineficientes frente às ambiências e multiplicidade do atual contexto, cada vez mais virtualizados e complexos. Ou como alerta LARA (2012, p.241), “buscamos, ainda, por modelos claros e seguros, mas eles não mais existem”.

Fica, então uma questão iminente: Que formas e condições, são possíveis para se pensar e investigar a representação da informação na contemporaneidade?

Os estudos sobre representação da informação demandam uma análise crítica de seus fundamentos e pressupostos, especialmente frente à nova realidade sócio-tecnológica, onde vem num crescente o entendimento de que os meios positivistas de ciência não são suficientes para dar conta da multiplicidade do mundo atual.

Diante dos autores abordados, ficou patente que a representação no contexto da CI, possui um viés instrumental e técnico, fundado em princípios racionalistas, lineares e analíticos (dividir, segmentar para reagrupar).

Nessa seção, diante do que foi analisado, fundamentado na literatura, bem como na pesquisa feita com a produção do GT2 da ANCIB, foi possível constatar que, no Brasil, considerando os estudos sobre representação da informação e do conhecimento, a Ciência da informação atribui um enfoque bem mais significativo à representação temática que à representação descritiva. A disparidade, da produção, entre Representação Temática e Representação Descritiva é bastante significativa. Os dados, aqui apresentados, suscitam uma reflexão que podem fomentar futuras pesquisas: Que fatores levam a pouca produção de trabalhos sobre representação descritiva no GT2 da ANCIB e na Ciência da Informação como um todo?

Desde suas bases teóricas os sistemas de representação da informação são trabalhados seguindo, em sua grande maioria, as estruturas aristotélicas, positivistas e pragmatistas. Que não mais atendem ao descontínuo, efêmero e transitório mundo das tecnologias digitais da informação e comunicação.

Autores brasileiros como Lara (2012), Guimarães (2013), Alvarenga (2003), Gonzáles de Gomes (1993), Campos (2004) entre outros, possuem postura crítica sobre os modos tradicionais de representação da informação e do conhecimento,

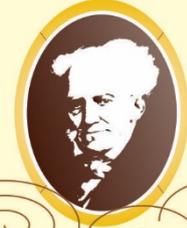
frente à complexidade do mundo contemporâneo, seja em seus aspectos teóricos, metodológicos ou aplicados. Onde debatem e prospectam o crescimento de pesquisas e ferramentas com fôlego (teórico e metodológico) para contemplarem uma representação da informação e do conhecimento melhor adaptada às ambiências culturais do mundo atual, com base teórica e instrumental mais flexíveis, que atendam ao *continuum* informacional⁹ em sua simultaneidade e diversidade, considerando contextos sociais em suas multiplicidades.

⁹ *Continuum* informacional é compreendido aqui, a partir dos elementos do *Records continuum*: Abordagem desenvolvida por pesquisadores australianos em que concebem a gestão integral dos documentos (informação). Compreendendo o entorno digital e apoiando-se numa perspectiva antropológica, a gestão documental é unificada, não linear e contínua. Considerando o espaço-tempo (opera através do tempo e não no tempo) se estabelece em contextos dinâmicos em quatro dimensões, criar, capturar, organizar e pluralizar (UPWARD, 2005, p.197-222).



4

A QUESTÃO DA REPRESENTAÇÃO NA FILOSOFIA



Todo homem toma os limites de seu próprio campo de visão como os limites do mundo.

(Schopenhauer)

Neste capítulo se propõem o desenvolvimento de um itinerário filosófico, em torno da noção de representação, a partir da antiguidade ocidental partindo do pensamento de Platão, passando pela modernidade até chegar ao pensamento de Wittgenstein a fim de alcançar as discussões sobre o representacionismo e o antirepresentacionismo no capítulo cinco.

Este percurso é fundado utilizando estes pensamentos filosóficos orientados em duas direções que se seguem de modo paralelo. A primeira rota segue o caminho filosófico que serve de fundamento para o molde tradicional da representação na Ciência da Informação. A rota do segundo trajeto foi traçada sob os mesmos elementos filosóficos, contudo orientados como subsídio, para se alcançar o pensamento de Arthur Schopenhauer.

Estes dois percursos terão como ponto de convergência a análise dos aspectos filosóficos da noção de representação na Ciência da Informação à luz do pensamento Schopenhaueriano.

4.1 REPRESENTAÇÃO: ALGUNS FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS

A fim de delimitar uma linha de raciocínio sobre os fundamentos filosóficos da representação da informação, foram selecionadas algumas temáticas filosóficas, situadas entre a Antiguidade Clássica e a Idade Contemporânea.

As bases filosóficas da representação da informação estão, indiscutivelmente, alicerçadas no pensamento clássico greco-romano bem como em seus desdobramentos ao longo do tempo. Nesse sentido foi traçado um percurso filosófico a partir de Platão e Aristóteles, passando pelo pensamento de Kant, até se chegar em Wittgenstein.

Em Platão, delimitou-se o campo, na alegoria da Linha Dividida; em Aristóteles buscou-se encontrar elementos na teoria da predicação. No Período medieval optou-se por tratar da árvore porfiriana e os desdobramentos que a filosofia de Porfírio teve junto aos escolásticos assim como as repercussões que se deram nas perspectivas da ontologia, lógica, epistemologia e da linguagem. Ao fim desse percurso, está o pensamento de Immanuel Kant e a figura do “giro copernicano de Kant” e, por fim, conclui-se esse capítulo com as discussões em torno dos aspectos lógicos da linguagem em suas repercussões na tradição filosófica baseada na representação.

A proposta de elencar, de forma indutiva, esses elementos do pensamento filosófico é necessária para estabelecer uma linha argumentativa, que viabilize e subsidie a compreensão do pensamento Arthur Schopenhauer, bem como para sustentar os fundamentos filosóficos da representação na Ciência da Informação.

4.1.1 Alegoria da linha dividida de Platão

Defendendo a noção de representação, a partir de Platão, analisa-se a alegoria da Linha Dividida, a fim de identificar os argumentos que fundamentam a concepção epistemológica da noção de conhecimento e representação no pensamento platônico.

Oriundo de uma abastada família ateniense, Platão¹⁰ viveu no período clássico da Grécia Antiga. A maior parte do corpo de suas obras é composta por diálogos. Segundo BINI (2014) por influência de Sócrates, seu mestre, os diálogos platônicos são figurados, na maioria das vezes por Sócrates dialogando com outros personagens. Dessa maneira o mestre se torna porta-voz e veiculador da doutrina platônica. Detentor de inatos recursos pedagógicos e heurísticos, Platão funda, no horto de *Academo* - em Atenas, sua própria escola a Academia que teve Aristóteles como um de seus membros mais importante.

Um discípulo pode superar seu mestre, a partir da capacidade de aprimorar suas ideias, desconstruí-las ou até mesmo negá-las. Platão foi um discípulo que soube levar adiante o projeto de seu mestre.

Assimilando a metodologia de Sócrates¹¹, Platão reconstrói a dinâmica dos diálogos socráticos e a insere num método dialético que expande o pensar filosófico ao ponto de instrumentalizá-lo como um meio de ascendência humana ao conhecimento.

Partindo de um princípio dualista, Platão explica o processo do conhecimento humano por meio da distinção entre dois mundos: o mundo visível (ou sensível) e o mundo inteligível (ou das ideias).

A Alegoria da Linha Dividida é apresentada por Platão na obra *A República* (Livro VI 509c - 511e). Esta passagem apresenta o diálogo entre Sócrates e Gláucon, onde o mestre explicita, de forma simbólica, os processos ou etapas em que a mente humana é capaz de realizar o percurso entre os dois mundos: o mundo visível (sensível) até o mundo inteligível.

Compreendes, então, que como dissemos, há essas duas entidades, sendo que uma delas é soberana sobre o gênero e região inteligíveis, enquanto a outra o é sobre o visível, para não dizer 'do céu', pelo que poderia parecer a ti que imito o sofista jogando com o nome. De qualquer modo, tens dois tipos de coisas ou entidades: as visíveis e as inteligíveis."
"Certo."

¹⁰ Viveu aproximadamente entre 427 a 347 a. C. Aristocles era seu verdadeiro nome.

¹¹ O método socrático consiste na condução indutiva, por meio do diálogo, onde o mestre conduz o aluno a um processo de perguntas e contraposições até "dar à luz", alcançar respostas ou conceitos coerentes, racionalmente refletidos. O método conhecido como maiêutica (*maieutike* - parto de ideias).

“representa-as mediante uma linha dividida em duas seções desiguais. Divide, então, cada seção (a do visível e a do inteligível) na mesma proporção da linha.”[...]

Assim, há quatro dessas disposições na alma que correspondem às quatro subseções de nossa linha: entendimento para a subseção mais elevada, intelecção para a segunda, crença para a terceira e imaginação para a última. Organiza-as numa proporção e considera que cada uma participa em clareza no mesmo grau que seus objetos participam da verdade e da realidade. (PLATÃO, 2014, p.285 e 288).

Dessa forma a linha teria dois segmentos bipartidos representando a sucessão dos estágios do conhecimento humano.

De acordo com Santos (2014) a da Linha Dividida, confere, de forma simbólica, um dinamismo a este esquema que busca ordenar os seres e as operações cognitivas que, sob o ponto de vista epistemológico, se apresenta em quatro operações – o imaginário, a crença, a intelecção e o entendimento. Sob o ponto de vista ontológico são apresentados quatro espécies de seres – os seres do mundo físico (imaginação), suas imagens (crenças), suas formas representáveis (intelecção) e finalmente suas formas irrepresentáveis (entendimento).

FIGURA 1 – Alegoria da Linha Dividida: mundo visível e inteligível



Fonte: Adaptado de Platão (2014, p.285 e 288).

Segundo Marcondes (2001), o conhecimento pode ser caracterizado como a posse de uma representação correta do real por meio da análise das pretensões pessoais ao conhecimento que se torna possível a medida que se examina como são formadas as representações.

Tal análise tem um caráter fundacional, no sentido de que permite que avaliemos criticamente as bases de nossas pretensões ao conhecimento da realidade sem apelar para este Conhecimento como pressuposição de nossa investigação, não havendo assim circularidade. Isso equivale, portanto, a colocar a epistemologia, isto é, a discussão teórica da questão do conhecimento, como ponto de partida do projeto filosófico, da reflexão filosófica. (MARCONDES, 2001, p.53).

Na teoria platônica o mundo sensível acessado por meio dos sentidos, é o mundo do movimento, das multiplicidades e ilusões como sombras de um mundo real. Desse modo se observamos formigas dos mais variados tipos, a ideia de formiga deve ser una, imutável, a verdadeira realidade. Dessa forma Platão se aproxima do instrumental teórico de Parmênides, aliando-o aos ensinamento de Sócrates e a partir daí elabora sua teoria das Formas.

Do pensamento de Sócrates, Platão absorve a noção de *logos*, e avançando no percurso da compreensão do real elabora a palavra ideia (*eidos*), para referir-se ao intelecto o qual se distingue da intuição sensível.

Além do sensível, o mundo do ilusório, encontra-se o mundo das ideias gerais, o terreno das essências imutáveis que o homem alcança através da contemplação e pelo deter os enganos dos sentidos ilusórios. Neste sentido, o pensamento platônico entende o que o mundo sensível é irreal ou ilusório, como se fosse uma representação imperfeita das ideias.

As ideias são a única verdade, o mundo dos fenômenos só subsiste a medida em que se relaciona com o mundo das ideias. Este mundo fenomênico é apenas sombra ou cópia das ideias.

Segundo Aranha (1993), Para Platão há uma dialética que fará a alma elevar-se das coisas múltiplas e mutáveis as ideias unas e imutáveis. As ideias gerais são hierarquizadas, e no topo delas está a ideia do bem, a mais alta em perfeição e a mais geral de todas: os seres e as coisas não existem senão enquanto participam do Bem. E o bem supremo é também a Suprema Beleza. É o Deus de Platão.

As formas possuem princípio para explicar toda a realidade.

Se lembrarmos o que foi dito a respeito dos pre-socráticos, podemos verificar que Platão tenta superar a oposição instalada pelo pensamento de Heráclito, que afirmava mutabilidade essencial do ser a posição de Parmênides, para o qual o ser é imóvel. Platão resolve o problema: o mundo das ideias se refere ao ser parmenídeo, e o mundo dos fenômenos ao devir heraclitiano. (ARANHA, 1993, p. 96).

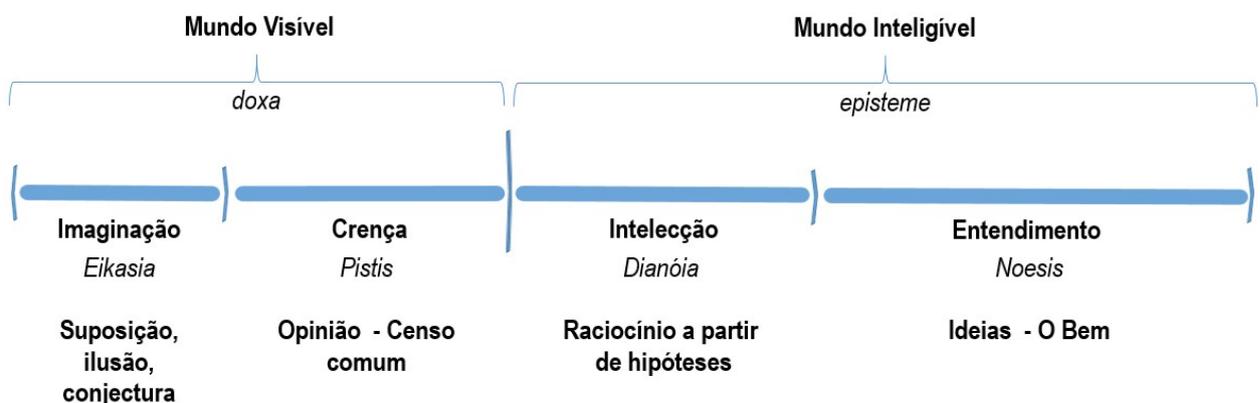
Na alegoria da Caverna o conhecimento é retratado como um processo: o filósofo (que se libertou das correntes), que deu o primeiro passo em direção ao conhecimento, ao contemplar a verdadeira realidade consegue passar da opinião (*doxa*) para a ciência (*episteme*) e depois de alcançar a *episteme* deve retornar ao seio dos homens para orientá-los.

Deste modo, somados os argumentos dos estudiosos de Platão aqui apresentados, a Linha Dividida pode ser melhor simbolizada como demonstrado na figura 1.

Sob as perspectivas ontológica e epistemológica, a Linha Dividida evidencia as relações do ser com as ideias.

A análise do quadro estruturante das relações do ser com a totalidade da Formas que envolve mostra cada uma delas como uma entidade susceptível de ser vista em si, ou em relação com outras entidades. Dessas relações deve ser registrada a sua natureza propriamente “ontológica”, de todo independente do modo como cada entidade é conhecida. Resulta dessa perspectiva a necessidade de remeter as relações que devem proporcionar o conhecimento das Formas para o plano epistemológico. SANTOS (2012, p.125).

FIGURA 2 – Alegoria da Linha Dividida: objetos do conhecimento



Fonte: Adaptado de Platão (2014), Santos (2012), Marcondes (2001) e Aranha (1993).

No mundo inteligível, está a ideia do “universal”. O universal platônico é uma entidade abstrata do conhecimento, que existe apenas no plano das ideias, está fora da coisa em si (*ante rem*). O Universal é conhecido pelo método dialético e acontece no entendimento e não necessita da realidade sensível, mas se faz necessário para compreender o mundo visível.

O conhecimento em Platão possui uma noção representacional idealista. A alegoria da Linha Dividida retrata o pensamento onto-epistemológico do conhecimento platônico em que para se obter o saber (o Bem) o indivíduo deve compreender a relação que há entre as ideias nos quatro níveis. Só assim, segundo o pensamento platônico, se é capaz de conhecer algo.

4.1.2 A teoria da predicação em Aristóteles

Divergindo em alguns termos de seu mestre, Aristóteles que foi discípulo de Platão, indica uma noção de representação materialista/realista e não idealista. O mundo visível e inteligível não são para Aristóteles, o percurso para se chegar ao conhecimento verdadeiro. Dessa feita estabelece sua Lógica em que as operações intelectuais sobre o mundo e fatos do mundo são operacionalizadas por experiências e determinantes para um raciocínio verdadeiro e válido, ponto crucial de sua Lógica que busca a constatação dos fatos do mundo com pretensão de verdade.

Contudo a metafísica também é um elemento incondicional na filosofia Aristotélica sobretudo ao que diz respeito à teoria da predicação uma vez que o pensamento ontológico está intimamente ligado à natureza primacial do ser, e que para conhecê-lo, o ponto de partida está na investigação de realidades que transcendem experiências sensíveis.

Nos estudos relacionados à representação da informação é comum encontrar demarcações em torno das categorias aristotélicas (KAULA, 1982; VICKERY, 1980; PIEDADE, 1977; SHERA, 1957; MOSS, 1964; entre outros). Contudo, optou-se, neste trabalho, por tratar de uma temática filosófica pouco abordada na Ciência da Informação, e que vem trazer elucidações necessárias à linha de pensamento desta tese. Desse modo, o ponto de delimitação para explicar o pensamento aristotélico, está sustentado nos escritos sobre lógica, metafísica e na teoria do conhecimento

aristotélica, tendo como ponto central a chamada teoria da predicação e seus aspectos lógicos e ontológicos.

A teoria da predicação compõem a lógica aristotélica e é um elemento complexo de seu pensamento, autores como Angioni (2006) e Mesquita (2005a e b) corroboram com essa afirmativa. Não cabe nesse trabalho trazer um estudo aprofundado da predicação em Aristóteles. Entretanto uma breve explanação desse tema se faz necessária afim de compor e deslindar a linha de raciocínio sobre as bases filosóficas da representação da informação.

Aristóteles nasceu de uma família abastada em Estagira em 384a.C. Seu pai, Nicômaco, era um conhecido e respeitado médico. Na juventude foi para Atenas e ingressou na Academia e por vinte anos foi um dos pupilos de Platão. Após a morte de seu mestre Aristóteles, lecionou em algumas escolas gregas e se torna, na Macedônia, preceptor de Alexandre, O Grande. Em 335 a.C. retorna à Atenas e passa a lecionar no Liceu. Segundo Mesquita (2005a, p.103) o Liceu era um local de Atenas que Aristóteles escolheu como ponto de encontro com seus discípulos onde lecionou até o ano de 323 a.C. Morre em 322 a.C com 63 anos de idade.

Inquestionável o quanto o legado deste filósofo é preponderante na cultura do ocidente. Embora não seja uma concepção única, no mundo ocidental, se entende, ou de forma intuitiva se percebe que o mundo é constituído por “coisas” e seus predicados (percepção aristotélica).

Para nós ocidentais, é intuitivo que o mundo é constituído por “coisas”, isto é, por objectos físicos dotados de determinada identidade nuclear (aquilo a que o vocabulário aristotélico chama de “essência”) e de um conjunto variável de características mais ou menos conjunturais (“acidentes”, na mesma nomenclatura). (MESQUITA, 2005a, p.122).

A teoria da predicação não se encontra apenas em uma de suas obras, mas se apresenta distribuída em vários de seus escritos em que podem ser citados: Tópicos I, Segundos Analíticos, Categorias, Da interpretação, Metafísica e Segundos Analíticos. De acordo com Angioni (2006) todos estes textos são compostos de elementos que abordam a predicação.

Esta teoria aristotélica possui duas facetas relacionadas entre si, por um lado envolve uma teoria semântica e por outro uma teoria ontológica. A predicação

expressa uma estrutura de mundo e usa a doutrina das categorias para fundamentar as condições gerais para compreendê-la.

Angioni (2006, p.20) explica que a teoria semântica delinea regras e condições nas quais os termos remetem a situações passíveis de verificações no mundo e essa condição a faz também uma teoria ontológica. Segundo o autor os conceitos de predicado e categoria não são equivalentes e a “doutrina das categorias” é parte da teoria da predicção.

O mundo apresenta-se pela coexistência coerente entre essas duas estruturas [ente em si e ente por concomitância], e compete justamente à metafísica mapear os princípios pelos quais ela se dá. A teoria da predicção – da qual a “doutrina das categorias” é apenas uma parte - é justamente uma parte da metafísica assim entendida (ANGIONI, 2006, p36).

Este quadro ontológico da teoria da predicção traz à tona a natureza das coisas de que trata a predicção. Ainda de acordo com Angioni (2006), a teoria da predicção é uma teoria a “respeito das correlações entre, de um lado, as estruturas objetivas pelas quais as coisas se dão no mundo e, de outro, as estruturas lógico-linguísticas pelas quais pretendemos constatá-las e remeter a elas”. Essa estrutura é baseada na significação em que os contornos do significado são entidades estáveis, definidas e passíveis de composição.

Os elementos da Lógica Aristotélica passam por uma análise proposicional expressa por “*S é P*”. ANGIONI (2006, p18) aponta que essa estrutura básica da predicção constitui-se de três elementos mínimos “dois termos (sendo um deles o *sujeito* e o outro o *predicado*) e o operador copulativo”. O verbo “ser” (que pode unir ou separar – no caso do “não ser”) trata-se, nesse caso, do operador copulativo que tem papel essencial na estrutura da predicção. O mundo constituído de “coisas” predicáveis possibilita uma análise processual se determinado conhecimento é verdadeiro ou não.

A realidade na qual estamos inseridos, é para Aristóteles, o princípio de sua filosofia. Desse modo a noção de substância (*ousia*) é fundamental em seu sistema filosófico, contudo não é um elemento de fácil entendimento. Nos vários contextos de suas obras a noção de substância apresenta certas variações e mais de um sentido. Substância pode ser entendida como categoria ou predicamento; se

apresenta como entes físicos ou como entidades naturais (terra, fogo, água, ar); pode ser um corpo (um todo) e suas partes, dentre outras acepções.

O aspecto ontológico é determinante na noção de substância. Aristóteles, nos livros sexto e sétimo da *Metafísica*, indica que o “ser” tem múltiplos significados, contudo pode ser entendido por duas vertentes, uma que o trata com base nos dez predicados ou categorias¹² e outra que trata o “ser” como potência e ato.

O ser, entendido em geral, tem múltiplos significados: um destes – dissemos anteriormente – é o ser como verdadeiro e o não-ser como falso; ademais existem as figuras das categorias (por exemplo a essência, a qualidade, a quantidade, o onde, o quando e todas as outras); e, ainda, além destes, existe o ser como potência e ato. (ARISTÓTELES, 2002, p.273).

Para fins deste trabalho a noção de substância terá alcance na metafísica Aristotélica que considera a essência¹³ do ser em contraposição ao acidente, isto é, a substância não é apenas um dos dez predicados do ser que constam nas Categorias, ela é, na verdade, o principal elemento das categorias. É um ser que não necessita de predicados para ser compreendido. A substância é o individual, o ser em si, o singular também designada como substância primeira.

Desta feita a acepção de substância está relacionada à matéria e à forma (matéria sendo o ente como potência – volume, massa/energia - e a forma como o ato). É um dos pontos em que Aristóteles diverge de Platão, pois considera forma e matéria como partes inseparáveis do mundo sensível. A substância é um algo composto de forma mais matéria. Este sentido extrapola a divisão segundo o gênero e a espécie.

Aquilo que é comum às coisas é entendido como – o universal ou substância segunda. O universal em Aristóteles é uma não-substância, é algo que existe em um sujeito (*in re*), uma qualidade (*qualitas*) que pode conceitua-lo no plano cognitivo. Algo que depende de um sujeito, portanto deriva da noção de predicção.

A visão de que o mundo é constituído por “coisas” e seus predicados surge com a filosofia de Aristóteles. Seu esquema sujeito/predicado denota certa

¹² As dez categorias do ser, definidas por Aristóteles, são: substância, quantidade, qualidade, relação (ou relativo), lugar, tempo, posição (ou lugar), condição (ou estado), ação e passividade (ou paixão).

¹³ Algo no “ser” que nunca muda, o imutável, a parte invariável.

convicção de que o todo é melhor compreendido se o entendemos constituído por sujeito ou substância/essência (*ousia*) e melhor descrito quando atribuimos generalidades contingenciais a esses sujeitos.

Por menos comprometida filosoficamente, talvez seja preferível dizer que, para nós, as coisas ou objetos físicos são naturalmente sujeitos e predicados (quer dizer, entidades articulares susceptíveis de assumir certas qualidades com um grau maior ou menor de contingência), sendo que a tessitura fundamental do mundo é constituída por realidades desse tipo. (MESQUITA, 2005a, p.122).

Mesquita (2005, p.122) ainda esclarece que essa visão ocidental de mundo, pode ser atribuída ao pragmatismo da concepção de mundo latina e, certamente, da conquista da Europa pelo criacionismo e pelo personalismo cristão. “Este esquema impôs-se naturalmente como um *a priori* mental, como um *habitus* entranhado, como uma segunda natureza na nossa relação com o mundo e conosco próprios”. O autor defende que hoje, vivemos sob o signo da cosmovisão aristotélica num mundo de coisas singulares e irreduzíveis. Vivemos entre sujeitos-de-predicados.

A representação em Aristóteles considera o campo cognitivo, entretanto se difere da platônica no sentido de que é no mundo e com base em suas realidades que as representações são estruturalmente compostas.

4.1.3 Porfírio de Tiro, os Escolásticos e o debate sobre os Universais

Comentador das obras de Platão e Aristóteles, Porfírio de Tiro (332/333 – 304 dc) foi um filósofo fenício, também conhecido como biógrafo de seu mestre Plotino. Segundo Ferrater Mora (1994, p.2844), a filosofia de Porfírio está baseada na junção das doutrinas de Platão, Aristóteles, Plotino, Posidônio e Antíoco. Além dos aspectos lógicos sua filosofia se destaca por conter questões éticas e religiosas ao ponto de dizer que sua filosofia tem “por objeto principal preparar a alma, mediante a purificação ascética, para a contemplação do mundo inteligível”¹⁴ (Tradução nossa).

Salvo os elementos teológicos, provavelmente, um de seus escritos mais conhecidos tem caráter lógico e foi escrito com fins didáticos com enfoque

¹⁴ “(...) la filosofía de Porfírio tiene por objeto principal preparar el alma, mediante la purificación ascética, para la contemplación del mundo inteligible”. (FERRATER MORA, 1994, p.2.844).

introdutório às categorias aristotélicas a obra intitulada *Isagoge*, trouxe a novidade da árvore lógica (árvore de Porfírio), bem como promoveu grande repercussão na filosofia da Idade Média ao levantar indagações sobre ‘gênero’ e ‘espécie’ no contexto da predicação.

O principal tema de que [Porfírio] se ocupa é, como bem se sabe, a chamada teoria dos predicáveis, que Aristóteles não desenvolveu de modo direto e completo. Contudo, não é menos conhecido, o que nesta singela obra se apresenta de modo breve, a abordagem de um dos mais profundos problemas da filosofia: o chamado problema dos universais¹⁵. (GARCÍA NORRO e ROVIRA, 2003, p. 17). (Tradução nossa).

Esta obra (*Isagoge*) encerra substancial influência na Biblioteconomia e Ciência da Informação. O filósofo fenício desenvolveu a caracterização gráfica, que notadamente mais influenciou a representação da informação - a “árvore de Porfírio”. Seu desenvolvimento baseado na Lógica Aristotélica, inaugura uma organização binária da substância, empregando o princípio de que conceitos gerais é o ponto de partida até que se chegue aos conceitos menos extensos.

A classificação de Porfírio constitui-se como um conjunto hierárquico finito de gêneros e espécies, que funciona por dicotomias sucessivas [...]Codificando, pela primeira vez, o esquema dicotômico que procede do geral ao particular, da maior extensão à maior compreensão, do gênero à species infima, a classificação de Porfírio vai ter uma influência enorme na posterior teoria da definição e classificação dos seres, desempenhando, durante séculos, funções que só a moderna ordenação evolutiva dos seres irá resgatar (POMBO, 1998, p.7).

A árvore de Porfírio apresenta uma relação hierárquica de fundamento lógico e ontológico. Sob esse aspecto, a substância é considerada como o gênero supremo e segue de forma binária, a partir das diferenças (ordem do ‘é’ ou ‘não é’), uma sequência hierárquica dos gêneros e espécies inferiores até chegar ao indivíduo.

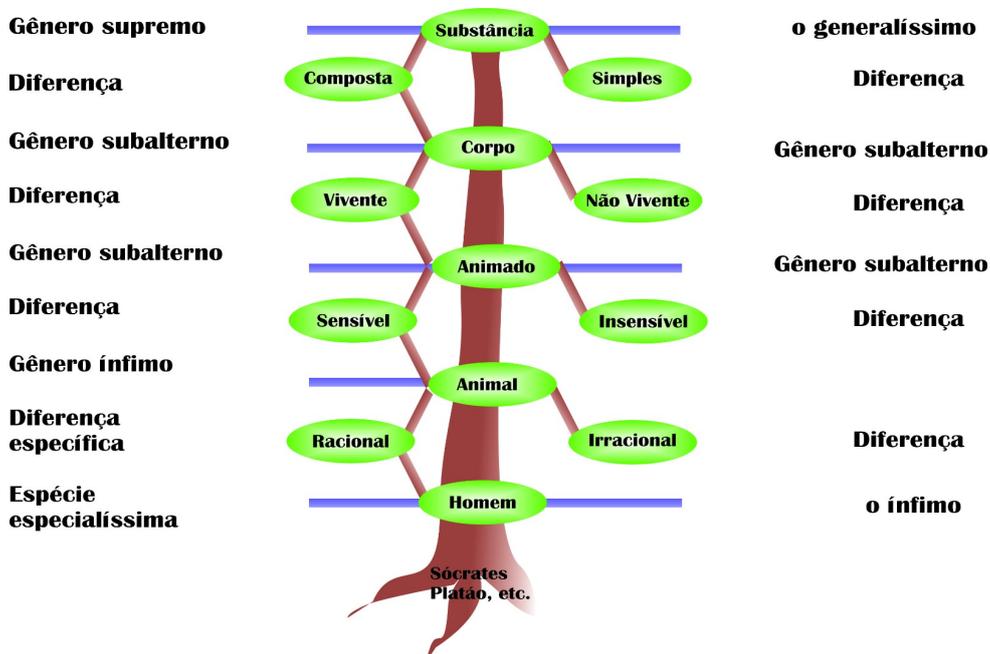
A Árvore de Porfírio é construída observando as noções básicas de ‘gênero’, ‘espécie’, ‘diferença’, ‘próprio’ e ‘acidente’, conhecidos como as cinco vozes (*cinco voces*) ou os cinco predicativos..

¹⁵ El tema principal de que se ocupa es, como es bien sabido, la llamada teoría de los predicables, que Aristóteles no desarrolló de modo directo y completo. Pero no es menos conocido que em nesta obrita se ofrece como de passada um sucinto planteamiento de uno de los problemas más hondos de la filosofía: el llamado problema de los universales. (GARCÍA NORRO e ROVIRA, 2003, p. 17)

Nesta mesma obra (*Isagoge*) Porfírio escreve uma introdução, onde expõe alguns questionamentos em torno da natureza ontológica dos universais platônicos e aristotélicos. As indagações de Porfírio desencadearam uma série de estudos e embates filosóficos no período medieval que ficaram conhecidos como a “Querela dos Universais” ou “Problema dos Universais”.

Partindo de elementos ontológicos e henológicos¹⁶ da metafísica transcendente, Porfírio questiona o estatuto dos universais.

FIGURA 3 – Árvore de Porfírio



Fonte: Baseado em FERRATER MORA, 1994, p.214.

Na obra *Isagoge*, Segundo Reale e Antiseri (2003, p.175), de modo geral Porfírio se pergunta se os universais tinham um estatuto ontológico? Qual seria sua natureza (são ou não corpóreos)? E se tinham uma existência apenas mental como puros conceitos? Tal problemática foi levantada por ele entretanto, não apresentou soluções. Desse modo os Filósofos do período escolástico retomaram o problema e, em meio a calorosos debates, algumas respostas foram propostas e noções foram se firmando a esse respeito.

¹⁶ Henologia é ponto na filosofia de Plotino, mestre de Porfírio, que apresenta discurso filosófico de caráter metafísico transcendente sobre a unidade como singularidade “o Um”; Algo imanente.

A tradução da *Isagoge*, do grego para o latim, foi feita pelo Filósofo romano Boécio (470-525), onde apresentou uma solução para o problema anteriormente levantado por Porfírio. Nessa tradução, a solução apresentada por Boécio conciliou o pensamento de Platão e Aristóteles. Essa solução de Boécio teve repercussões entre os filósofos escolásticos no século XII gerando, inicialmente, debates entre os adeptos do platonismo e Aristotelismo com posturas, ora de convergências, ora de oposições, a respeito dos Universais.

O problema dos universais é um campo de batalha no qual os adversários só entravam em combate já munidos de todas as suas armas. Metafísicas adversárias mediram suas forças concorrendo para ver quem saberia resolvê-lo melhor. (GILSON, 1995, p.163).

Filósofos, como Tomás de Aquino, Averróis e Ockham, estiveram no centro das discussões sobre os universais, isto é, buscavam solucionar a querela das questões envolvendo a relação dos conceitos mentais e dos nomes com a realidade. O campo da linguagem é somado à ontologia, à lógica e à metafísica e inaugura uma nova forma de se compreender a filosofia, em especial a teoria do conhecimento. Reale e Antisseri (2003, p.168) salientam que a querela dos universais se trata de compreender a relação entre ideias (categorias mentais), que são expressas com termos linguísticos, e as realidades extramentais, isto é, compreender a relação entre o pensamento e o ser; as palavras e as coisas.

O certame dos universais foi basicamente tratado em quatro vertentes, o realismo transcendente (ou realismo platônico), realismo imanente (ou realismo aristotélico), conceitualismo e nominalismo.

De acordo com o **realismo transcendente**, gêneros e espécies são formas ou ideias, sendo assim são, segundo Marcondes (2001, p.131) “entidades dotadas de uma existência autônoma pertencentes ao mundo das ideias independentes tanto das coisas concretas quanto dos pensamentos”. Os universais, segundo o realismo transcendente, são realidades em si mesmas. O universal existe, na mente do sujeito cognoscente, antes da coisa particular “*universalia ante rem*”.

O **realismo imanente** teve Tomás de Aquino (1225-1274) como seu principal defensor. De acordo com essa visão, os gêneros e as espécies são existentes nas coisas, como substância individual, e conhecidos pelos homens por meio da

abstração. Os universais estão fora da mente, estão nas coisas em si “*universalia in re*”.

Pedro Abelardo (1079-1142) foi o principal nome a defender o **conceitualismo**. Sob a perspectiva da lógica, alega que os universais são meros conceitos ou como esclarece Marcondes (2001, p.132) os universais são, de acordo com o conceitualismo, apenas “predicados de sentenças que descrevem o objeto, existindo, portanto na mente como meio de unir ou relacionar objetos particulares dotados das mesmas características ou qualidades”. Os universais são conceitos significativos com valor lógico. São discursos concretos abstraídos dos indivíduos por meio do processo cognitivo. O universal existe depois da coisa, isto é, existe no intelecto “*universalia post rem*”.

O **nominalismo** é adotado, entre outros, por Guilherme de Okham (1285-1347). Este filósofo franciscano sustentava que o universal não era algo real e que, por isso, sua realidade era contraditória e deveria ser totalmente excluída. Para ele a realidade tem caráter essencialmente singular, já os universais são nomes, apenas sons emitidos e não uma realidade, isto é, não há nenhuma entidade real que seja correspondente ao universal. Para Ockham, a realidade é essencialmente individual. O universal é uma referência à um termo e não uma entidade real, portanto não possui status ontológico ou lógico, é uma emissão fonética “*flatus vocis*”.

De modo geral, as discussões em torno dos universais se deram num plano lógico-linguístico, onde os filósofos do período medieval atribuíram às discussões um caráter teológico e metafísico.

Relevante destacar que, a questão dos universais não se encerra com os escolásticos sendo retomada na filosofia moderna podendo citar, por exemplo a posição conceitualista com Locke e nominalista de Hobbes.

As discussões sobre os universais se estende ao longo dos séculos e, na contemporaneidade, tem sido retomada na filosofia, sob a perspectiva das “novas ontologias”. O filósofo D. C. Williams (1899-1983) retomou o debate, propondo uma ‘Ontologia dos tropos’. Williams afirma, Segundo Castro (2008), que toda ontologia pode ser construída tendo a propriedade particular abstrata como categoria fundamental.

A ontologia dos tropos. Apesar de a existência de propriedades particulares abstratas ter sido reconhecida por Aristóteles (*Categorias*, cap. 2) e explicitamente abordada por Ockham, entre vários outros filósofos, D. C. Williams (1899-1983) foi o primeiro a afirmar que toda uma ontologia poderia ser construída tendo a propriedade particular abstrata como a categoria fundamental. Os universais, as substâncias concretas e as outras categorias seriam apenas o resultado da reunião das propriedades particulares. (CASTRO, 2008, p.19)

Além da ‘ontologia dos tropos’, Castro (2008) também menciona, entre outras novas ontologias, a “Bundle Theory” (teoria do agrupamento de qualidades universais), a ‘ontologia de substância recuperada’ e a ‘ontologia de processo’ - que tem Alfred North Whitehead seu principal expoente - a qual basicamente estabelece que a realidade tem caráter processual e todos os fenômenos físicos são reduzíveis a processos.

Deste modo é possível observar que a representação no período escolástico está relacionada à questões dos universais e seus aspectos onto-epistemológicos onde foram agregadas as discussões nominalistas e conceitualistas, as quais, na atualidade, estão em franca discussão e de certo modo extrapolam o campo da Filosofia. As ciências biológicas e sociais são exemplos de áreas que discutem a temática e, na atualidade, se referem a ontologia a partir das realidades locais e em seus aspectos políticos e de forma plural consideram as ‘ontologias múltiplas’¹⁷ pois a realidade se insere em múltiplos contextos.

4.1.4 Kant e a Revolução Copernicana do Conhecimento

Conhecer o mundo, era na visão clássica e medieval, algo finito e bem ordenado. O processo cognitivo era ajustado ao objeto a ser conhecido. Desse modo o conhecimento considerado verdadeiro era o que mais se aproximava ou se assemelhava à natureza do objeto tal como se apresentava e era percebido pelos sentidos.

¹⁷ Sobre ontologias múltiplas ver: MOL, Annemarie. *Ontological Politics. A Word and Some Questions*. In: LAW, John; HASSARD, John. (Org.). *Actor network theory and after*. Oxford: Blackwell Publishing, 1999. Ver também MOL, Annemarie. *The body multiple: ontology of medical practice*. Durham: Duke University Press, 2002.

No século XVIII, Immanuel Kant (1724-1804) apresenta uma nova proposta para a teoria do conhecimento ao estabelecer, o que ele denomina como revolução copernicana do conhecimento.

A opção, nesta tese por esse elemento da filosofia kantiana, se justifica por entender que, ao abordar, o giro copernicano do conhecimento, é possível fazer um sobrevoo a respeito dos principais conceitos da filosofia kantiana os quais são fundamentais para a compreensão da filosofia de Schopenhauer, que será tratada mais adiante, no capítulo 4.1.4, bem como serão, também, relevantes para a compreender a noção de representação na Ciência da Informação.

Kant (1724-1804) nasceu na cidade de Königsberg (atualmente Kaliningrado) no início do século XVIII, período marcado pelo pensamento iluminista e por conflitos e guerras, em profusão, na Europa. O pensamento individualista e o liberalismo se entrelaçavam ao cientificismo. Contexto e formas do pensamento que influenciaram a filosofia kantiana.

Immanuel Kant era um leitor voraz, filho de uma família simples de orientação religiosa baseada no pietismo (vertente do luteranismo); foi educado em escola dirigida por um pastor pietista e teve sua educação baseada em preceitos cristãos.

Kant era um homem provinciano, passou toda sua vida em sua cidade natal e possuía uma forma de viver bastante disciplinada e metódica. Tinha consciência de sua fragilidade física e por isso mantinha rigor e regularidade em seus hábitos alimentares, em seu trabalho como professor, suas horas de estudos, caminhadas e vida social. Foi professor na Universidade de Königsberg, onde chegou a ser reitor.

Segundo Strathern (1997a) Kant gostava do convívio social, contudo mantinha pouco contato com seus irmãos e irmãs. Não se casou nem teve filhos, por opção, porque acreditava que o casamento desviaria o foco de seus estudos. Kant viveu para sua filosofia. Chauí (2005, p.3) relata que o filósofo “passou a vida investigando o universo espiritual do homem, à procura de seus fundamentos últimos necessários e universais”.

Alguns nomes relevantes marcaram Immanuel Kant e influenciaram, de alguma forma, sua filosofia. Dentre tantos podem ser citados: Descartes, Espinoza, Newton, Leibniz, Christian Wolff, Berkeley, Voltaire, Rousseau, Diderot, D’Lambert, Adam Smith.

Com forte formação e influências do racionalismo dogmático, Kant consegue dar um salto em sua filosofia e aproxima-se do empirismo. Como expressado no

prefácio da edição portuguesa de *Crítica da Razão Pura* (Kant, 2005, p.7) “[...] tem sido afirmado, e com razão, que é o modelo da ciência da natureza que se encontra na base da filosofia de Kant”.

Desta feita, além da influência racionalista, Kant se deixa envolver pelo empirismo e chega a afirmar que David Hume o despertou do sono dogmático.

Dentre suas obras, será aqui destacada sua publicação intitulada *Crítica da Razão Pura* (CRP) livro dedicado à teoria do conhecimento, que surge como um divisor de águas no campo filosófico e apresenta a confluência entre dois pensamentos: o racionalismo e o empirismo. A obra maturada por Kant por mais de dez anos, tem sua primeira edição publicada em 1781 e não satisfeito com o resultado inicial, o filósofo prepara uma segunda edição que foi publicada em 1787.

De modo geral, Kant classifica sua filosofia como crítica, em que a tarefa basilar consiste na crítica da própria razão.

Previamente à constituição de um sistema metafísico, conhecimento pela razão pura das coisas em si, dever-se-á investigar - o que será tarefa da *Crítica da Razão Pura* - o que pode conhecer o entendimento e a razão, independentemente de toda a experiência. Trata-se de criticar, de encontrar os limites de todo o conhecimento puro, a priori, isto é, independentemente de qualquer experiência. (MORUJÃO, 2001, p.10).

Para Kant o conhecimento é resultado da correlação entre sujeito e objeto e da síntese entre sensibilidade (intuição) e entendimento (conceitos). Ou seja, é a partir dos sentidos que se conhece o mundo real e das experiências.

Ao apresentar sua proposta heliocêntrica, Nicolau Copérnico (1473-1543) trouxe à tona, não apenas ideias que abalariam o campo da astronomia, pois além de superar a visão de mundo aristotélico-ptolomaica¹⁸, proporcionou, dentre outras influências, uma nova visão de mundo e novas formas do homem se relacionar com o universo e entre si. Antes de Copérnico, o mundo era estático, pré-ordenado e finito. O posicionamento do homem frente ao mundo e ao conhecimento era algo passivo. Para conhecer algo, era necessário conhecer os objetos. O ponto determinante para construir conceitos sobre o mundo estava baseado no próprio mundo aparente.

¹⁸ Até a divulgação dos estudos de Copérnico, a visão de mundo e do universo era baseada nos estudos geocêntricos de Ptolomeu, sustentados pela física de Aristóteles. Esta cosmologia em que a terra era um ser celeste estático e que o universo girava em sua volta, era também defendida de forma dogmática pela igreja.

A proposta copernicana rompe com esse o modelo finito; inerte da cosmologia cristã e expõe a humanidade a um mundo menos ordenado e passível de toda a cientificidade. Como relata Koyré (2006) que menciona as afirmações de Giordano Bruno em que o “movimento e mutação são sinais de perfeição, e não ausência de perfeição. Um universo imutável seria um universo morto, um universo vivo tem de ser capaz de mover-se e de modificar-se” (KOYRÉ, 2006, p. 41). Nesse entendimento a terra não é mais o centro e passa a ser um ponto no vasto universo, e, assim, a cosmologia cristã – que primava por esse mundo ordenadamente finito - perde força.

A Revolução copernicana do conhecimento se assenta na defesa de uma virada dessa maneira tradicional de pensar o mundo. O giro proposto por Kant impacta a filosofia e a teoria do conhecimento porque desloca o referencial filosófico de lugar. O objeto que antes era o polo central da cognição, cede lugar ao sujeito (a razão crítica), que passa a se configurar como o ponto chave do processo cognitivo. O que “comanda” o processo do conhecimento é o sujeito e não o objeto, em outras palavras é o sujeito que detém as faculdades que tornam o conhecimento possível. Se trata de uma revolução no pensamento, de uma mudança basilar na teoria clássica do conhecimento, com certo afastamento da ontologia e com aproximação ao transcendental.

Immanuel Kant, busca romper com os apelos teológicos medievais no seio da metafísica e a partir da sensibilidade intuitiva do sujeito cognoscente, prepara uma metafísica que persegue a cientificidade. Nesse sentido sua teoria do conhecimento tem caráter metafísico e é conhecida por idealismo transcendental. É por meio do processo cognitivo, na relação sujeito-objeto que se dão as representações.

Para Kant o sujeito é alguém que pensa e que é capaz de dar forma ao mundo a partir de sua própria ordem e, assim, constituir sua realidade. Este sujeito cognoscente necessita dos seus sentidos e das experiências para conhecer os objetos. O mundo que o sujeito constrói é o mundo que ele conhece – o mundo dos **fenômenos**; o mundo das experiências possíveis.

Dessa maneira, só é possível conhecer o mundo fenomênico. O mundo que se dá na síntese da correlação entre o sujeito e o objeto (**juízo sintético**). Os objetos não são realidades independentes do sujeito, recorrem à experiência e são passíveis de lhes serem atribuídas características; qualidades; atributos – predicação. Este conhecimento, com base na experiência é, segundo Kant um

conhecimento *a posteriori*. “[...] a sensação, [...] pelo contrário, é aquilo que, no nosso conhecimento, faz com que este se chame conhecimento *a posteriori*, ou seja, intuição empírica” (KANT, 2001, p.105). Dessa feita, existem, pois, conhecimentos *a priori* e conhecimentos *a posteriori*.

Todo objeto a ser conhecido a priori, o será conforme as formas que o espírito lhe impõe no ato de conhecer. Como corolário do conhecimento a priori, os juízos podem ser analíticos – aqueles em que o predicado constitui uma representação ou explicação do que já se encontra contido no sujeito [...] – ou sintéticos – aqueles cujo o predicado acrescenta alguma coisa ao conceito do sujeito [...] todo juízo de experiência é sintético, porque a experiência nos ensina a acrescentar certos atributos aos nossos conceitos [...]. Os juízos analíticos são a priori, pois não há necessidade de recorrer à experiência para determinar o que pensamos o dado conceito. Os juízos sintéticos são a posteriori, porque supõem a descrição de experiências particulares observáveis. (LEITE, 2012, p. 41).

Kant apresenta uma terceira classe de Juízos - sua grande descoberta. Os **juízos sintéticos a priori**, estes juízos são universais e necessários (como os analíticos), contudo, permitem dilatar o conhecimento do sujeito cognoscente. São os juízos sintéticos a priori que conferem à matemática e à física seu caráter de certeza.

Neste sentido Hamm (2008), ressalta que a realidade objetiva dos objetos no conhecimento não podem ser de caráter meramente empírico,

[...] uma vez que a nossa experiência - necessariamente particular - de objetos só permite, a partir da generalização de seus conhecimentos particulares, a formulação de regras e leis de validade limitada, subjetiva, isto é, apenas relativa, e não de leis objetiva e universalmente válidas. (HAMM, 2008, p.15).

O conhecimento *a posteriori* é, de certo modo, definido e tratado na filosofia Kantiana de forma mais sucinta e evidente. “*Portanto, a maior parte da análise de Kant da distinção entre a posteriori e a priori concentra-se no caráter do a priori*”. (CAYGILL, 2000, p.36). Deste modo, a análise de maior complexidade fica a cargo da sua aceção de conhecimento *a priori* aquele que trata dos conceitos puros – intuitivos e é onde reside os fundamentos da sua filosofia transcendental.

Kant defende que há um tipo de conhecimento que precede o conhecimento empírico (*a posteriori*) e que acontece de modo totalmente independente da experiência. Em que condições ou como pode, esse conhecimento a priori, ser possível sem o status empírico, ou seja sem ser oriundo da experiência? Nas palavras de Kant é possível encontrar uma explicação:

Agora se vê, o que é muito importante, que mesmo às nossas experiências se misturam conhecimentos que devem ter uma origem *a priori* e que talvez apenas sirvam para fornecer uma ligação às nossas representações sensíveis. Com efeito, se dessas experiências retirarmos tudo o que pertence aos sentidos, ainda ficam certos conceitos primitivos e os juízos deles derivados, conceitos e juízos que devem ser formados inteiramente *a priori*, isto é, independentemente da experiência, pois que, graças a eles, acerca dos objetos que aparecem aos nossos sentidos se pode dizer ou pelo menos se julga poder dizer mais do que ensinaria a simples experiência e essas afirmações implicam uma verdadeira universalidade e uma rigorosa necessidade, que o conhecimento empírico não pode proporcionar. (KANT, 2005, p.83)

A representação, na filosofia kantiana, está diretamente relacionada à relação entre sujeito e objeto. É no sujeito, por meio da **intuição**, que se estabelece o conhecimento *a priori*. Na **sensibilidade** reside a capacidade, estado ou condição representativa de captar as impressões sobre os objetos. Dito de outra maneira, os sentidos captam e produzem impressões e representações das coisas tal como se apresentam ao sujeito (certa passividade do sujeito). Os elementos *a priori* da sensibilidade são as chamadas “*formas puras da intuição*” - **tempo** e **espaço**.

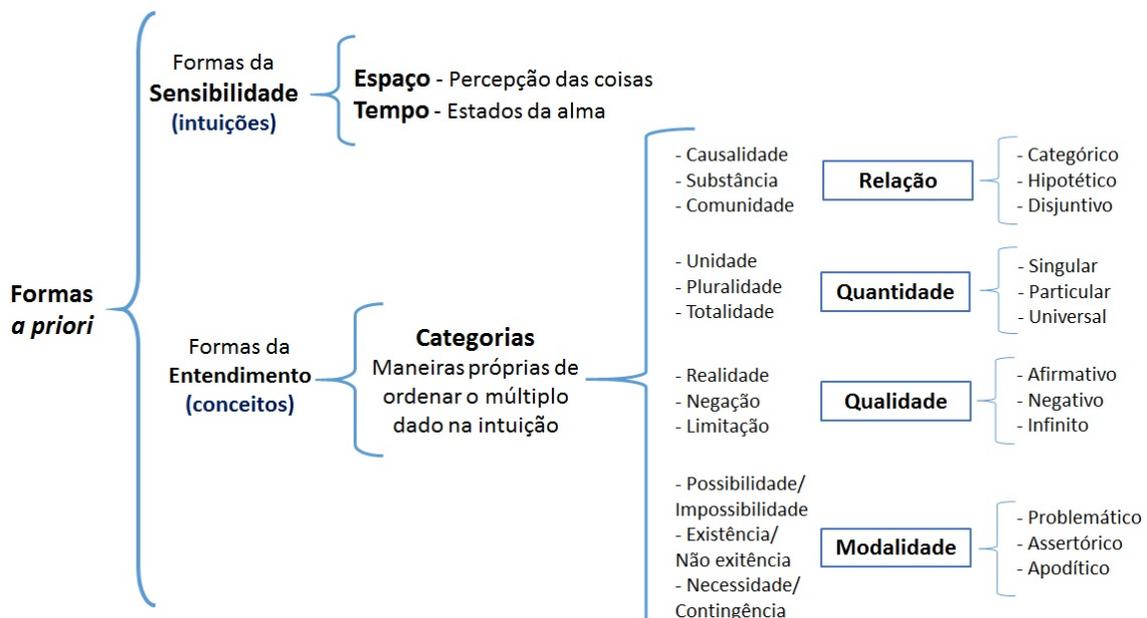
O conhecimento em Kant tem dois troncos básicos a *sensibilidade* (intuição) e o entendimento. Como dito anteriormente a sensibilidade tem como elemento *a priori* o espaço e o tempo como formas puras da intuição. Já a faculdade do **entendimento**, que é a capacidade (ativa) de determinar, pensar e produzir conceitos, possui como elemento *a priori* os “*conceitos puros do entendimento*” – **as categorias**. Conforme detalhado na figura 4, o conhecimento necessita desses dois troncos para se efetivar, onde as formas *a priori* atuam correlatas tanto na sensibilidade quanto no entendimento.

O entendimento processa aquilo que vêm da intuição Não significa dizer que o objeto será pensado como coisa em si, mas o entendimento conceitualizará as representações, Isto é, o entendimento vai tratar os fenômenos intuídos pelo *tempo* e *espaço*.

A **coisa em si** ou **coisa em si mesma** é uma parte interessante da filosofia kantiana. O fenômenos podem ser conhecidos. Contudo existem coisas que nosso entendimento não é capaz de conhecer. O conhecimento é resultado do juízo sintético do sujeito. Desse modo Kant estabelece uma distinção entre o fenômeno (aquilo que posso conhecer) e o **Númeno** ou *Noúmeno* (a coisa em si mesma).

O conceito de coisa em si vem provocando diversos mal entendidos. [...] É, em kant, um conceito metodológico, y contrariamente, ao que se supõem corriqueiramente, não é um conceito metafísico nem uma sobra dogmática. No Plano teórico a coisa em si não designa um transmundo que se oculta por traz dos fenômenos e que seria o mundo verdadeiro. A coisa em si forma parte daqueles conceitos que são necessários para conceber adequadamente a possibilidade do conhecimento da experiência. A expressão “coisa em si”, ou mais exatamente, a “coisa em si mesma” (não considerada como fenômeno significa que aquilo que se conhece não depende unicamente das determinações subjetivas do conhecimento. (HÖFFE, 1986, p.125 – Tradução nossa¹⁹).

FIGURA 4 Formas a priori do conhecimento



Fonte: Adaptado de LEITE (2012, p.49).

O fenômeno é a coisa enquanto objeto para um sujeito e o *Númeno* é a coisa considerada em si mesma sem relação com os sentidos do sujeito; são as ideias transcendentais, incognoscíveis, em potencial. “Assim, a coisa-em-si-mesma não pode ser conhecida, uma vez que o saber está limitado à experiência possível, mas

¹⁹ El concepto de “cosa en si” há provocado diversos malentendidos. Es un concepto metodológico y contrariamente a lo que se supone a menudo, no un concepto metafísico un resto dogmático merecedor, según Nietzsche, de una “sonrisa homérica”, “ya que la cosa en si – prosigue Nietzsche – encubre el conocimiento de la verdadera realidad: la apariencia”. Em el plano teórico la cosa en si no designa un transtorno que se oculta detrás de los fenómenos y que sería el mundo verdadero. La cosa en si forma parte de aquellos conceptos que son necesarios para concebir a decuadamente la posibilidad del conocimiento da la experiencia. La expresión “cosa en si”, o más exactamente “cosa en sí misma” (no considerada como fenómeno) significa que aquello que se conoce no depende unicamente de las determinaciones subjetivas del conocimiento. Hay outro “actor” que no pertenece a la subjetividad empírica ni a la subjetividad apriorística. (HÖFFE, 1986, p.125).

pode ser pensada, desde que satisfaça a condição de um pensamento possível que não seja autocontraditório” (CAYGILL, 2000, p. 58)

No processo do entendimento para produzir conceitos são necessários os fenômenos, contudo, no processo realizado pelas intuições não existem conceitos, existem apenas dados, que não são conceitualizados; por essa via surge a **Lógica kantiana** pois as representações lógicas dependem de conceitos para produzir o material do conhecimento. Os conceitos dependem, sem distinção, dos dois troncos do saber (a sensibilidade e o entendimento).

Há no entendimento, um transcurso que vai da lógica geral para a lógica transcendental. Por meio de regras próprias que se dão no entendimento, a **lógica geral** é pura e *a priori*; trata das regras necessárias do pensamento, sem necessitar da intuição, está centrada no entendimento e com as formas do pensamento apenas. Já a **lógica transcendental** traz os objetos da intuição, e se relacionada diretamente com os dois troncos do conhecimento (Estética). Desse modo surgem as formas puras do conhecimento *a priori* – Tempo e Espaço, bem como as intuições empíricas fenomênicas - percepções e impressões.

Ao lado da sensibilidade, que nos dá a intuição, temos o entendimento que nos fornece o conceito. Por isso, à "Estética" se segue a "Lógica Transcendental, que vai esclarecer a possibilidade do conhecimento a priori e o alcance da sua validade. Limita-se esta lógica, na sua primeira parte (Analítica transcendental), aos conceitos, não naturalmente aos conceitos empíricos, que podemos extrair da experiência. Mas aos conceitos e aos princípios que possuímos de um modo a priori no entendimento. Este é uma função unificadora, que se traduz no ato de julgar. Kant estabelece uma tábua de classificação dos juízos e deste modo possui o inventário de todas as formas lógicas possíveis, de todos os pontos de vista segundo os quais se unem sujeito e predicado num juízo, por outras palavras, a tábua das categorias. Estas deixam de ser, como em Aristóteles, as propriedades mais gerais das coisas para se transformarem em funções do entendimento que reduzem de diferentes maneiras as percepções à unidade de um objeto. As categorias são assim para Kant os diferentes pontos de vista, segundo os quais o entendimento executa a síntese dos dados múltiplos da intuição, formando o objeto. (MORUJÃO, 2001, p.14).

Segundo Kant, é necessário ultrapassar a lógica geral, pois não nos acrescenta conhecimento algum. A partir dos conceitos da lógica transcendental, é formado o conhecimento, fundado na intuição e no entendimento. Por exemplo: o

movimento de um carro na auto-estrada demanda de representações no Espaço e no Tempo, que aqui se traduz em conhecimento sensível. Já as representações conceituais demandam da atividade do sujeito a partir do entendimento para formar o juízo. Por este exemplo é possível compreender que a lógica transcendental apresenta as regras da Razão, para o funcionamento da Natureza – as regras do entendimento.

O “giro copernicano do pensamento” proposto por Kant transformou o pensamento epistemológico, ou seja, a filosofia não se primava pela teoria dos objetos, mas uma teoria que se fundamentava nas condições e possibilidades de conhecimento desses objetos. A epistemologia kantiana traz uma postura reflexiva de como o sujeito pode conhecer o mundo. O pensamento de Kant influenciou e ainda influi fortemente, o mundo ocidental. Contudo, ao fim do século XIX e início do século XX surge uma nova proposta de “virada” no pensamento filosófico. Também fundada em princípios lógicos a chamada “virada linguística” irá colocar em cheque.

4.1.5 O Giro Pragmático-linguístico

Oriunda da filosofia, a expressão “giro pragmático linguístico” ou, como é comumente conhecida, “virada linguística” é também bastante conhecida no campo das humanidades²⁰. A expressão “giro/virada Linguística” ganhou popularidade quando o filósofo norte americano Richard Rorty (1931-2007) publicou em 1967 um livro intitulado “The Linguistic Turn”²¹.

A menção ao “giro”, à “virada” em filosofia, não é uma novidade. Como dito anteriormente, no item 4.1.4, Kant já mencionava um giro - o da “revolução copernicana” e de acordo com Ghiraldelli Junior (2010), as viradas continuaram a serem mencionadas na filosofia, como é o caso de Jürgen Habermas que defende três viradas filosóficas, a virada “epistemológica”, “lingüística” e “linguístico-pragmática”. Tais giros filosóficos se articulam em quadros teóricos diferentes e mostram uma nova forma de contender o pensamento filosófico.

²⁰ Importante mencionar que essa visão pragmática diz respeito, de modo geral, à linha de pensamento anglo-saxã, pois “a França também fez sua virada linguística principalmente através do estruturalismo das décadas de 1950 e 1960” como bem coloca Mostafa (2013, p.63).

²¹ RORTY, Richard. *The Linguistic Turn: Recent Essays in Philosophical Method*. The University of Chicago Press, Chicago and London, 1967.

O giro pragmático linguístico, refere-se à linguagem como ponto estruturador do pensamento filosófico, ou dito de outra maneira, a linguagem tem predomínio sobre o pensamento enquanto objeto de estudo filosófico. De acordo com Oliveira (2015b), o questionamento basilar da vertente linguística, está na pergunta sobre as “possibilidades do conhecimento confiável, que caracterizou toda a filosofia moderna, se transformou na pergunta pelas condições de possibilidade de sentenças intersubjetivamente válidas respeito do mundo” (OLIVEIRA, 2015b, p.13).

A reviravolta linguística representa uma forma diferenciada de articular a filosofia enquanto teoria, e pode ser identificada de duas formas, uma na **filosofia analítica** e outra na **fenomenologia hermenêutica**, ambas tem como elemento comum a centralidade da linguagem na filosofia.

As possíveis dissimilaridades de perspectivas, problemas e abordagens da moderna filosofia analítica e da hermenêutica filosófica deve-se não somente a tradições nacionais [anglo-saxões e europeus] mas aos diferentes problemas e perspectivas de abordagem. Se de um lado a filosofia analítica do significado parte da semântica lógica de uma linguagem ideal, terminando por desenvolver uma semântica e uma pragmática da linguagem natural, a hermenêutica moderna, por outro lado, parte de uma metodologia da interpretação histórico-filológica, resultando por fim numa filosofia quase-transcendental da compreensão comunicativa. É, contudo distante a mútua incompreensão entre essas duas correntes filosóficas, não obstante certa convergência quanto ao objeto, ou seja, a linguagem. (AZEVEDO, 2007, p.38).

Formulada na Europa, no início do século XX a Filosofia Analítica foi determinada por uma contraposição ao neo-idealismo inglês²². Os analíticos se opunham à perspectiva de que o primado da filosofia dizia respeito à totalidade e afirmavam que a filosofia, ao contrário, deveria se deter sob égide de uma análise lógica e centrada.

Filosofia analítica se inicia no início do séc. XX com os estudos de dois estudantes de Cambridge Bertrand Russell e George Edward Moore, influenciados pelos estudos do filósofo, matemático e lógico alemão Gottlob Frege (1848-1925). Russell e Moore se rebelaram contra os pontos de vista de seus professores e da predominância da filosofia idealista.

²² Filósofos neo-idealistas ingleses defendiam uma perspectiva de que a filosofia diz respeito à totalidade.

O termo ANALÍTICA foi pensado no sentido de denotar uma metodologia com duas formas de interpretá-la:

- Interpretação estreita da filosofia analítica: A analítica trata da análise dos conceitos particularmente através da linguagem.
- Interpretação ampla da filosofia analítica: Se aproxima da tradição filosófica em que se relaciona com as virtudes intelectuais como clareza, argumentação, formulação rigorosa, honestidade de pensamento, não ser obscuro.

A Filosofia Analítica, segundo Oliveira (2015a), foi considerada “revolucionária” no sentido do seu desejo de superar o estigma da falta de cientificidade da Filosofia. Os analíticos propuseram uma nova forma de “fazer” filosofia. Uma filosofia que não queria ser algo sem controle teórico rigoroso. Os analíticos queriam propor algo que iria além das esferas filosóficas “interpretativas” ou descritivas. Para os analíticos a Filosofia tem haver com argumentos, com demonstrações, com provas, ou seja, a filosofia analítica surgiu para ser o enfrentamento teórico de problemas.

Por conseguinte, os analíticos criaram um novo texto filosófico, isto é, não era mais simplesmente um ensaio hermenêutico ou fenomenológico, mas um texto teoricamente centrado. Oliveira (2015a) cita o filósofo inglês Michael Dummett²³ (Oxford University) e menciona que o autor defende que duas coisas caracterizam a filosofia analítica:

1º) A convicção de que o esclarecimento filosófico de qualquer questão é alcançado através de uma análise filosófica da linguagem. [Dummett se refere aqui a um procedimento metodologicamente filosófico].

2º) A convicção de que um esclarecimento abrangente em filosofia só pode ser alcançado por esse caminho. (OLIVEIRA, 2015a).

²³ Michael Dummett (1925-2011) filósofo inglês dedicado principalmente à Lógica e filosofia da linguagem, publicou a esse respeito um texto intitulado “Origens da filosofia analítica”.

Gottlob Frege distinguiu, com veemência, o pensamento (algo objetivo) do ato de pensar (algo subjetivo). Este argumento era um enfrentamento contra o “psicologismo” no campo da lógica. Sob essa ótica, o foco era derrubar a visão de que a lógica não se dedicava aos estudos sobre como as pessoas pensam. Para Frege o que estava em questão era o pensamento. E a melhor maneira de trabalhar o pensamento é trabalhar no como a linguagem exprime o pensamento.

Frege, questionava as estruturas das sentenças declarativas e inventou, entre outros pensamentos, a lógica dos predicados axiomáticos e uma notação conceitual diferenciada da de Aristóteles em que se pode representar inferências envolvendo afirmações matemáticas indefinidamente complexas. É tido como o fundador da semântica moderna e da lógica moderna.

A linguagem se torna, então, uma instância sem a qual não se articulam teorias filosóficas, pois é a linguagem que exprime o pensamento. Há, no campo filosófico a substituição do mental para o linguístico e com isso surgem movimentos contrários a toda metafísica filosófica.

Frege já havia se questionado sobre qual seria a estrutura da sentença declarativa com a qual falamos do mundo. Desse modo a linguagem passa a ser a instância sem qual não se articulam teorias filosóficas. Voltando ao período da Idade Moderna, é possível observar que os filósofos modernos estavam voltados para uma filosofia da consciência (o mental), ou como esclarece Karl-Otto Apel²⁴ citado por (Oliveira 2015b), onde afirma que o sentido da filosofia não é mais a

[...] pesquisa a respeito da natureza ou das essências das coisas ou dos entes (ontologia), nem tampouco a reflexão sobre as representações ou conceitos da consciência ou da razão (teoria do conhecimento), mas reflexão sobre a significação ou o sentido das expressões linguísticas (análise da linguagem). (OLIVEIRA, 2015b, p.13).

A virada linguística rompe com o padrão do conhecimento balizado pela consciência, para uma articulação de pensamento sob uma égide lógico-linguística. Significa dizer que a premissa da possibilidade do conhecimento das coisas (objetos) no mundo passa a ser exercida pela linguagem e não mais pela consciência.

²⁴ APEL, Karl-Otto. Spranche. In: *Handbook phil. Grundbegriffe*. v.5. Munique, 1974, p.1383.

Com o avanço dos estudos da filosofia analítica surgem diferentes formas de articulação no campo filosófico e também nas ciências humanas e sociais. Oliveira (2015a) afirma que com o decorrer do tempo surgem três dimensões fundamentais da linguagem: a Sintaxe, a Semântica e Pragmática²⁵.

Neste sentido é possível entender um primeiro fundamento da filosofia analítica como dimensão da sintaxe (com Carnap²⁶, por exemplo). Na sequência pode ser articulada a dimensão lógico-semântica (com o “primeiro Wittgenstein”) e a virada se dá na terceira dimensão pragmática, quando da publicações dos trabalhos do “segundo Wittgenstein²⁷”. Ou como afirma Marcondes (2001, p.268) ao se referir a Wittgenstein e sua influência sobre as duas vertentes da filosofia analítica da linguagem onde “primeira, poderíamos chamar de semântica formal, e a segunda, de pragmática”.

Ludwing Wittgeinstein (1889-1951) filósofo austríaco, de personalidade excêntrica e marcante, um dos principais nomes da filosofia do século XX. Teve grande influência, não apenas na filosofia, mas em diversos campos do conhecimento com estudos sobre lógica, matemática, linguagem e filosofia da mente.

Publicou um único livro em vida “*Tractatus Logico-Philosophicus*” em 1922. Obra que exerceu grande influência no positivismo lógico. Seu um segundo livro foi publicado postumamente, em 1953, “*Investigações filosóficas*”.

O *Tractatus* é reconhecido como um marco para o giro linguístico. Foi uma obra bem recebida e de grande impacto no meio intelectual e que agradou aos adeptos do positivismo lógico.

²⁵ Oliveira (2015a) atenta e esclarece que atualmente já são conhecidas outras dimensões da linguagem.

²⁶ Rudolf Carnap (1891-1970), filósofo Alemão, positivista lógico, membro do Círculo de Viena, dentre suas obras publicou, em 1934, *Sintaxe da lógica da linguagem*.

²⁷ O pensamento de Wittgeinstein é dividido em dois momentos. A primeira fase, comumente conhecida como “primeiro Wittgeinstein” marcada pela única obra que publicou em vida, em 1922, o ***Tractatus logico-philosophicus***, obra que defende, dentre outras, a postura de que a análise lógica é capaz de esclarecer as estruturas ocultas do pensamento e da linguagem. O segundo momento de seu pensamento é conhecido como “segundo Wittgeinstein”, que tem como referência a obra, publicada postumamente, ***Investigações filosóficas***, onde o filósofo rejeita a ideia central de seu livro *Tractatus*, de modo geral, discorda de seus argumentos iniciais. Sobre esse assunto ver WRINGLEY (2002).

Uma das características do positivismo lógico é a de que o discurso consentido é o científico. De acordo com Strathern (1997b, p.17) “Os membros do Círculo de Viena estavam dedicados à tarefa de transformar as ideias do *Tractatus* na virulenta antimetafísica do positivismo lógico”.

Atualmente, os estudiosos consideram-na uma obra opaca e um tanto enigmática, De acordo com WRINGLEY (2002) sua perspectiva geral incorporava a ideia de que toda a filosofia era um assunto de investigação do significado e que todo progresso filosófico deveria vir da correta compreensão do significado e da dissolução das confusões linguísticas, descartando elementos metafísicos e se fundamentando em expressões lógicas.

O positivismo lógico sustentava que as proposições da metafísica, da ética e da estética não eram enunciados. O que se enunciava na ética e na estética eram ordens. Já os enunciados da metafísica simplesmente careciam de total sentido.

Fundamentado dentro dos princípios do positivismo lógico o *Tractatus* possuía em sua centralidade que, todo enunciado deveria ser considerado ilegítimo se não estivesse baseado na experiência direta. Esta posição foi a base do princípio de verificação, isto é, uma oração tem sentido, se somente si, se pode-se verificar empiricamente ou se pode demonstrar que é verdadeira mediante análise dos significados convencionais dos seus signos.

A ‘experiência’ que precisamos para compreender a lógica, não é a de que algo está do seguinte modo, mas a de que *algo é*; esta, porém, *não é* uma experiência.

A lógica está antes de qualquer experiência — de que algo é assim.

Desse modo está antes do *Como* mas não antes do *Que*. (WITTGENSTEIN, 1968, p.109, 5.552²⁸)

Em outras palavras, compreender o significado de uma proposição requer saber como verificá-la.

De acordo com Marcondes (2008) o *Tractatus* desenvolve uma concepção de filosofia como elucidação através da linguagem, onde sua concepção analítica liga-se ao positivismo lógico. “A totalidade das proposições verdadeiras, que dizem como

²⁸ O *Tractatus* foi escrito sob a forma de sentenças declarativas, sequencialmente numeradas de forma hierárquica obedecendo a ordem lógica estabelecida por Wittgenstein.

o mundo é, constituem precisamente a ciência natural, o conhecimento possível sobre o real” (MARCONDES, 2008, p.315).

Contudo, o próprio Wittgenstein se viu em xeque com sua filosofia e sua mística pessoal e se retirou do cenário das discussões lógico-filosóficas, passando anos numa espécie de retiro introspectivo. Strathern (1997b) esclarece que no *Tractatus* há uma mística velada onde Wittgenstein teria mencionado que, o que não estava dito na obra era mais importante do que ele havia escrito.

De fato passado esse tempo introspectivo, no período em que passou a trabalhar nos escritos que marcaram sua segunda fase filosófica - os escritos da maturidade, ou simplesmente o “segundo Wittgenstein”. O filósofo, aos poucos, volta à cena e revela que o que foi expresso no *Tractatus* está rejeitado por ele.

Nesse sentido Strathern (1997b) revela que o impacto foi sem precedentes e a marca da excentricidade do filósofo continuou patente.

O acontecimento era único. Nunca antes um grande filósofo havia admitido, ainda que para si mesmo, que sua filosofia estava equivocada. Mas Wittgenstein, como de hábito, foi um passo além. Já que sua filosofia estava errada, então toda a filosofia estava obviamente errada. (STRATHERN, 1997b, p.18).

Nos dois anos seguintes à sua morte, foi publicado o livro “Investigações Filosóficas” a obra representou uma separação radical de seus primeiros trabalhos, influenciando de maneira contínua o modo que se maneja a filosofia, mas a base na linguagem permaneceu.

Marcondes (2008), esclarece que houve uma ruptura explícita entre o pensamento proposto no *Tractatus* e nas ideias desenvolvidas nas *Investigações*.

Pode-se mesmo dizer que nas investigações a ‘linguagem’ entendida como tendo uma estrutura básica, uma forma lógica, desaparece, dissolve-se, fragmenta-se, dando lugar aos ‘jogos de linguagem’, múltiplos, multifacetados, irreduzíveis uns aos outros, que se definem como um todo, consistindo de ‘linguagem e das atividades a que esta está interligada’. (MARCONDES, 2008, p.317).

O deslocamento do conceito e de significado entre as palavras e as coisas, com base no uso que uma determinada comunidade faz delas, ressalta o quanto a linguagem adquire significado através do seu uso social, todo vínculo entre uma palavra e seu objeto depende das regras fixadas por aqueles que usam essa

palavra. Estas regras podem ser compreendidas no segundo Wittgenstein como jogos de linguagem.

Nesta obra se estabeleceu a natureza do vínculo entre a palavra e as coisas. Adquirir a linguagem é adquirir um modo de experimentar o mundo. Em sentido Metafórico é como se a linguagem abrisse janelas para o mundo. Cada linguagem é como uma janela para um mundo diferente. Nesse sentido os quadros ônticos e ontológicos das palavras são represados. Mostafa (2013) elucida que esta perspectiva pragmática da linguagem em Wittgenstein estabelece a verdade das palavras relacionada ao seu uso e não ao seu significado, ou seja, as abordagens conceituais (uma finalidade na Filosofia, segundo Deleuze) e ontológicas são desconsideradas pela via pragmática.

A representação, no primeiro Wittgenstein, surge na perspectiva de que o mundo é figurado pela linguagem, ou seja, os pensamentos seriam sentenças ou proposições projetadas sobre o mundo, expressas por meio da linguagem e não seriam entidades mentais. Este estatuto linguístico reflete a natureza lógica do mundo no sentido de expressar o que é verdadeiro ou falso.

A representação de um estado de coisas é um modelo ou uma figuração. Precisa manter com aquilo que representa uma relação isomórfica, isto é, possuir a mesma multiplicidade lógica e a mesma estrutura. As proposições são figurações lógicas. São bipolares, capazes ser ou verdadeiras ou falsas. Nisso refletem aquilo que representam: um estado de coisas (combinação de objetos ou existe ou não existe. (GLOCK, 1998, p. 26)

É como se o pensamento, o mundo e a linguagem tivessem a mesma forma, ou melhor dizendo, o mundo estaria dependente da linguagem para ser pensado.

Já no segundo Wittgenstein, a linguagem fica mais fluida e inserida no mundo por causa dos jogos de linguagem. Neste sentido a representação passa a existir perante as possibilidades e adequações da linguagem no mundo desconsiderando realidades observáveis e abstraídas e permanece negando a representação como entidade mental.

Dessa maneira os estudos de linguagem se ramificaram em outros campos influenciando diferentes áreas do conhecimento. A virada linguística e seu aspecto

lógico rechaçou a metafísica e com ela suas linhas de pensamento afins. Neste sentido os aspectos epistemológicos da filosofia e a representação foram questionados e colocados em oposição aos estudos da cientificidade lógica da linguagem, com isso o giro linguístico pode ser entendido como um marco propulsor que promoveu uma linha de análises e estudos com forte conotação antirrepresentacionista.

Obviamente que questionamentos em oposição²⁹ ao pragmatismo da linguagem foram surgindo. Mostafa (2013, p.110) cita Deleuze e sua irritação sobre Wittgenstein, no decorrer de uma entrevista³⁰, onde o francês energicamente diz que “reduzir a Filosofia a uma correção gramatical parece um retrocesso lamentável e um perigo que a filosofia deve combater”.

Mesmo com toda a evidência e o avanço dos estudos lógico-analíticos, a filosofia articulada pelo viés pragmático da linguagem e os defensores do antirrepresentacionismo, não tiveram a capacidade, segundo Oliveira (2015a), de suplantar as pesquisas sobre os processos mentais; as representações, e assim pouco a pouco voltou ao cenários dos debates filosóficos e passou-se a articular uma nova questão fundamental: “Qual a natureza real dos processos e estados mentais?”.

Além da Filosofia, inúmeras abordagens surgiram na crista de questões desta natureza, as neurociências, a neurobiologia, a química, a física, a fisiologia, as ciências humanas e cognitivas até chegar às pesquisas de inteligência artificial as quais emergiram novamente a temática representacionista. Todos esses estudos acabaram por deslocar, na contemporaneidade, a linguagem do lugar central da investigação filosófica, retomando aspectos das representações, da filosofia da mente, da epistemologia e da ontologia a tal ponto de que, segundo Oliveira (2015a), foram surgindo grupos que se distanciaram veementemente da linguagem alegando que estudos da linguagem levaram a um relativismo e historicismo que impossibilitou a objetividade de seus estudos filosóficos.

²⁹ Sobre críticas a Wittgenstein e à perspectiva pragmática da linguagem, podem ser citados dentre outros, Deleuze e Anthony Clifford Grayling (filósofo e professor em Oxford).

³⁰ Abecedário de Gilles Deleuze realização de Pierre-André Boutang, produzido pelas Éditions Montparnasse, Paris.



5 REPRESENTACIONISMO E ANTIREPRESENTACIONISMO

Diante da profusão de teorias e de acepções da noção de representação torna-se necessário adotar o percurso circunscrito no capítulo anterior para proceder às considerações sobre o representacionismo e sua oposição. Para minimizar possíveis interferências provocadas pelas inelutáveis barreiras polêmicas e polissêmicas que envolvem a Representação, será adotada a acepção epistemológica extraída da versão espanhola do dicionário de Ferrater Mora (1994).

O verbete inicialmente elucida o termo representação como um vocábulo geral que pode referir-se a inúmeras formas de se apreender objeto intencionalmente.

Clarifica sobre os sentidos de representação para os estoicos e escolásticos; mostra brevemente o sentido à reprodução na consciência de percepções anteriores combinadas de vários modos, à imaginação no sentido de Descartes e de demais autores como Espinosa, Leibniz, Locke e Hume. Refere-se a Kant e o sentido de representação em sua filosofia como apreensão geral, que pode ser intuitiva, conceptual ou ideal. Bem como à forma do mundo dos objetos como manifestação da vontade, no sentido de Schopenhauer, etc. Ferrater Mora (1994) reafirma o caráter da multiplicidade de aplicações do vocábulo e assevera que sua utilização é por vezes ambígua.

Esta multiplicidad de sentidos y usos de 'representación' hace que este término sea casi siempre ambíguo em três formas: dentro de la psicología, en la epistemología y cuaslesquiera elementos 'psicológicos' que se aduzcan para aclarar la naturaleza y formas del conocimiento. (FERRATER MORA, 1994, p.3076).

O delineamento aqui proposto, diz respeito à acepção epistemológica da noção de representação desse modo o autor apresenta dois sentidos

epistemológicos básicos em que se pode entender a Representação e distingue um com características subjetivas e outro com características objetivas:

- 1) Representação como conteúdo mental – A representação é entendida como um ato além de ser um sentido “subjetivo” e “particular”. (subjetiva/informal)
- 2) Representação como aquilo que se apresenta no ato de representar, isto é, como o objeto intencional ao semelhante ato. (objetiva/formal).

Apesar de conseguir isolar a acepção epistemológica de representação em duas formas, Ferrater Mora (1994) assevera que essa distinção entre aspectos subjetivos/informais e objetivos/formais não elimina problemas, porque possivelmente não se pode ser tão taxativo mesmo que por vezes queira ser. Pondera que há a possibilidade de um ‘meio termo’ e cita Hamelin³¹ que se refere à representação como o ato por meio do qual o concreto e o diverso é pensado sob forma categorial, como estrutura conceitual ou esquemática afirmando ainda que Hamelin aspira a dar uma conotação mental porém se opõem a equiparar a representação à uma forma transcendental como no sentido kantiano.

No capítulo anterior foi empreendido um sobrevoo no campo filosófico ocidental sobre a noção de representação. Neste sentido os gregos estabelecem uma perspectiva explicativa para o conhecimento quanto a sua natureza, nesse sentido observa-se que a representação em Platão é idealista, no sentido de que a representação é construída pela atividade cognitiva. Aristóteles entende que a representação se dá por bases realistas, a partir do mundo concreto. As categorias propostas por Aristóteles tem caráter tanto lógico quanto metafísico e são modos de predicação do ser.

Os escolásticos, mesmo motivados por questões teológicas, contribuíram com início dos estudos da linguagem e conceitualismo. Kant está preocupado em analisar o conhecimento quanto sua origem (empirismo, racionalismo, apriorismo) e quanto a sua possibilidade (criticismo). Segundo a filosofia kantiana é possível compreender a representação a partir de suas categorias como formas subjetivas do pensamento.

³¹ HAMELIN, Octave. Essai sur les éléments principaux de la représentation. 1907.

A noção de representação tem sido empregada, em termos gerais, para designar *a forma* sob a qual algo se apresenta, como distinta da *simples apresentação de alguma coisa*; enquanto tinha a ver com uma atitude cognoscitiva, a dita noção se referia à *maneira* segundo a qual um sujeito, ou um meio de representação, capta algo que se lhe apresenta. Assim, o termo 'representação' se refere ao modo de apreensão de um objeto ou fenômeno por parte de um sujeito (ou meio de representação, como o caso de um livro, de uma pintura, etc.), o que significa que para que haja um ato de representação é preciso que haja alguém (ou algo) que representa alguma coisa (não necessariamente algo distinto de si mesmo; no caso do sujeito, é possível falar deste como representando a si mesmo). (ARNAO, 2008, p.189).

Desta forma fica, aqui, delimitado que o pensamento representacionista foi referência no campo filosófico e exerceu influência em diversos campos do conhecimento e na sociedade como um todo.

A via representacionista considera a relação sujeito/objeto sob a perspectiva dualista realidade/mente ou sujeito/realidade. A cognição apreende o mundo mesmo que de forma parcial por representações mentais. Sendo assim a maneira de conhecer o mundo se dá considerando, sobretudo, aspectos ontológicos e gnosiológicos, representando os marcos mais característicos da realidade e depois atuando sobre a base dessas representações.

A partir dos estudos da linguagem e seu caráter de cientificidade lógica o representacionismo é colocado em xeque. Diante do exposto faz-se necessário elucidar sobre alguns aspectos referentes à noção de representação especialmente na contemporaneidade em que fica patente a difusão e avanço das filosofias analítica e da linguagem.

A partir do século XX observa-se, no âmbito da filosofia, a radicalização de alguns estudos acerca da linguagem. Nesta esfera, a linguagem passou a ser considerada como um instrumento mediador para conhecer o mundo e não mais as representações mentais. Os elementos determinantes para o conhecimento humano eram os dados do mundo e a mente humana com suas representações. Contudo com o incremento dos estudos lógico-linguísticos, no século XX, a linguagem deixa de ser um elemento mediador passa a ser considerada como um elemento determinante. Desse modo a linguagem, se transporta para o centro de investigações filosóficas.

Arnao (2008) indica que a noção de representação teve relevância central em diferentes momentos da história da filosofia e através de problemas de diferentes naturezas, Entretanto defende que a representação, ainda, ocupa novamente na atualidade, lugar importante na filosofia, “em especial na filosofia da ciência, indagando o status que cabe atribuir a tal noção a partir das críticas à epistemologia clássica de meados do século XX”.

A autora destaca que a crítica está presente em diversas linhas filosóficas e cita Rorty (1989)³² e Putnam (1988)³³ como a vertente proveniente do pragmatismo filosófico. Também menciona a relevância da filosofia continental indicando a leitura de Taylor (1997)³⁴.

Para o pragmatismo não há representação no sentido estrito, nessa direção pressupõem-se sua postura antirrepresentacionista. Manuel (2003) cita Rorty (1983) que afirma que o conhecimento não é espelho que reflete a natureza, mas sim construtivismo. Neste sentido a representação como espelho é uma metáfora física que expressa, ao mesmo tempo, o representado e o representante como semelhantes, entretanto as representações estão estáticas pelo sujeito que as descreve.

Esta visão pragmatista de Rorty está, de acordo com Manuel (2003), baseada num contexto, político social norteamericano do início do século XX.

Onde os estratos sociais mais conservadores tratavam de controlar o avanço esmagador da ciência, da técnica e da indústria num contexto no qual existia um espiritualismo em plena vigência, e a sociedade americana estava conformada em torno de um contexto religioso importado da velha Europa. Dessa forma a filosofia transcendental não se encontrava de acordo em um contexto de classes dominantes que buscavam, de forma prioritária, ascensão econômica e social, do mesmo modo tratou-se de evitar a inserção das ideias materialistas, bastante discutidas na Europa dos séculos XIX e XX, pois os Estados Unidos crescia com o aproveitamento da exploração de grandes massas de trabalhadores emigrantes. (MANUEL, 2003, p.397- Tradução nossa)³⁵

³²RORTY, R. (1989) *La filosofía y el espejo de la naturaleza*. Madrid: Cátedra. 1989.

³³PUTNAM, H. (1988) *Realidad y representación*. Barcelona: Gedisa. 1988.

³⁴TAYLOR, C. *Argumentos filosóficos*. Buenos Aires: Paidós. 1997.

³⁵ “Donde los estratos sociales mas conservadores trataban de controlar el avance arrollador de la ciencia, la técnica y la industria en un contexto en el que existía un espiritualismo en plena vigencia, y la sociedad americana se estaba conformando en torno a un contexto religioso importado de la vieja Europa. Así, la filosofía

Desse modo o pragmatismo surge defendendo um nova corrente idealista como uma solução adequada, onde a ação do sujeito vai ser a base do seu conhecimento, da sua verdade, da sua representação. Manuel (2003) afirma que o pragmatismo é a filosofia da burguesia americana.

As discussões antirrepresentacionistas extrapolam o campo da filosofia, acontecem, por exemplo, no âmbito também, das ciências cognitivistas, da computação, biológicas, entre outras. O antirrepresentacionismo apresenta-se, segundo Candiotta (2014) a partir de duas perspectivas distintas:

a metafísica e a epistemológica. A postura metafísica entende que não há no sistema cognitivo algo como representação, enquanto, para a epistemológica, não há necessidade de a ciência cognitiva recorrer a representações mentais para obter explicações sobre os processos cognitivos. (CANDIOTTO, 2014, p. 529).

De acordo com Oliveira (2015a) a filosofia articulada pela linguagem não foi capaz de suplantiar os estudos dos processos mentais, das representações, da consciência, atos mentais e assim pouco a pouco se passou a articular uma questão fundamental: "Qual a natureza real dos processos e estados mentais?".

Dessa forma a mente humana volta a fazer parte de diferentes tematizações filosóficas. Há quem diga que existe um novo paradigma na filosofia, o "mentalista" – Filosofia da Mente. Conforme explica Oliveira (2015a), no fim do século XX já se falava na reviravolta mentalista, isto é, a Filosofia da Mente vai cada vez mais ocupando lugar e a função que a Filosofia Analítica tradicionalmente atribuiu à linguagem perde foco, isto é, a mente começa a ser o pressuposto metodológico necessário, não apenas para entender a linguagem, mas para entender todo e qualquer problema filosófico. Novamente aparece a analogia entre linguagem e mente.

A mente passa a ser o pressuposto necessário e metodológico, a partir de onde os objetos poderiam ser enfrentados filosoficamente. Portanto o fundamento objetivo de uma análise filosófica enquanto tal. O que ocasionou uma reviravolta

trascendental no encontraba acomodo en un contexto de clases dominantes que buscaban, de forma prioritaria, el ascenso social en lo económico y lo social, y también se trató de evitar que penetraran las ideas materialistas, muy extendidas en la Europa del siglo XIX y XX, pues Estados Unidos crecía con el aprovechamiento de la explotación de grandes masas de trabajadores emigrantes". Manuel (2003, p.397).

epistemológica. Onde surgem relações com as ciências, em especial às neurociências e as ciências da computação.

No domínio dos estados mentais, ocorreu o desenvolvimento das ciências do cérebro, as investigações das inteligências artificiais e das ciências cognitivas e muitas dessas ligadas à teoria da computação.

Hoje há filósofos, segundo Oliveira (2015a), que dizem que a cognição é um conjunto de maneiras pelas quais o sistema natural ou artificial adquire, armazena e trata a informação, isto é, quer se trate de informações perceptivas (por meio dos sentidos), quer de informações simbólicas (por meio da linguagem e dos códigos) ou mesmo de informações formadas em outros meios como imagens esquemas.

Os atuais processos de construção de representações no nosso âmbito científico, são baseados em aspectos pragmáticos que irão estabelecer de forma muito dinamicamente os significados conceituais. Da mesma forma, em nosso campo científico deixou o paradigma bibliográfico baseado no Positivismo do século XX, agora se emprega o paradigma homem-máquina com base no pragmatismo (MANUEL, 2003, p.399- Tradução nossa³⁶).

Desse modo, a finalidade desses conhecimentos, segundo Oliveira (2015) é estudar a natureza das representações e processos entendidos com categorias neurofisiológicas. Dessa forma fica clara a aproximação da filosofia da mente com as ciências neurofisiológicas. Analisar as maneiras segundo as quais um organismo interage com seu meio ambiente através dessas representações.

Estas abordagens acabaram por deslocar a linguagem do lugar central da investigação filosófica e substituindo por uma teoria da mente a tal ponto de que, segundo Oliveira (2015a), foram surgidos grupos que se distanciaram veementemente da linguagem alegando que estudos da linguagem levaram a um relativismo e historicismo que impossibilitou a objetividade de seus estudos filosóficos.

Isso vai aproximar, inevitavelmente, a Filosofia da Física e da Biologia, onde se passa a entender a mente a partir manifestações físicas complexas e se assim, o são, devem ser explicados fisicamente. Nesse sentido surge um movimento

³⁶ Los actuales procesos de construcciones de representaciones, en nuestro ámbito científico, tratan de basarse en aspectos pragmáticos que van a fijar de forma muy dinámica los significados conceptuales. De la misma forma que en nuestro ámbito científico se ha abandonado el paradigma bibliográfico basado en el Positivismo del siglo XX, ahora se emplea el paradigma hombre-máquina basado en el Pragmatismo (MANUEL, 2003)

reducionista em que todos os fenômenos seriam físicos e devem ser explicados pela física (fiscalismo).

Conforme explica Oliveira (2015a), esse movimento acaba se tornando uma teoria metafísica, pois faz uma afirmação que diz respeito ao todo, a tudo, onde todas as realidades são físicas.

A visão abstrata da representação mental perde espaço para o ponto de vista da mente incorporada, tanto na filosofia quanto nas ciências da cognição. Se o cognitivismo postula uma representação simbólica, abstrata, puramente mental, a abordagem da mente incorporada, na ciência cognitiva atual, postula, filosófica e empiricamente, que a cognição é ação incorporada e resulta de padrões de experiência corporal do agente, como padrões sensório-motores.(BOYER, 2008, p.45)

Nesse sentido, onde todas as realidades existentes são físicas, onde a coisa é física, tornam-se físicos os estados mentais, as mudanças mentais, as psicológicas. Todos estes estados são processos sofisticados do sistema físico e complexo que é o cérebro, ou seja, tudo o que é atribuído a mente é mais corretamente atribuído ao cérebro (obviamente que hoje há controvérsias a esse respeito) afirmando que o naturalismo tem uma postura e instância incoerentes.

No quadro teórico do fiscalismo, a questão fundamental é “como se explica a ocorrência das produções cognitivas no espírito humano?”. “Como entender os estados mentais?”. Isso se explica pura e simplesmente, através dos procedimentos cerebrais? Portanto, numa base estritamente física?

Foi essa problemática que levou ao contato cada vez maior com as ciências cognitivas, ciência da computação e com as neurociências, bem como com a psicologia cognitiva, com a neurobiologia, química, à física, à fisiologia até chegar às pesquisas de inteligência artificial, ou seja, essa temática leva cada vez mais a filosofia em direção às ciências da natureza e, conseqüentemente, com o nível específico de inteligibilidade atingido pelas ciências naturais.

Oliveira (2015a) assevera que isso pode levar a uma substituição de ponto de vista onde se troca o olhar filosófico por um olhar neurocientífico. Nesse sentido afirma que existem dois procedimentos de pesquisa evidentes: a psicologia cognitiva e a inteligência artificial, que possuem em comum a ideia de que os estados internos das criaturas inteligentes são de uma ou de outra forma estados de informação e

suas interações coletivas são uma função destas informações específicas. Daí a capacidade de caracterizar de modo geral, de abordagem de processamento de informações. Essa seria uma nova forma específica de articular a filosofia – uma abordagem em última instância – comportamental e informacional.

Estas incursões filosóficas deixam claro o quanto as abordagens da Ciência da Informação, na contemporaneidade, possuem afinidades com essas discussões do campo filosófico, especialmente as que se referem à representação da informação e principalmente o quanto se faz necessário, conhece-las em profundidade para que se possa lançar um olhar crítico sobre as mesmas.

Parece incompatível, Diante de todo esse debate, inserir neste contexto pragmatista, fisicalista e digital, contemporâneo, o pensamento de um filósofo do século XIX. Contudo este é o desfaio desta tese, em outras palavras, o desafio está em subsumir o pensamento do filósofo Arthur Schopenhauer no seio das discussões no âmbito da Ciência da Informação.



6 A NOÇÃO DE REPRESENTAÇÃO EM ARTHUR SCHOPENHAUER



O que torna o objeto dificilmente compreensível [...] é antes o contraste entre a compreensão do objeto e aquilo que a maior parte das pessoas quer ver. [...] O que há de ultrapassar não é uma dificuldade do entendimento, mas da vontade.

(Liev Tolstói)

Neste capítulo serão apresentados, de modo geral, o filósofo e seu pensamento. Por conseguinte serão abordadas, com especificidade, as bases da Teoria do Conhecimento de Schopenhauer e, de modo particular, sua concepção de Representação.

Arthur Schopenhauer é um filósofo nascido nos fins do século XVIII e sua filosofia desenvolvida no século XIX. Bastante lido e apreciado por artistas e escritores, a filosofia de Arthur Schopenhauer exerceu influências em vários campos do conhecimento. Redyson (2009) elenca algumas dessas áreas, bem como uma série de nomes onde se encontram traços de seu pensamento. Sua filosofia influenciou nomes como Tolstói, Marcel Proust, Augusto dos Anjos, Machado de Assis, Wagner, Jorge Luis Borges e demais nomes como Georg Simmel, Freud, Beckett, Kafka. Também influenciou filósofos como Nietzsche, Wittgenstein, Kierkegaard, Ortega y Gasset, entre outros.

Por muito tempo Schopenhauer foi incompreendido e pouco aceito na academia. Barboza (2008) atribui essa rejeição ao fato de Schopenhauer incorporar em sua filosofia elementos do pensamento oriental como por exemplo o *Veda* ortodoxo e o budismo, algo que os adeptos da tradição ocidental-europeia não viam com bons olhos. Contudo, atualmente, seu pensamento vem despertando interesse

no cenário acadêmico. Barboza (2016) acrescenta que em ‘*O mundo como vontade e como representação*’ encontra-se a abordagem de temas imprescindíveis para compreendermos a contemporaneidade, dentre muitos podem ser citada a sexualidade freudiana, a arte como lugar privilegiado de verdade, a compaixão como elemento moral. Outras hipóteses para o crescimento desse interesse, talvez venha do despertar do mundo ocidental para o pensamento oriental e da ciência para a física quântica e suas influências em outros campos do conhecimento.

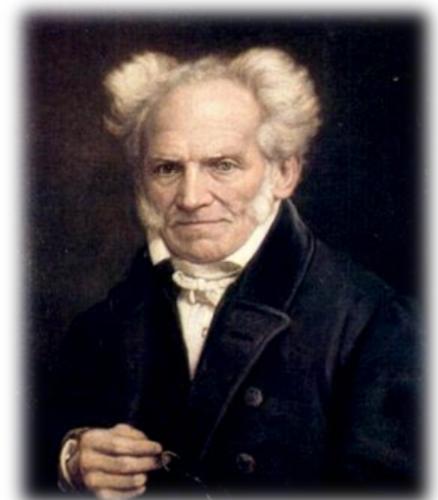
No Brasil não é diferente, além da pouca inserção no seio acadêmico o fato do escasso material traduzido para o português corrobora com esse cenário. Somente no ano de 2015 sua obra mestra teve a tradução e o lançamento de seu segundo tomo para a língua portuguesa. Entretanto, seus principais comentadores brasileiros, Barboza (2008 e 2015) e Redyson (2008) afirmam que o interesse por suas obras e seu pensamento vem aumentado no cenário acadêmico nacional.

Conseqüentemente, não é de se estranhar que a Ciência da Informação tenha pouco contato com o pensamento de Schopenhauer. Com a intenção de apontar caminhos para estabelecer o diálogo entre o filósofo e a Ciência da Informação, esta pesquisa gira em torno da concepção da representação em Schopenhauer, especificamente na análise de sua obra magna intitulada “*O mundo como vontade e como representação*”. A partir desta obra são analisados os elementos fundamentais que compõem a teoria do conhecimento a fim de encontrar aportes que subsidiem pontos de reflexão entre a filosofia schopenhaueriana e a noção de representação na Ciência da Informação.

6.1 ARTHUR SCHOPENHAUER: PARA ALÉM DO PESSIMISMO

Arthur Schopenhauer nasceu a 22 de fevereiro de 1788, em *Danzig* na região do mar Báltico, cidade que depois passou a se chamar *Gdansk* na atual Polônia. Filho de família abastada, seu pai era um influente comerciante e sua mãe, conhecida escritora que frequentava a roda dos

FIGURA 5: Arthur Schopenhauer
Pintura de Jules Luntenschütz
(1855).



Fonte: Schopenhauer (2013).

intelectuais da época. De acordo com Cartwright (2004) o pertencimento a esse grupo permitiu ao jovem Schopenhauer conhecer escritores e demais intelectuais como Goethe³⁷ e Christoph Wieland³⁸.

Sua vida familiar foi bastante conturbada. Tinha muitos conflitos com sua mãe (vinte anos mais jovem que seu pai), por não aceitar seu modo irreverente, destoante das mulheres de sua época e por estar convencido de que ela não o amava.

No período de sua adolescência, na companhia de seu preceptor, fez várias viagens pela Europa a fim de se preparar para se tornar um bom comerciante. As viagens o tiraram do conforto de seu abastado lar e o fizeram conhecer as misérias humanas e uma Europa devastada por inúmeras guerras, forjando no jovem Schopenhauer traços de melancolia e pessimismo. Experiência essa que ressoa em sua filosofia.

A Europa inteira jazia prostrada. Milhões de homens fortes haviam morrido; milhões de hectares de terra tinham sido negligenciados ou devastados; por toda parte, no continente, a vida tinha que recomeçar do zero, para recuperar dolorosa e lentamente o civilizador excedente econômico que havia sido consumido na guerra. Schopenhauer, viajando pela França e pela Áustria em 1804, ficou impressionado com o caos e a sujeira das aldeias, a miserável pobreza dos agricultores, a inquietação e a miséria das cidades.” (DURANT, 1996, p.230).

A morte de seu pai, na juventude, agravou os conflitos familiares e aumentou o dilema pessoal em decidir entre sua inclinação aos estudos acadêmicos ou suas obrigações como filho varão e herdeiro dos negócios da família.

Em 1808, Schopenhauer chega a Göttinger e se ingressa no curso de medicina e se encanta com os estudos sobre fisiologia, botânica, zoologia, contudo troca de curso e contrariando as expectativas e os planos de seu pai, que o preparou para assumir os negócios da família, Schopenhauer abandona a medicina, o e comercio e se decide pela Filosofia. Redyson (2009) apresenta, como detalhe que a opção pela filosofia veio da influência do filósofo Gotthold Ernest Schulze, que “o aconselhou a começar a leitura de Platão e Kant. Já por outro filósofo da época,

³⁷ Johann Wolfgang von Goethe, Um dos mais importantes nomes da literatura alemã. Goethe frequentava o salão literário de Johanna Trosiener, mãe de Schopenhauer, e tinha apreço por ele.

³⁸ Christoph Martin Wieland, influente escritor alemão, também do período iluminista.

Friedrich Majer, conheceu pela primeira vez os *Upanixades* hindus, que exerceram influência em sua obra” (REDYSON, 2009, p.13).

Ainda residindo em Göttinger adquire e se encanta por Atma, seu cão. Que foi um fiel companheiro por toda a vida e que, inclusive, sobreviveu ao próprio dono. Schopenhauer tinha forte apreço e compaixão pelos animais, é considerado como um precursor na ética animal.

Sua tese foi escrita em 1813, “*Sobre a quádrupla raiz do princípio da razão suficiente*” (*Vierfach Wutzel der Zats uber zurechern Grund*). Seguindo o caminho filosófico iniciado em sua tese, publica, em 1818, sua obra mestra “o mundo como vontade e como representação” (*Die Welt als Wille and Vorstellung*) onde exprime e mescla suas influências que perpassam a filosofia kantiana e o pensamento oriental.

Strathern (1998) menciona que o pessimismo de Schopenhauer lhe conferia uma originalidade diferente dos outros filósofos de sua época.

Considerando a maioria dos outros grandes filósofos, não podemos evitar a sensação de que se comportam da melhor maneira possível e que se espera que façamos o mesmo. Tudo é muito sério e digno. (Até Hume leva a filosofia a sério, quando realiza seu trabalho de demolição.) Schopenhauer, por outro lado, deixa muito claro que considera o mundo e a vida que nele vivemos uma piada de mau gosto. Nesse sentido, está inegavelmente mais próximo da descrição da situação real do que aqueles que vêem o mundo de um ponto de vista otimista ou promissor. Esse pessimismo aparente era incrivelmente revigorante na época, depois de séculos de cristianismo e da última fase do racionalismo. (STRATHERN, 1998, p.8)

Schopenhauer tinha personalidade austera, não se preocupava em agradar as pessoas ou ser simpático. Não tinha falsa modéstia, sabia que era uma mente que se destacava, isso lhe conferia certa arrogância. Teve uma vida conturbada, colecionou inimigos (entre eles Hegel), além de vivenciar inúmeras decepções amorosas.

A princípio, suas obras não foram bem recebidas e Schopenhauer passou boa parte de sua vida indignado com sua pouca fama. Apenas em sua velhice foi capaz de usufruir de reconhecimento por suas obras que passaram receber boas críticas, resultando em considerável aumento nas vendas. Finalmente recebeu as congratulações que tanto esperou. Como descreve Strathern (1998, p. 16) “Aos

sessenta e cinco anos, após mais de trinta e cinco de espera, ‘o Nilo chegara ao Cairo’, segundo as palavras de Schopenhauer”. Entretanto não desfrutou por muito tempo de sua glória e vem a falecer aos 72 anos, não deixou esposa, nem filhos, apenas seu cão Atma estava em sua companhia no fim da vida.

O cavalheiro solitário, como Nietzsche o chamava, na manhã de 21 de setembro de 1860, é encontrado por sua criada de quarto, reclinado no sofá, vitimado pela pneumonia. Schopenhauer despertara enfim, do breve sonho da vida. (MONTEIRO, 2011, p. 24).

A classificação de sua filosofia é controversa. Contudo pode ser considerado como filósofo idealista (por causa de sua aceção de representação como produto da mente) porém, seu pensamento diverge dos principais pensadores idealistas alemães, sobretudo da filosofia de Schelling, Fichte e Hegel.

Sua filosofia compõem um sistema e pode ser dividida em quatro temas principais: conhecimento, natureza, estética e ética todos esses temas estão incorporados no Tomo I de sua obra principal “O mundo como vontade e como representação”. O foco desta pesquisa será centrado na teoria do conhecimento de Schopenhauer, onde as noções de representação e vontade são nucleares. Sua obra tem o viés de “um princípio irracional do mundo, a Vontade de vida, ímpeto cego, em referência à qual a faculdade de razão é secundária” (BARBOZA, 2008, p.111).

Assim como os demais filósofos idealistas alemães que se fundamentaram em Kant, Schopenhauer também seguiu o mestre onde fundamentou seu pensamento. Contudo, no processo de divergir de alguns conceitos Kantianos e de se apropriar de aspectos da filosofia oriental, Schopenhauer compõe um pensamento diferenciado de seus contemporâneos.

A filosofia schopenhaueriana se orienta por um conceito-chave metafísico, que ele denomina Vontade. Na metafísica da Vontade está o ponto central de todo seu construto filosófico. Para Schopenhauer a Vontade não possui nenhum fundamento racional. É, segundo ele, uma força cósmica, volitiva, cega e dinâmica - o princípio de tudo, que rege todos os fenômenos, do reino mineral até a intimidade da individuação humana.

Através da Metafísica da Vontade, Schopenhauer nos demonstra que o mundo não é regido e ordenado por um princípio racional³³, mas

sim pela Vontade, um ímpeto cego e irracional, destituída de consciência, sem qualquer finalidade ou propósito. Na filosofia schopenhaueriana, a Vontade não possui em si nenhum fundamento ou sentido, ela se caracteriza como um esforço interminável, um fluxo sem fim pela existência, onde em nenhuma parte do mundo fenomênico encontra repouso e plena satisfação. Noutros termos, a Vontade é um constante estado de insatisfação e de inquietude, ou seja, um eterno vir-a-ser, no qual nunca cessa de querer. (NASCIMENTO, 2015, p.14).

O sistema filosófico de Schopenhauer rompe com as tradicionais linhas da teoria do conhecimento e desloca a razão da centralidade das discussões epistemológicas e insere a metafísica da Vontade como o ponto central de sua teoria do conhecimento. Significa de dizer que, a razão não é mais o princípio ordenador do mundo, como vinha sendo exposto pela tradição filosófica que o antecedeu.

Em “o mundo com o vontade e como representação” Schopenhauer refere-se ao Entendimento como um ponto de partida para as intuições imediatas das coisas. O mundo é fruto do entendimento. Para construir as coisas (cognitivamente) é necessário um trabalho intelectual. O que significa dizer que a realidade é oriunda de um significar do sujeito.

Divergindo de Kant, em seus conceitos fundados na epistemologia transcendental, Schopenhauer enfatiza que um dos problemas da filosofia kantiana é o conceito de “a coisa em si”, afirmando que Kant não reconheceu na vontade a coisa em si. Dessa feita, Schopenhauer constrói sua filosofia do conhecimento refutando o mestre.

Kant, decerto, não atingiu o conhecimento de que o fenômeno fosse o mundo como representação e a coisa em si a vontade. Mas ele mostrou que o mundo fenomênico é tão condicionado pelo sujeito quanto pelo objeto e, isolando as formas mais gerais de seu fenômeno, isto é, da representação, demonstrou que se conhece a essas formas como partindo não só do objeto, mas igualmente também a partir do sujeito e que se abraça essas formas segundo sua legalidade inteira porque elas são propriamente entre sujeito e objeto o limite comum a ambos e conclui que, acompanhando-se esse limite, não se penetra nem no interior do objeto, nem no do sujeito, e, conseqüentemente, não se conhece nunca a essência do mundo, a coisa em si. (SCHOPENHAUER, 1985, p.81)

Schopenhauer contesta o idealismo alemão e insere em sua filosofia elementos pouco familiares ao racionalismo. Ele busca na filosofia oriental fundamentos cruciais para o desenvolvimento de seu pensamento. Dessa forma

desenvolve sua filosofia não apenas enfatizando a representação, mas também a vontade. “O mundo é minha representação”, e num mesmo tom, também afirma “o mundo é minha vontade”.

Além da influência kantiana, Schopenhauer foi também sugestionado pela filosofia oriental (leu as primeiras versões alemãs dos Upanixads). No pensamento da Índia antiga, Schopenhauer encontrou o conceito de Maya, o qual faz referência ao aspecto ilusório do mundo como uma manifestação da multiplicidade de fenômenos.

Schopenhauer fala do mundo fenomênico que descreveu até agora como um véu de Maya, como se a multiplicidade do mundo perceptível e conhecido fosse pintado em um véu como sendo possível ver através desse véu.

Maya aqui está lado a lado [...] das representações intuitivas e abstratas e se encontra numa correlação profunda com o fenômeno descrito por Kant. *Maya* não está em correlação com as ideias platônicas, nem com a coisa em si kantiana, *Maya*, aqui, terá uma representação metafísica diferenciada de Platão ou de Kant, simplesmente esta característica de *Maya* é assegurada e demonstrada na sabedoria dos *Vedas*. (REDYSON, 2012, p.86).

Na filosofia Hindu, os Upanixads ensinam que é atrás da multiplicidade do mundo de maya que está a unidade do princípio cósmico de Brahman. É a força ou a energia básica do cosmos a qual todas outras coisas são manifestações derivadas. Muitas vezes é caracterizada como uma plenitude serena do ser, porém, nos mitos sobre os deuses é caracterizada como algo muito mais dinâmico.

Os deuses mais importantes formam um triunvirato a saber: Brahma, Vishnu, e Shiva. Brahma é o criador, Vishnu é o que mantém e conserva e Shiva é o destrutor. Suas respectivas funções constituem uma dinâmica de criação e destruição contínua. Esta ideia se expressa também no Bhagavad Gita, outro texto sagrado da Índia onde Krishna (que é uma encarnação destes deuses) se revela como o Senhor da Vida e da Morte.

O conceito de Vontade de Schopenhauer foi, em grande parte, inspirado por essas leituras. O que o filósofo quer dizer com esse conceito é que tudo o que se percebe com os cinco sentidos, inclusive nossas próprias vidas são manifestações

de uma força ou energia cósmica. Ele descreve como um impulso cego, um esforço sem cessar, um eterno devir.

Schopenhauer faz seu conceito de vontade de vida uma imanência, pois, para ele, a criação, a conservação e a destruição do mundo e dos homens é característica do mundo percebido e não de um mundo transcendente. (REDYSON, 2012, p.81).

Ao mencionar a filosofia hindu e a escola *vedanta* Schopenhauer deixa claro que para esta escola, a matéria não tem realidade independente da percepção do espírito, sendo existência e perceptibilidade dois termos equivalentes. O que para ele tal indicação mostra a existência, no vedantismo, do realismo empírico associado ao idealismo transcendental. A esse respeito Schopenhauer diz:

Tal concepção, aliás, absolutamente verdadeira em si mesma, é, no entanto, exclusiva e resulta de uma abstração voluntariamente operada pelo espírito; a melhor prova disso está na repulsa natural dos homens em admitir que o mundo seja apenas uma simples representação, ideia, não obstante incontestável. Mas esta perspectiva, que apenas incide sobre um lado das coisas será completada [...] por uma outra realidade – menos evidente é preciso confessar, do que a primeira; com efeito, a segunda para ser compreendida, pede uma investigação mais aprofundada, um esforço de abstração maior, enfim, uma dissociação dos elementos heterogêneos acompanhada de uma síntese dos princípios semelhantes. Esta austera verdade, bem própria para fazer o homem refletir, senão mesmo para fazê-lo tremer, eis como se pode e deve enunciá-la par da outra: o mundo é minha vontade. (SCHOPENHAUER, 2001. p.10).

A fragilidade de nossas vidas frente à Vontade pode ser percebida na própria natureza. O vento, as flores que se abrem e toda a energia que faz surgir e move a vida é parte do mundo fenomênico. É a parte do mundo como representação. Mas a força que dá a vida e que a faz a vida fluir, Schopenhauer chama de Vontade. Uma força cósmica além da dualidade fenomênica.

Otimismo era uma característica do período da Ilustração. Para Hegel, por exemplo, o que está no seio das transformações do mundo é o espírito. Um espírito que vai desenvolvendo-se de forma racional, articulando todo um sistema de harmonia onde o mal e o sofrimento são superados.

O pensamento de Schopenhauer provoca um choque nessa postura otimista iluminista. Em sua metafísica da Vontade, Schopenhauer é muito menos otimista, já que o intelecto do homem, sua própria razão, é uma manifestação da Vontade. Tal

como acontece com a flor que depois que se abre, murcha e morre, dando oportunidade para que novos botões nasçam, como um mal inerente à vida, o ciclo continua. A Vontade é a raiz metafísica da teoria do conhecimento de Schopenhauer, bem como, para todo seu sistema filosófico. Seus trabalhos sobre natureza, lógica, estética, ética se fundamentam na aceção de Vontade como essa força cega, ímpeto de vida.

O traço do pessimismo está relacionado às suas considerações sobre sentimentos como o desejo, felicidade, amor, prazer. O filósofo reconhece o desejo como aliado à vontade, onde no momento da manifestação dessa Vontade o homem busca a felicidade, mas não a encontra. Schopenhauer alerta que é impossível que o homem a alcance. Mas Porquê? A justificativa está na natureza do desejo. Quando o sujeito se encontra em estado de desejo, sem todavia alcançar o objeto, ele sofre. É que o desejo é a expressão de carência, e isso é doloroso. Quando, por fim se alcança o objeto do desejo, a dor se suprime e se experimenta a felicidade.

De modo geral, ao desenvolver vários trabalhos nessa direção, Schopenhauer conclui que o sofrimento é condição básica da vida. Freud e demais autores da psicologia se fundamentam em sua escola pessimista.

A ética em Kant é sumamente intelectualista – a moralidade se deriva da razão. Mas para Schopenhauer a razão é meramente instrumental, A compaixão é o ponto de partida da ética de Schopenhauer. A vontade está na base do nosso sofrimento mas também é o que possibilita a solidariedade. Ontologicamente somos solidários e por saber disso podemos atuar a partir dele.

Se nos relacionamos uns com outros mediante a razão o que teremos é uma mera representação de seu sofrimento ou necessidades, de modo que o único meio com o qual podemos nos mover é a partir da abstrata obrigação kantiana. Contudo faz falta não apenas se mover, senão comover. Não sobre um conhecimento representado mas a partir de um sentido.

Graças ao nosso conhecimento de que a individualidade é meramente fenomênica, uma ilusão. Podemos experimentar analogicamente o sofrimento do outro. Podemos sofrer com eles – e isso não é nem mais nem menos que o significado de compaixão.

O entendimento da Vontade torna o sujeito adequado à enfrentar a vida, a qual segue sendo uma desgraça, mas ao menos tem sentido. Para Schopenhauer a raiz de toda maldade é ser escravo da vontade.

Por fim ao concluir o sistema filosófico de Schopenhauer alcançamos seu pensamento sobre a estética e a arte. É nesse limiar da experiência contemplativa da arte que o sujeito consegue acalmar suas pulsões e sofrimentos, sair de sua corporeidade ao ponto de alcançar o estado pleno de conhecimento e felicidade - o nirvana.

6.2 NOÇÃO DE REPRESENTAÇÃO EM ARTHUR SCHOPENHAUER

Por quê?

...

Por que é, o ser humano, o único ser que busca razões ou causas em tudo?

Esta é uma pergunta de vertente metafísica e, de modo geral, crucial na filosofia. Pergunta capciosa, com maior probabilidade de gerar outras dúvidas e múltiplas reflexões do que apresentar respostas suficientes.

Uma, provável, boa “resposta”:

Presumimos, entretanto, que a pergunta daquele tipo jamais alguém conseguirá responder [Por que é o homem, o ser dos infinitos ‘por quês’?] – precisamente por serem as [perguntas] mais fundamentais. Perante elas estamos condenados a ser presas dos laços infinitos do nosso próprio questionar. Estamos condenados, mas talvez felizmente condenados, a viver num universo finito mas sem limites (de causas e razões) ... (MELO, 1992, p.149).

Essa “resposta”, não está preocupada com a existência ou com a determinação de algo em si mesmo, mas com a causalidade, isto é, se algo existe, existe por alguma razão. Leibniz³⁹, já no século XVII, tratava do **princípio da razão suficiente**, no qual afirmava, que nada existe sem razões determinativas para ser

³⁹ Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) Filósofo, matemático e bibliotecário alemão. Embora tenha se dedicado aos estudos da matemática e lógica, também desenvolveu pensamentos significativos em metafísica.

como é, e não de outro modo. Significa dizer que, qualquer fato ou enunciado deve ter uma causa ou uma razão determinante para existir, e ser como é.

Além de Leibniz, vários outros filósofos tentaram estabelecer a distinção entre princípios lógicos do conhecimento (representações abstratas) e os princípios ontológicos (representações intuitivas) e destas discussões surgem as classificações do conhecimento.

Sobre o princípio da razão suficiente Schopenhauer (1998) se ancora na definição de Wolf que diz que “nada existe sem uma razão de ser, senão não seria”. O filósofo segue explicando este princípio. “Como sempre supomos *a priori*, que tudo tem uma razão, é essa suposição que nos autoriza a perguntar por toda parte por que, o “por quê” pode ser chamado de a mãe de todas as ciências.” (SCHOPENHAUER, 1998, p.30 – Tradução nossa⁴⁰)

Schopenhauer trata esse tema em sua teoria do conhecimento a partir de sua tese de doutorado pela Universidade de Jena em 1813, intitulada “*Sobre a quádrupla raiz do princípio da razão suficiente*” (*Über die vierfache wurzel des satzes von zureichenden grunde*).

Schopenhauer ressalta, de forma crítica, que nos fundamentos da teoria do conhecimento, os filósofos que o antecederam (de Platão à Kant) confundiram o princípio do conhecimento com suas consequências. Como esclarece Salviano (2009):

Desde os gregos até Kant, diz Schopenhauer, o princípio lógico (formal) do conhecimento fora confundido com o princípio transcendental (material), motivo pelo qual não se chegou a uma distinção clara entre o que é lógico e o que é ontológico. Todos os erros da metafísica clássica, dentre os quais se destaca a prova ontológica, teriam sido gerados com base nesta confusão (SALVIANO, 2009, p.102).

O mundo como representação é possível pela correlação entre sujeito e objeto. Nessa direção, Schopenhauer em sua obra *O mundo como vontade e como representação*, logo de partida, no título, é possível observar uma distinção metafísica básica relacionada à natureza da realidade. Baseada em Kant está a

⁴⁰ “Ahora bien, como la suposición hecha siempre por nosotros a priori de que todo tiene una razón es la que nos autoriza a preguntar en todas partes «por qué», el «por qué» puede ser llamado la madre de todas las ciencias”. (SCHOPENHAUER, 1998, p.30).

distinção entre fenômeno e númeno, formulada na Revolução Copernicana do Conhecimento. Onde Kant estabelece que o mundo é constituído através do nosso aparato cognitivo que conta com as faculdades de intuição e do entendimento, como visto no capítulo quatro, item. 4.1.4.

De acordo com Kant, só é possível conhecer o mundo fenomênico, isto é, o mundo susceptível da intuição empírica. Os aspectos do mundo que são susceptíveis ao entendimento, Kant chama de Númeno, ou seja, o mundo como é em si mesmo. Em Schopenhauer, o mundo como Vontade corresponde ao traço metafísico - o númeno de Kant, e o mundo como representação corresponde ao fenômeno. Representação que quer dizer ideia mental/representação mental de algum objeto, neste sentido o mundo que se pode conhecer aparece ao sujeito como fenômeno, pelas percepções.

Para Schopenhauer não é somente o mundo sensível – físico/material que se aparece como objeto do conhecimento mas, também o próprio aparato cognitivo do homem é também objeto do conhecimento, sendo assim forma parte desse mundo como ideia e representação.

Todo o aporte crítico à filosofia de Immanuel Kant, estabelecido na tese de doutorado de 1813 está, fundamentado na distinção que Schopenhauer faz entre a coisa-em-si e o fenômeno. Analisando as categorias kantianas (categorias essas fundamentadas na lógica aristotélica), Schopenhauer constatou que tanto as formas a priori da sensibilidade quanto a intuição empírica são funções da sensibilidade. Ao observar este conflito, entre os princípios do conhecimento e suas consequências, Schopenhauer desenvolve seu pensamento epistemológico distinguindo duas modalidades do conhecimento um **intuitivo** e o outro **abstrato** (representação intuitiva e abstrata).

A **representação intuitiva** trata do lado prático da inteligência, é adquirida nas experiências sociais (homens e animais), não sendo necessários representação discursiva (nem conceitos, nem linguagem).

As **representação abstrata** é adquirida pela vida cultural, é a inteligência com atributos teóricos – apenas o ser humano a detém. A linguagem e os conceitos são representações abstratas. Fazem a mediação entre o pensado e a realidade,

isto é, a representação da representação...] a linguagem como qualquer outro fenômeno que creditamos à razão e como tudo o que diferencia o ser humano do animal, pode ser explicada por essa única e simples fonte: os conceitos, representações abstratas e universais, não individuais não intuitivas no tempo e no espaço. (SCHOPENHAUER, 2015, p.46).

Consequentemente, ao analisar as doze categorias kantianas (Figura 4) reconhece apenas uma como intuitiva - a categoria "causalidade", as onze demais são, para ele, categorias abstratas do conhecimento e podem ser desconsideradas. Salviano (2009) elucida e reforça a constatação de Schopenhauer.

De acordo com Schopenhauer, Kant acaba confundindo, no final das contas, o **princípio lógico de causalidade (razão/consequência)** com o **princípio ontológico (causa/efeito)**, fazendo com que este seja extraído daquele, enquanto na teoria schopenhaueriana dá-se o contrário: na razão não existe nada que não tenha sido extraído do entendimento, ou seja, é na representação intuitiva que a representação abstrata encontra seu fundamento. (SALVIANO, 2009, p.103 – Grifo nosso).

Considerando a vontade com toda a sua potência fenomênica, de manifestar-se de forma múltipla, exige do sujeito cognoscente a capacidade de representar essa multiplicidade. O princípio da razão suficiente fornece, segundo Schopenhauer, as condições necessárias para a percepção das representações. Deste modo, é possível dizer, que para Schopenhauer, todo objeto do conhecimento é orientado pelo princípio do razão suficiente.

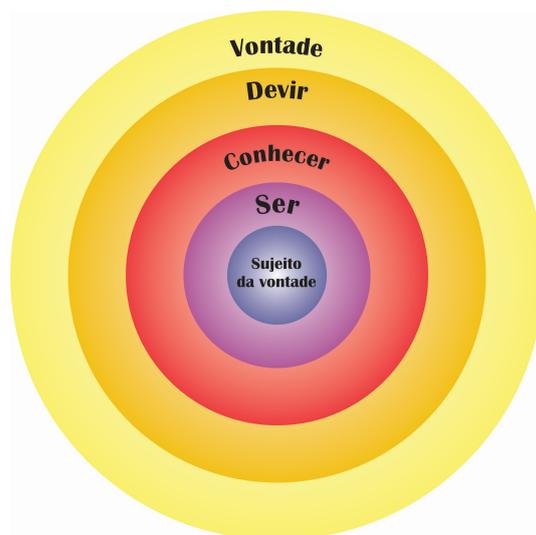
Este princípio foi detalhadamente trabalhado em três publicações, onde Schopenhauer veio desenvolvendo sua teoria do conhecimento de forma concatenada e sistemática, sua tese de doutorado, um ensaio sobre as cores até chegar ao primeiro capítulo de *O mundo como vontade e como representação*. Schopenhauer (2015) menciona que tudo o que conhecemos *a priori* é senão o conteúdo do princípio da razão suficiente.

O princípio da razão é a expressão comum para todas essas formas do objeto das quais estamos conscientes *a priori*, e que, portanto tudo o que conhecemos *a priori*, nada é senão exatamente o conteúdo do mencionado princípio e do que dele pode ser deduzido: princípio no qual está propriamente expresso todo o nosso conhecimento certo *a priori*. (SCHOPENHAUER, 2015, p.6)

Schopenhauer renova o princípio da razão suficiente ao propor a perspectiva de raiz uma composta por quatro “razões” da realidade que são irreduzíveis e conectadas em si.

Este princípio é fruto da crítica às categorias kantianas, composto por quatro elementos a saber: o **princípio do devir**, o **princípio do conhecer** e o **princípio do ser**, mais o **sujeito da Vontade**. Conforme interpretado na figura 6. Assim fica estabelecida a quádrupla raiz do princípio da razão suficiente, orientada pela Vontade.

FIGURA 6: Metafísica da Vontade e os elementos da raiz quádrupla da razão



Fonte: Adaptado de Schopenhauer (1998) e (2015).

De acordo com Schopenhauer (1998), O Princípio do Devir (*principium rationis sufficientis fiendi*), trata dos objetos empíricos, das representações intuitivas, materiais e completas como atividade mental que atua no campo fenomênico, capaz de organizar sensações elementares). O Princípio do Conhecer (*principium rationis sufficientis cognoscendi*), lida com os conceitos abstratos ou ideias. Este princípio será tratado, a seguir, de forma específica. A terceira parte da raiz, trata do Ser (*principium rationis sufficientis essendi*), este princípio se refere às intuições *a priori* das formas da sensibilidade interior (tempo) e exterior (espaço) os objetos

matemáticos se inserem neste princípio. Finalmente o quarto princípio reporta-se ao Sujeito da Vontade (*principium rationis sufficientis agendi*) trata do sujeito como objeto de autoconhecimento

Esta é a base da causalidade que rege todas as representações, em que todo objeto possível está submetido a este princípio sob a máxima da reciprocidade entre sujeito e objeto, no sentido de que, o objeto não é anterior, nem posterior, nem mesmo simultâneo ao sujeito é co-presente, é atemporal – onde começa o objeto termina o sujeito.

A reciprocidade desse limite mostra-se precisamente no fato de as **formas essenciais e universais de todo objeto – tempo, espaço e causalidade** – também poderem ser encontradas e completamente conhecidas partindo-se do sujeito, sem o conhecimento do objeto, isto é, na linguagem de Kant, residem *a priori* em nossa consciência. (SCHOPENHAUER, 2015, p.6 – grifo nosso).

O quadro 1 de modo objetivo, apresenta os princípios da razão suficiente e suas designações. Schopenhauer (1998) e (2015), tece, de forma detalhada as considerações sobre os princípios para perceber representações. Em uma raiz uma estão os quatro princípios indivisos. Esta raiz é a expressão geral de vários conhecimentos dados *a priori*.

QUADRO 4: Princípios da razão, designações perceptivas e as formas da realidade

Princípios	Designações	Formas Irredutíveis da Realidade
Princípio do Devir	Uma dedução causal. Estado das coisas orientado pelo tempo; vínculo entre objetos; classe intuitiva empírica.	Objetos Empíricos
Princípio do Conhecer	Elaborar e desenvolver conceitos; representação da representação; fundamentado nas quatro verdades – lógica, empírica, transcendental e metalógica.	Conceitos Abstratos
Princípio do Ser	Expressão da individuação no espaço/tempo. Intuição pura.	Objetos Matemáticos
Sujeito da Vontade	Sujeito que se percebe por sua corporeidade e como representação da Vontade. Individuação imediata da Vontade.	O Eu – Objeto do autoconhecimento

Fonte: Baseado em SCHOPENHAUER (1998), (2015); MONTEIRO (2011) e SALVIANO (2009).

A terceira parte da raiz trata do Ser (*principium rationis sufficientis essendi*), este princípio se refere às intuições *a priori* das formas da sensibilidade interior (tempo) e exterior (espaço) os objetos matemáticos se inserem neste princípio. Finalmente o quarto princípio reporta-se ao Sujeito da Vontade (*principium rationis sufficientis agendi*) trata do sujeito como objeto de autoconhecimento.

Como o problema proposto desta pesquisa foi o de averiguar se haveria uma forma diferenciada ou um fundamento filosófico, a partir das ideias de Schopenhauer, que alargasse o campo nocional da representação da informação no contexto da Ciência da Informação, foi possível identificar no **Princípio do Conhecer**, que trata dos conceitos (ou classe de representações abstratas) a proposta das **esferas conceituais**.

As esferas conceituais são modelos ilustrativos para demonstrar graficamente um conceito, suas relações e amplitudes na forma de circunferências. De acordo com Teles (2009) as operações lógicas e as funções discursivas, precisam ser derivadas de representações *a priori* - intuitivas.

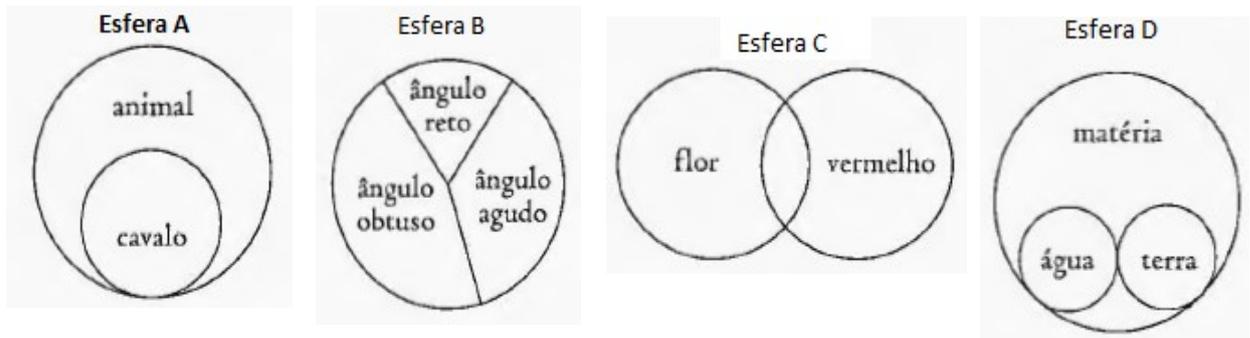
Embora, pois, os conceitos sejam desde o fundamento diferentes das representações intuitivas, ainda assim, se encontram numa relação necessária com estas, sem as quais nada seriam; relação que, por conseguinte, constitui toda a sua essência e existência. [...] os conceitos podem ser denominados de maneira bastante apropriada **representações de representações** (SCHOPENHAUER, 2015, p. 47 – grifo nosso).

A noção de conceito em Schopenhauer está diretamente relacionada a toda sua teoria do conhecimento inclusive, não se deve perder de vista que o “conceito” é um dos princípios da quádrupla raiz da razão suficiente (que é una e indivisível). Desse modo o juízo está relacionado com as esferas de conceitos e suas extensões.

Do que foi dito se segue que cada conceito, justamente porque é representação abstrata e não intuitiva, e, precisamente por isso, não absolutamente determinada, possui aquilo que se denomina uma extensão ou esfera, mesmo no caso em que exista apenas um único objeto real que lhe corresponde. Frequentemente observamos que a esfera de um conceito tem algo em comum com as esferas de outros conceitos, ou seja, o que é pensado em um conceito é parcialmente pensado em outro e vice-versa. Todavia se forem conceitos diferentes, cada um, ou pelo menos um deles contém algo que o outro não possui: tal é a relação do sujeito com seu predicado. (SCHOPENHAUER, 2015, p.49).

De acordo com as situações conceituais as esferas podem ser ilustradas da seguinte maneira:

FIGURA 7 – Esferas conceituais de Schopenhauer



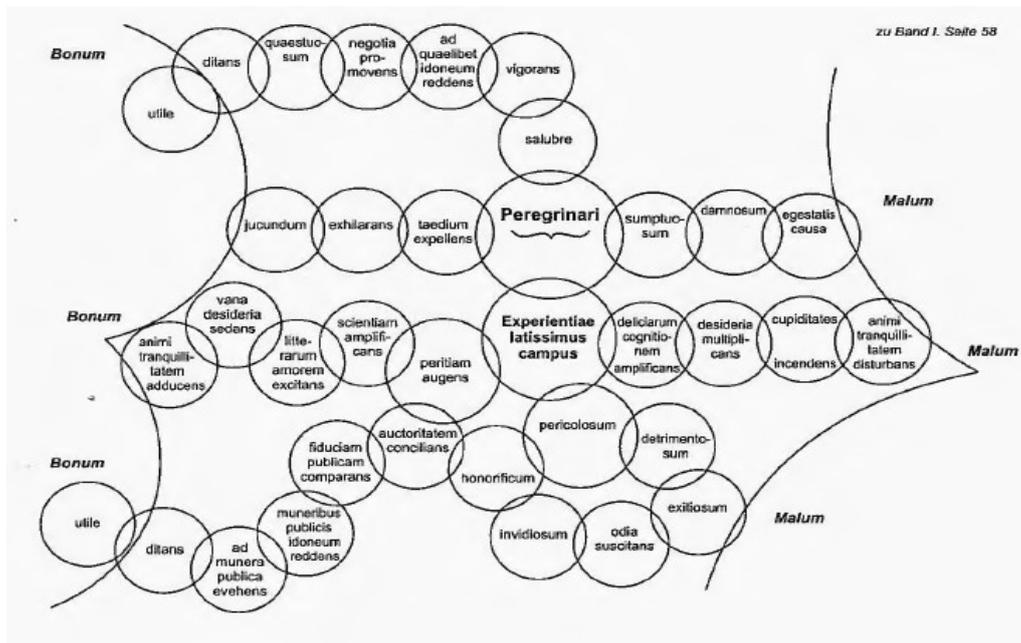
Fonte: SCHOPENHAUER (2005, p.50).

As esferas são combinações de conceitos. O exemplo da esfera "A" mostra a esfera de um conceito que inclui no todo a esfera de um outro conceito. O exemplo "B" apresenta uma esfera contendo duas ou diversas outras esferas, que se excluem +e ao mesmo tempo estão contidas na primeira esfera. A esfera "C" demonstra duas esferas contendo, cada uma, parte da outra, já a esfera "D" apresenta duas esferas contidas numa terceira; mas não a preenchem.

Estes exemplos fazem alusão às inúmeras possibilidades de relações conceituais que podem ser desenvolvidas a partir da concepção das esferas conceituais, inclusive, conforme mostra a figura 8, existe a possibilidade de se obter uma cadeia de silogismos – quando da utilização de muitas esferas arranjadas em cadeia, passando de um conceito a outro, relacionados entre si.

Diante do exposto fica patente que o *princípio do conhecer* e as *esferas conceituais* de Schopenhauer merece uma atenção especial por parte da comunidade científica da Ciência da Informação.

FIGURA 8: Cadeia de esferas conceituais



Fonte: SCHOPENHAUER, (2005, p.98)

As esferas conceituais são formas de expressar conceitos que acredita-se podem corroborar com os estudos sobre representação da informação na Ciência da Informação. Em outras palavras, é possível pensar a representação na CI a partir da filosofia de Schopenhauer, pois não só as esferas conceituais dão esse subsídio para possíveis reflexões, mas outros elementos schopenhauerianos também podem ampliar tais discussões.



7 REFLEXÕES FINAIS



A tarefa não é tanto contemplar o que ninguém ainda contemplou, mas meditar como ninguém ainda meditou, sobre o que todo mundo tem diante dos olhos.

(Schopenhauer)

O percurso aqui empreendido, não se esgota em si mesmo. Cada filósofo, cada teórico e cada conceito aqui tratado possuem muito mais detalhes e sutilezas que não foram possíveis de abordar em suas complexidades. A delimitação e a escolha pelo percurso filosófico foram necessárias para estruturar a linha de raciocínio em defesa do pressuposto desta tese. Desse modo foram apresentados os aspectos da filosofia de Schopenhauer, especialmente, a noção de representação, com a perspectiva de trazer elucidacões à representação da informação que foi descrita sob a ótica da Ciência da Informação buscando clarear seus fundamentos teóricos e algumas reflexões à luz da filosofia, no sentido de constatar o quanto o pensamento de Schopenhauer se faz atual e é capaz de iluminar as discussões em torno da representação da informação.

Desde suas bases teóricas, os sistemas de representação da informação são trabalhados seguindo, em sua maioria, as estruturas aristotélicas, positivistas e pragmatistas. Tais fundamentos não mais atendem ao descontínuo, efêmero e transitório mundo das tecnologias digitais da informação e comunicação. No contexto brasileiro, a Ciência da Informação, vem demonstrando postura crítica sobre os fundamentos da representação da informação e do conhecimento, frente a

complexidade do mundo contemporâneo, seja em seus aspectos teóricos, metodológicos ou aplicados.

Nesse sentido foi possível observar que a representação no contexto da Ciência da Informação, possui um viés instrumental e técnico, fundado em princípios racionalistas, lineares e analíticos. Como ficou patente no decorrer da tese, os estudos de representação da informação, no Brasil, são predominantemente direcionados à representação temática da informação, seja em seu aspecto sistemático ou semântico.

Verifica-se também, que em seus entornos de investigação científica, são debatidos e prospectadas pesquisas e ferramentas que contemplem uma representação da informação e do conhecimento melhor adaptada às ambiências culturais do mundo atual, com base teórica e instrumental mais flexíveis, que atendam o *continuum* informacional em sua simultaneidade e diversidade, considerando contextos sociais em suas multiplicidades, contudo sem perder de vista as especificidades e domínios dos campos especializados do conhecimento.

Fica evidente que, na contemporaneidade, diante das tecnologias digitais da informação e da comunicação, os tradicionais meios, teorias, instrumentos e ações voltadas à representação da informação apresentam-se ineficientes frente às ambiências e multiplicidade do contexto da contemporaneidade que está cada vez mais virtualizada.

A forma como Schopenhauer aborda a representação e a Vontade como base metafísica, o modo como insere a causalidade no fundamento da representação, seu questionamento sobre as categorias kantianas, além da forma como defende seus argumentos sobre a raiz quádrupla da razão suficiente, e especialmente, como apresenta as esferas conceituais dentre tantos outros argumentos da sua teoria do conhecimento, suscitam que, sim, é possível partir de seu pensamento para fundamentar reflexões em torno da representação da informação. Assim sendo, fica aqui o registro das interessantes possibilidades de novos estudos e pesquisas e desdobramentos múltiplos que podem surgir no âmbito da Ciência da Informação a partir do pensamento de Arthur Schopenhauer comprovando ou refutando suas singularidades filosóficas.

Estes e outros conceitos e argumentos desenvolvidos por Schopenhauer, instigam, de forma provocativa, a pensar a representação e a informação no entorno

da Ciência da Informação na contemporaneidade. Alvarenga (2003) corrobora afirmando que em meio a tantas mudanças, incertezas e desafios, do contexto tecnológico, cumprem-se ter em mente que, por ser dependente de uma abordagem cognitivo-ontológica-epistemológica, as eternas e intransponíveis dúvidas metafísicas, relativas à estrutura, à essência e à efemeridade do conhecimento humano interferem no processo de organização do conhecimento, campo essencial no contexto da Ciência da Informação.

Em última análise, a noção de representação em Schopenhauer não se esgota no que foi explanado até aqui. Existem outros tantos conceitos e demais argumentos desenvolvidos pelo filósofo, que merecem atenção dos que pesquisam sobre a representação da informação. Partindo do argumento de que as noções de representação e vontade são nucleares na filosofia schopenhaueriana e que seu pensamento possui como viés de “um princípio irracional do mundo, a Vontade de vida, ímpeto cego, em referência à qual a faculdade de razão é secundária” (BARBOZA, 2008, p.111) verifica-se uma possibilidade de olhar fora das bordas do racionalismo lógico que é fundamento premente nos estudos clássicos da Representação da Informação. O intuito desta tese foi o de inserir o pensamento schopenhaueriano no seio da Ciência da Informação, acreditando que o mesmo precisa ser explorado e investigado para que assim possa trazer outras contribuições para os estudos sobre representação no âmbito da CI.

Considerando este propósito, acredita-se que, o que foi apresentado aqui, se estabeleça como um ponto propulsor para provocar a curiosidade e o interesse em explorar e aprofundar tantas outras pesquisas na área sob o pensamento schopenhaueriano. A área demanda ampliação e consubstanciamento de suas bases epistemológicas a fim de dar um salto além dos estoques positivista, racionalista e pragmatista. Isto não significa que as bases epistemológicas tradicionais não atendam os ambientes informacionais, em sua generalidade. O movimento epistemológico da área da Representação da Informação são marcos que não se excluem, ao contrário, na multiplicidade do mundo atual, esses movimentos tendem a uma confluência frente a cada realidade informacional.

Posto dessa maneira, fica patente, que a representação Schopenhaueriana pode servir de apoio aos estudos e pesquisas em representação da informação sob

outros panoramas, pois sua teoria do conhecimento não se estabelece nas bases positivistas. Embora apoiado em Kant, sua filosofia se pauta na crítica à razão kantiana sob uma postura não racionalista.

Do que foi apresentado, é possível concluir que o pensamento Schopenhuaereiano em suas bases hindu, empírica e porque não dizer metafísica, podem vir a ser uma nova forma de olhar o descontínuo, o efêmero e o transitório mundo das tecnologias digitais da informação e comunicação, sua filosofia possui elementos condizentes para contribuir com pesquisas, na Ciência da Informação, de cunho teórico e instrumental que se aproxime ao atendimento das demandas do *continuum* informacional em sua simultaneidade e diversidade levando em consideração os contextos sociais em suas multiplicidades mas sem perder de vista suas especificidades.

Fica ainda a indicação de aprofundamento no pensamento de Arthur Schopenhauer, onde é possível ver na sua proposta de “esferas conceituais” um campo, de futuras pesquisas e assim corroborar com novos encaminhamentos para a representação da Informação e do conhecimento, com vistas em atender às ambiências culturais da contemporaneidade.

Neste sentido, comprovado o pressuposto demarcado, constatou-se que a filosofia schopenhaueriana possui elementos que podem subsidiar interessantes estudos e reflexões no campo da Ciência da Informação. É possível, nesse momento destacar as “esferas conceituais”, pois são um interessante elemento do pensamento de Arthur Schopenhauer que traz afinidades nocionais com a ideia de representação da informação. Todo o construto argumentativo e filosófico das esferas de Schopenhauer merecem um aprofundamento por meio de pesquisas no campo da Ciência da Informação. Aqui foram apenas pontuados alguns de seus aspectos. Acredita-se que, ao ampliar as pesquisas sobre seus pressupostos, por consequência também, se ampliaram as discussões e reflexões sobre a representação na Ciência da Informação.



REFERÊNCIAS



AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** : E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

ANGIONI, Lucas. **Introdução à teoria da pregação em Aristóteles**. Campinas: Editora Unicamp. 2006.

ARANALDE, M. M. Reflexões sobre os sistemas categoriais de Aristóteles, Kant e Ranganathan. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 1, p. 86-108, jan./abr. 2009. Disponível em:

ARANHA, Maria Lúcia. **Filosofando**: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 1993.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Edições Loyola. 2002.

ARNAO, Magdalena. A distinção entre representação de palavra e representação de coisa na obra freudiana. **Ágora**: Estudos em Teoria Psicanalítica . Rio de Janeiro v.11 n. 2, jul/dez. 2008 p.187-201. Disponível em:

ALVARENGA, Lídia. Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação em tempo e espaço digitais. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 18-40, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2003v8n15p18>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

ALVARENGA, Lidia; SILVA, Daniela Lucas da. Organização e representação do conhecimento na ciência da informação: revisão da literatura. **Tend. Pesq. Bras. Ci. Inf.**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 47-84, 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/9338>>. Acesso em: 19 Dez. 2014.

AZEVEDO. Edmilson Alves de. A linguagem na hermenêutica e na filosofia analítica. **Perspectiva Filosófica**. Recife. v. 1, n. 27, jan. jun., p. 35-43. 2007. Disponível em:

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. **A representação e interpretação de um antigo sistema de informação**: os grafismos rupestres no Brasil. João Pessoa: Editora UFPB. 2013.

BARBOZA, Jair. Schopenhauer. In: PECORARO, Rossano. **Os filósofos: clássicos da filosofia de Kant a Popper**, v.2. Rio de Janeiro: Vozes, PUC-Rio. 2008, p.111-132

BARBOZA, Jair. **Schopenhauer: a decifração do enigma do mundo**. São Paulo: Paulus, 2016.

BINI, Edson. Platão: sua obra. In: Platão. **A República**. 2.ed. São Paulo: EDIPRO. 2014, p.11-24.

CAIXETA, Mario; SOUZA, Renato Rocha. Representação do conhecimento: história, sentimento e percepção. **Informação & Informação**, Londrina, v. 13, n. 2, p. 34-55, 2008. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1815/1688>>.

Acesso em: 11 Mar. 2016

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. Modelização de domínios de conhecimento: uma investigação de princípios fundamentais. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 1, 2004.

CANDIOTTO, Kleber Bez Birolo. Abordagem antirrepresentacionista da ciência cognitiva incorporada. **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba. v. 26, n. 39, 2014. Disponível em:

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n.1, p.148-207, jan./abr. 2007.

Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/search_result.php>. Acesso em: 01 out. 2015.

CARDOSO JUNIOR, Hélio Rebello. **Teoria das multiplicidades no pensamento de Gilles Deleuze**. Campinas. 1996. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Tese. 1996. Disponível em:

CARTWRIGHT, David E. **Historical dictionary of Schopenhauer's philosophy**. Maryland: Scarecrow Press, 2004.

CASSIRER, Ernest. **Antropologia filosófica: introducción a uma filosofia da cultura**. México: Fondo de Cultura Económica. 1968.

CASTRO, Susana de. Ontologia. **Rio de Janeiro**: Jorge Zahar, 2008.

CAYGILL, Howard. **Dicionário Kant**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.

CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. **A construção de tesouros e a integração de procedimentos terminográficos**. 2009. 209f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

CHAUÍ, Marilena Souza. Vida e Obra. In: **Immanuel Kant**. São Paulo: Nova Cultural, 2005. (Col. Os Pensadores).

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Editora 34, 2007.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

DUARTE, Cristiane Rose. *Ambiência: por uma ciência do olhar sensível no espaço*. In: THIBAUD, Jean-Paul; DUARTE, Cristiane Rose. **Ambiances urbaines en partage**: Pour une approche sensible et pour une écologie politique des espaces. Metis Presses: Geneve. 2013. Disponível em http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/37924778/AMBIENCIAS-_-AMBIENCIAS_COMPARTILHADAS_-_AMBIENCIAS_COMPARTILHADAS_.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1479324420&Signature=G7jKlqEghIK3i36PPc%2FZi4NCTUk%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DAmbiencias_Compartilhadas.pdf Acesso em: 16 Jul. 2016.

DURANT, Will. **A história da Filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record. 1996.

FERRATER MORA, José. **Diccionario de Filosofia**. Barcelona: Editorial Ariel, 1994.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, v. 1, n.1, p. 60-90, jul./dez. 2003. Disponível em:

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Organização e representação do conhecimento no Brasil: análise de aspectos conceituais e da produção científica do ENANCIB no período de 2005 a 2007. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, 2008.

GALINDO, Marcos. O dilema do Pharmacon. In: GALINDO, Marcos. **Ensaio sobre informação e memória**. 2015. (no prelo).

GARCÍA NORRO, José; ROVIRA, Rogelio. Introdução. In: PORFÍRIO. **Isagoge**. Edición trilingüe. Barcelona: Anthropos Editorial, 2003, p.9-56.

GILSON, Etienne. **A filosofia na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Virada linguística**: um verbete. 2010. Disponível em <https://ghiraldelli.files.wordpress.com/2008/07/virada.pdf> Acesso em: 25 Mai. 2016.

GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

GOMES, Hagar Espanha. Tendências da pesquisa em Organização do Conhecimento. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ciência da**

Informação, v. 22, n. 3, p. 1-6, 1993. Disponível em
<<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/479>>. Acesso em:

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A ISKO-Brasil e suas perspectivas de interlocução em âmbito internacional In: Vera DODEBEI, Vera. GUIMARÃES, José Augusto Chaves. (org.) **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil; Marília: FUNDEPE, 2012. p.273-274,

HAMM, Christian. Kant. In: PECORARO, Rossano. **Os filósofos**: clássicos da filosofia de Kant a Popper, v.2. Rio de Janeiro: Vozes, PUC-Rio. 2008, p.9-56.

HÖFFE, Otfried. **Immanuel Kant**. Barcelona: Editorial Herder. 1986.

HJORLAND, B. Semantics and Knowledge organization. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 41, p. 367-405, 2007.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 5.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2001.

KAULA, P. N. Repensando os conceitos no estudo da classificação. Baseado no artigo submetido à 4. Conferência sobre Pesquisa em Classificação, Augsburg, Alemanha Ocidental, de 20 de junho a 2 de julho de 1982. Disponível em:
<<http://www.conexaorio.com/bit/kaula/>>. Acesso em 3 Jul. 2015

KOBASHI, Nair Yumiko; FRANCELIN, Marivalde Moacir. Conceitos, categorias e organização do conhecimento. **Informação & Informação**, v. 16, n. 2, p. 1-24, 2011.

KOYRÉ, Alexandre. **Do mundo fechado ao universo infinito**. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2006.

LANGRIDGE, Derek. **Classificação**: abordagens para estudantes de biblioteconomia. Trad. Rosali Pacheco Fernandez. Rio de Janeiro: Interciência, 1977. 126p.

LARA, M. L. G. Conceitos de organização e representação do conhecimento na ótica do Grupo Temma. **Informação & informação**, v.16, n.3, p. 92-121, 2011.

LARA, M. L. G. Problemas da organização do conhecimento na contemporaneidade. In: Vera DODEBEI, Vera. GUIMARÃES, José Augusto Chaves. (org.) **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil; Marília: FUNDEPE, 2012. p.238-245.

LEITE, Flamarion Tavares. **Dez lições sobre Kant**. 6.ed.Petrópolis: Vozes. 2012.

LEIVA, Isidoro Gil . Aspectos conceituais da Indexação In: LEIVA, Isidoro Gil; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p.31-106.

LÉVY, Pierre. O universal sem totalidade, essência da cybercultura. **Caosmose website**, 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Pierre_Levy4/publication/268047565_O_UNIVERSAL_SEM_TOTALIDADE_ESSENCIA_DA_CYBERCULTURA/links/560bdcc208ae6c9b0c41dee5.pdf> Acesso em: 17 Jul. 2016.

LÉVY, Pierre ¿ **Qué es lo virtual?** Barcelona: Paidós.1999.

MAIMONE, Giovana Deliberali; SILVEIRA, Naira Christofolletti; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Informação & sociedade**, v. 21, n.1, 2011.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 6.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

MARCONDES, Danilo. **Filosofia, linguagem e comunicação**. 3.ed. São Paulo: Cortez. 2000.

_____. Wittgenstein. In. PECORARO, Rossano. **Os filósofos**: clássicos da filosofia de Kant a Popper, v.2. Rio de Janeiro: Vozes, PUC-Rio. 2008, p.310-325.

MARTELETTO, R. M.; LARA, M. L. G. de. Os Grupos de Trabalho – GTs da ANCIB e a promoção da pesquisa em Ciência da Informação. In: FUJITA, M. S. L. F.; MARTELETTO, R. M.; LARA, M. L. G. de (Orgs.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, p. 3- 15, 2008.

MELO, Adélio. Princípio da razão suficiente: limites e conjecturas. Porto. **Revista da Faculdade de Letras, Filosofia**. v. 9, n.2, 1992, p.149-175.

MESQUITA, António Pedro. **Introdução geral**: Aristóteles obras completas. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda; Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. 2005a.

MESQUITA, António Pedro. Tipos de predicação em Aristóteles: um ensaio de sistematização. **Philosophica**. Lisboa. v.26, p 7-34. 2005b.

MONTEIRO, Fernando J. S. **Dez lições sobre Schopenhauer**. Petrópolis: Vozes. 2011.

MORUJÃO. Alexandre F. Prefácio da tradução portuguesa. In: KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 5.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2001.

MOSS, R. Categories and relations: origins of two classification theories. **American Documentation**, p. 296-301, Oct. 1964.

MOSTAFA, Solange Puntel. **Filosofia da diferença e a ciência da informação**. Rio de Janeiro: E-papers. 2013.

NASCIMENTO, Isaac de Souza. A metafísica da vontade em Schopenhauer. **Revista Lampejo**. n.8, v.2, 2015. p.1-15.

NUNES, Leiva; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Da filosofia da classificação à classificação bibliográfica. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 7, n. 1, p. 30-48, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1973>>

OLIVEIRA, Cláudio. Agamben, um filósofo para o século 21. **Revista Cult**. São Paulo, v.16, n.180, 2013. disponível em <<http://revistacult.uol.com.br/home/2013/06/agamben-um-filosofo-para-o-seculo-21/>>. Acesso em: 12 Ago. 2016.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Filosofia da linguagem e filosofia da mente**. [palestra]. Seminário Paulus. Fortaleza. 2015a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3_t-V1B-fMU> Acesso em: 05 Jun. 2016.

_____. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. 4. ed. São Paulo. 2015b.

REDYSON, Deyve. **Dossiê Schopenhauer**: vida e obra de um dos filósofos mais influentes da história. São Paulo: Universo dos Livros. 2009.

_____. **Schopenhauer e o budismo**: a impermanência, a insatisfatoriedade e a insubstancialidade da existência. João Pessoa: Ideia editora; UFPB Editora. 2012.

PIEIDADE, M. A. Requião. **Introdução à teoria da classificação**. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

PLATÃO. **A República**. 2.ed. São Paulo: EDIPRO. 2014.

POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**, Lisboa, v. 2, p. 19-33, 1998. Disponível em:<<http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opombo-classificacao.pdf>>. Acesso em: 22 ago 2015.

REALE, Giovanni. **História da Filosofia Antiga**: Platão e Aristóteles. v.2. São Paulo: Loyola, 1990.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dário. **História da Filosofia Antiga**: Patrística e Escolástica. v.3. São Paulo: Loyola, 2003.

RORTY, R, **La Filosofía y el espejo de la naturaleza**. Madrid. 1983.

SALVIANO, Jarlee Oliveira Silva. O fundamento epistemológico da metafísica da Vontade de Arthur Schopenhauer. **Revista Trans/Form/Ação [on-line]**, v. 32, n. 2, p. 101-118, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v32n2/v32n2a06.pdf>> Acesso em: 01 Jul. 2015.

SANTOS, José Gabriel Trindade. **Para ler Platão: o problema do saber nos diálogos sobre a teoria das formas.** São Paulo: Loyola, 2008.

_____. Platão: a construção do conhecimento. São Paulo: Paulus, 2012.

_____. Sujeito epistêmico e sujeito psíquico na filosofia platônica. **Princípios:** Revista de Filosofia, Natal, v. 11, n.15-16, p. 65-82, Jan./Dez. 2006. Disponível em: <

SHERA, J. Padrão, estrutura e conceitualização na classificação para recuperação da informação. Tradução de Hagar Espanha Gomes. Título original: Pattern, structure and conceptualization in classification. Publicado originalmente em: Proceedings of the International Study Conference on Classification for Information Retrieval, Beatrice Webb House, Dorking, England, 13th-17th May 1957. London: ASLIB, 1957.

SCHOPENHAUER, Arthur. **The Art of controversy.** Fv editions. 2013.

_____. Crítica da Filosofia Kantiana. In. **Schopenhauer: os pensadores,** São Paulo: Abril Cultural. 1985,. p.83-182.

_____. **O Mundo como Vontade e como Representação.** Primeiro Tomo. São Paulo: Editora Unesp. Tradução de Jair Barboza. 2005.

_____. **O Mundo como Vontade e como Representação.** Primeiro Tomo. Tradução de Jair Barboza. 2.ed. São Paulo: Editora Unesp. 2015.

_____. **O Mundo como Vontade e como Representação.** Tradução de Jair Barboza. Rio de Janeiro: Contraponto. 2001.

_____. **De la cuádruple raíz de razón suficiente.** Madrid: Editorial Gredos, 1998. Disponível em: < http://juliobeltran.wdfiles.com/local--files/cursos:%20ebooks/Schopenhauer_Cu%C3%A1druple%20ra%C3%ADz.pdf>. Acesso em: 28 Mar. 2014

SMIRAGLIA, Richard. The epistemological dimension of knowledge organization. In: Vera DODEBEI, Vera. GUIMARÃES, José Augusto Chaves. (org.) **Complexidade e organização do conhecimento: desafios de nosso século.** Rio de Janeiro: ISKO-Brasil; Marília: FUNDEPE, 2013. p. 17-25.

SOUZA, Eduardo Ramos Coimbra de. **Schopenhauer e os conceitos intuitivo e abstrato: uma teoria sobre as representações empíricas e abstratas.**São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

STRATHERN, Paul. **Kant em 90 minutos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1997a.

_____. **Schopenhauer em 90 minutos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1998.

_____. **Wittgensein em 90 minutos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1997b.

TELES, Alexandre. **O sistema de filosofia transcendental de Schopenhauer: uma interpretação e defesa.** (Dissertação) Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2009.

UPWARD, Frank. The records continuum. In. MCKEMMISH, Sue; et al. Archives: recordkeeping in society. Wagga: Charles Sturt University, Centre for Information Studies. 2005. p.192-222.

VICKERY, B. C. **Classificação e indexação nas ciências.** Tradução de Maria Christina Girão Pirolla. Rio de Janeiro: BNG/BRASILART, 1980.

WITTGENSTEIN. Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus.** São Paulo: Editora Companhia Nacional; Editora USP. 1968.

WRINGLEY, Michael. Continuidade e descontinuidade na filosofia de Wittgeinstein. **Revista Cult.** São Paulo. n.60, set., 2002.

ZENAN, Jiri. O significado filosófico da noção de informação. In: **O conceito de informação na Ciência da Informação;** Colóquio Filosóficos internacionais de Royaumont. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. p. 154-179.